República

Fundado por ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Director RAUL RÊGO

PROPRIEDADE DE «EDITORIAL REPÚBLICA»
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DA MISERICÓRDIA, 116 - LISBOA 2
TELEFONES: 32 65 32 - 32 51 36 - 32 53 24

ANO 62 (2.ª SÉRIE)
N.º 15 425
TERÇA-FEIRA
30 DE ABRIL
1974

Preço 2$50

DECISIVA A ALIANÇA POVO-MILITARES

— afirmação de Álvaro Cunhal no regresso a Lisboa

«A aliança entre o Povo e os Militares é condição essencial para salvaguarda das liberdades democráticas em Portugal» — disse ao princípio da tarde, perante milhares de pessoas que o aguardavam à saída do Aeroporto, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal.

Foi em 3 de Janeiro de 1960 que a Pide-D.G.S. acordou em Peniche para o seu maior amargo de boca — Cunhal volatilizara-se.

Regressou hoje, mais de 14 anos depois (perante a emoção dos muitos militantes e simpatizantes do P. C. P. que, empunhando bandeiras e gritando **«Unidos venceremos»** e **«Cunhal ao poder»**), o responsável da mais antiga e sacrificada organização de resistência ao fascismo, que disse ainda:

«Precisamos de consolidar e tornar irreversível o Movimento das Forças Armadas para que seja impossível o regresso ao nosso país dos quarenta e oito anos da negra ditadura fascista.»

Antes, e numa breve conferência de Imprensa, Álvaro Cunhal escusou-se a algumas das questões postas pelos jornalistas presentes, referindo que acabava de chegar.

«Sou um membro do Partido Comunista e será com os meus camaradas que colectivamente resolveremos o que há que fazer» — acrescentou.

(Continua na última pág.)

Álvaro Cunhal pisa de novo, solo português. Catorze anos d afastamento chegam a seu termo. No aeroporto da Portela, o secretário-geral do Partido Comunista Português recebeu as primeiras provas de amizade dos seus companheiros de luta. Aqui o vemos, rodeado pelos representantes dos órgãos de Informação, ansiosos por recolherem as impressões de Cunhal, ainda antes deste estabelecer o primeiro contacto com o general Spinola, que o recebeu após a chegada nas instalações da Cova da Moura.

Socialistas espanhóis saudam o general Spínola e Mário Soares

O prof. Enrique Tierno Galvan, dirigente socialista espanhol, antigo catedrático da Universidade de Salamanca, enviou um telegrama ao general António Spinola nos seguintes termos:

Felicitamos Vossa Excelência pelo total restabelecimento das liberdades democráti-

(Continua na última pág.)

Spínola convoca os sindicatos

Foi divulgado o seguinte comunicado urgente:

«O presidente da Junta de Salvação Nacional, general Spínola, recebe hoje, pelas 19.30 horas, todos os presidentes dos Sindicatos, os quais, na eventualidade de não receberem qualquer comunicação directa, são por esta forma informados.»

É PRECISO TER CUIDADO COM OS PROVOCADORES

O 1.º de Maio volta a poder celebrar-se livremente, não só saudando as conquistas verificadas, mas apresentando as reivindicações das massas trabalhadoras. Tornado feriado nacional, marca um ponto da viragem na evolução social portuguesa.

A maioridade cívica dos trabalhadores está suficientemente demonstrada pela luta cheia de sacrifícios até agora mantida, e que resultou na luminosa esperança de hoje. Não deixemos os homens afundar essa conquista, nem comprometamos o futuro de concórdia, caindo no logro de provocações do adversário. Muitos elementos há interessados em que tudo se afunde para voltar à desordem da prepotência, da exploração conhecida.

Não respondamos a provocações, nem nos deixemos ir na onda dos que tudo querem afundar e comprometer. Cuidado com as infiltrações de provocadores!

Trabalhadores, celebremos o 1.º de Maio com dignidade! É uma conquista real e o penhor de realizações futuras!

3.ª EDIÇÃO

32 PÁGINAS

só a Disciplina dos Homens Livres destrói a "disciplina" do mêdo !

neste número: suplemento TÉCNICA E CIVILIZAÇÃO

CORREIO DE ONTEM

JAIME CORTESÃO MESTRE DE DEMOCRACIA

Patriotas de várias expressões políticas associaram-se ontem à romagem ao túmulo de Jaime Cortesão, no cemitério dos Prazeres. Uma romagem livre, enfim livre, pois no país doente de liberdades que tivemos até à madrugada do dia 25 os mortos da altura moral e intelectual de Cortesão continuavam a ser sumamente incómodos.

Desta vez, que se saiba, a Pide-D. G. S. e a Legião, escárnio supremo da cultura portuguesa, não controlavam a romagem. À volta da viúva de Jaime Cortesão, D. Carolina Cortesão, de seus filhos, dr.ª D. Judite Cortesão e dr. António Zuzarte Cortesão, e de sua nora, D. Irene Cortesão, estiveram verdadeiros patriotas que lembram com respeito o intelectual e o político, símbolo alto da resistência antifascista. Junto do túmulo usaram da palavra Adão e Silva, Mário de Castro, Sá Vieira, David Ferreira e Mário Soares. Em nome dessas cinco vozes vibrantes fique o que uma delas disse de Jaime Cortesão — que foi «nosso professor, nosso mestre, e quem nos ensinou a Democracia».

● À saída da vila do Vimieiro, na E. N. 4, dois automóveis colidiram violentamente, saldando-se o desastre por dois mortos (os condutores: srs. Joaquim Cosme Baptista, de 58 anos, e Manuel José Gonçalves Saúde, de 29) e quatro feridos (acompanhantes). Estes últimos, todos em estado grave, foram internados no Hospital de Évora.

● Recolheu ao Instituto de Medicina Legal de Coimbra o corpo do septuagenário sr. Manuel Lopes, trabalhador aposentado, falecido nos Hospitais da Universidade na sequência de uma queda em Moita Negra (Ansião) pelas escadas da «Casa do Povo» local.

● Um choque eléctrico vitimou na aldeia de Amêndoa (Mação) a jovem Maria Odete Perdiz Simão, de 22 anos, solteira, fulminada quando ligava uma máquina numa salsicharia da localidade.

● Ontem de madrugada, dois salteadores de navalha em punho roubaram na Rua do Loreto o sr. Serafim Mota, guitarrista, que regressava a casa. O assalto estava praticamente consumado quando um oficial do Exército (identidade não revelada, supõe-se que a seu pedido) interveio e deteve os dois «valentes», afinal menos decididos do que se pensaria — em face das navalhas que levavam em mão... Nomes: Francisco, de 26 anos, e Carlos, de 19. Vinham de um outro assalto, segundo confessaram.

● O estivador sr. Carlos Alberto Bonito Castelo, de 27 anos, morador em Algés, foi ferido a tiro na Docapesca de Pedrouços. Ferimentos num braço — apenas e felizmente. Ao dar entrada no Hospital de S. José revelou desconhecer o nome do agressor (mas conhece-o de vista, apesar de tudo). O agressor é que fugiu. Por enquanto.

HOMILIAS EXALTANDO O 25 DE ABRIL

PORTO — Em algumas igrejas desta cidade foram proferidas homílias referindo e exaltando o significado do 25 de Abril.

Na celebração eucarística da paróquia de Miragaia muitos dos fiéis relataram a sua experiência do dia da libertação.

feira das vaidades

O CAMALEONISMO

por ARTUR PORTELA FILHO

O objectivo fundamental do 25 de Abril não foi, exactamente, montar, no Terreiro do Paço, perante uma Lisboa rubra de entusiasmo, um tribunal «en rond».

O objectivo fundamental do 25 de Abril foi recomeçar a História de Portugal.

O 25 de Abril não foi uma carreira de tiro.

O 25 de Abril foi o repovoamento das Forças Armadas.

Ou seja, o repovoamento na nossa História.

Acontece é que, para o 25 de Abril manter a clareza da sua dinâmica, importa que a política nova sejam novos homens que a façam.

Para evitar a Operação Camaleão.

Para evitar o Camaleonismo.

Isto é, o tomar, da cor vigente, a cor.

Por cálculo.

Ou por instinto.

Por manobra.

Ou por tique sociológico.

A Ditadura são 48 anos de telegramismo. Isto é, a adesão telegráfica a todas as posses. Isto é, um reflexo condicionado.

O cuidado do MFA em manter a normalidade e em evitar a represália é inteiramente razoável.

Há, no entanto, que conciliar essa preocupação e esse cuidado com uma substituição, não apenas de maneiras, que se podem adoptar por pura estratégia, não apenas de ideias, que se podem assumir por pura táctica, mas também de homens.

Por homens que nos dêem pela sua obra, pela sua vida, muitas vezes pelo seu sofrimento, garantias de que a democracia não é apenas a sua maneira de querer, mas também a sua maneira de ser.

E isto não apenas por motivos éticos. Mas sobretudo por motivos tácticos. E por motivos psico-sociais.

O camaleonismo não é apenas moralmente feio. É sobretudo tacticamente perigoso. E psico-socialmente desencorajador.

Tacticamente perigoso porque se deixa infiltrar, no aparelho do Estado democrático, aqueles que, tendo sido construídos moralmente pelo Estado autocrático, não pode deixar de o ser.

Psico-socialmente desencorajador porque se desgasta desnecessária e perigosamente a imagem do MFA.

Parece que nem os 200 capitães que fizeram o 25 de Abril, nem os 8 milhões de portugueses que o quiseram, estão na disposição de reencontrar, num ou noutro Ministério-chave, numa ou noutra embaixada vital, num ou noutro órgão de informação onde o Estado tem uma posição dominante, indivíduos tão activamente responsáveis pela acção, pela mística, pela construção do regime anterior.

Também não parece que as forças democráticas estejam na disposição de apoiar um Governo que julgue poder herdar, directamente, do Governo do Carmo, alguém.

Nem mesmo que se afigure sincera esta adesão. Nem mesmo que o seja. Nem mesmo que a experiência e a competência de quem quer que seja o recomendem.

As Forças Armadas, que realizaram uma operação profissionalmente impecável, só podem ser, em psico-sociologia, profissionais.

O bastante para prever a decepção de muitos daqueles que fizeram o 25 de Abril, e de todos aqueles que esperam, do 25 de Abril, o arranque para um país novo.

Isto é, o povo português.

Isto é, as Forças Armadas.

Ninguém quer que o 25 de Abril seja um progrom ideológico. Nem que se encerre aqueles que nos encerraram num «gheto» cívico em outro «gheto» cívico.

Todos havemos de ter a força moral para tratar os responsáveis do Governo do Carmo com a justiça e o equilíbrio que eles não usaram para connosco.

Desde que, para mantermos inteira a coerência da nossa ideologia democrática, e confortada a nossa consciência de democratas, não debilitemos aquilo que virá a ser o aparelho do Estado democrático.

Desde que, também nesta esquina da História portuguesa, a Operação Camaleão, o camaleonismo, de que o Conde de Abranhos é a vinheta queiroziana, não venha oxidar a vontade, corroer a estratégia, demorar a acção.

A hora de verdade que julgamos viver não merece o camaleonismo político.

De resto, o camaleão não muda de cor uma vez só. Mudar de cor é a própria natureza do camaleão.

INTENSIFICA-SE A ACÇÃO DA LEVIS EM PORTUGAL

Indício seguro do progressivo interesse que o mercado português representa é a atenção que sob diferentes ângulos lhe é dedicada pelas firmas estrangeiras, entre as quais algumas das de maior nomeada. Tal é o caso do Levi Strauss & C.ª a maior empresa do ramo de confecções em todo o mundo, cujo volume de vendas atingiu em 1973 a expressiva soma de 17 milhões de contos.

Companhia fundada em 1852 em S. Francisco da Califórnia pelo imigrante alemão Levi Strauss possui hoje dezenas de fábricas em numerosos países e territórios designadamente os E. U. A., a Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda, México, Porto Rico, Brasil, Argentina, Macau, Hong Kong, Singapura, Austrália, mantendo a acção comercial em todos os países da Europa Ocidental, bem como em vários países da Ásia.

Desde 1969 que a Levi's tem actividade em Portugal. Até 1973, porém, apenas através de um distribuidor. A partir de Junho passado passou a actuar directamente, estabelecendo em Lisboa uma fiilal que, desde Janeiro, tomou a designação de Levi Strauss (Portugal) Confecções Lda.

Actualmente, a empresa tem um quadro de 30 pessoas, todos portugueses, excepto o Director-Geral, de nacionalidade brasileira.

A escolha desse técnico reflecte a importância que é conferida à sua missão. Diplomado em Ciências Económicas e Administrativas, post-graduado em Administração, o Dr. Carlos Cunha regeu a cadeira de Economia e Estatística na «Escola Superior de Propaganda» de S. Paulo e é conceituado especialista de Marketing, tendo ocupado cargos de alta responsabilidade em destacadas empresas multinacionais antes de ingressar na Levi's Strauss.

Ao incremento operacional da Levi's em Portugal não é estranho o facto de haver já estabelecido acordo de trabalho com a Latina Thompson Associadas, afiliada no nosso país da J. Walter Thompson.

TELEGRAMAS DE APOIO REGOZIJO E SAUDAÇÃO

Continuamos a receber, na nossa redacção, expressivos telegramas de apoio e saudação pela vitória do Movimento Militar, restabelecendo as liberdades democraticas. Registamos entre outros, os da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, assinado pelo seu presidente, dr. Vasco da Gama Fernandes, da Associação Democrática dos Portugueses do Canadá, com vivas a Portugal democrático; de João Augusto Marques, Santarém, com uma saudação especial para Palma Inácio, dos democratas de Penela assinado por António Sarraut, dando conta de uma mensagem enviada à Junta de Salvação Nacional e ao glorioso Exército libertador; da direcção da Associação Portuguesa de Hamburgo, congratulando-se pelo restabelecimento das liberdades cívicas e saudando todos os que têm lutado em prol da dignificação do povo português e da Sociedade Portuguesa de Autores que afirma:

« A Sociedade Portuguesa de Autores manifesta o seu júbilo pelo triunfo do Movimento das Forças Armadas que entre outros patrióticos objectivos nos garante a liberdade de expressão e pensamento indispensável à actividade criadora dos autores e ao enriquecimento do património cultural da Nação.»

MOMENTO

O PRIMEIRO DE MAIO

É a festa do trabalhador, sem dúvida; mas é também o dia das suas reivindicações e não apenas profissionais, mas sociais e políticas. E na sociedade sem classes a que se aspira e para onde caminhamos, entre dificuldades embora, será o dia da verdadeira confraternização humana. Muito se conseguiu já no sentido da aproximação, esbatendo distinções e amaciando arestas; mas longe ainda do objectivo mínimo da igualdade de oportunidades entre os homens.

Dia de festa, não deixa o Primeiro de Maio de ser dia de reivindicações; e nos ambientes densos do autocratismo, da sujeição do conjunto das gentes a um homem ou a um gruupo, reivindicar seja o que for é tido por crime e todo o protesto tem a resposta de uma bala ou de uma enxovia. Estão na memória de todos nós as correrias e perseguições, o tiroteio e os espansamentos de manifestantes por parte da Polícia, nas ruas de Lisboa, nos últimos quarenta anos. Todos nós sabemos como as frases contestatárias eram reprimidas e os esforços ingentes dos olhapins e esbirros para impedir fosse que anseio fosse atirado para uma parede num cartaz, ou para os ares num grito. Reivindicar mesmo é uma palavra subversiva para quantos só na submissão mais ou menos paternalista encontram a via do futuro; e na repressão pela força a única forma de ensinar um caminho. Toda a reivindicação é um anseio, um desejo de ir mais longe e caminhar mais depressa contra quantos amputam os direitos de uma classe, de uma nação ou de um homem. Reivindica todo aquele que apela para um tribunal ou repele uma afronta; e protestam quantos se não conformam com o menosprezo a que sejam votados. Tão natural deveria ser a reivindicação como o aplauso e mais útil com certeza é a verificação de defeitos, de atrasos, do que as aclamações. Estas podem ser interessadas, aquelas um pretexto para se fazer justiça.

O Primeiro de Maio tem tradições em todos os países livres e pode bem dizer-se que as comemorações, cortejos, discursos, dísticos, o à-vontade da organização e o decorrer das celebrações mostram o grau de civismo das populações e a mentalidade dos governantes na compreensão dos direitos dos povos. Arrancado a ferros e a sangue, vem desde meados do século XIX e foi tomando vulto e à-vontade à medida que se iam firmando os direitos dos trabalhadores e que as classes detentoras do poder económico ou político, iam sendo penetradas pela razão ou pela força de quem realmente trabalha e de servo tem de se erguer a igual. Marcou pontos altos e difíceis nos últimos anos do século passado e primeiros do actual o chamado Dia Vermelho, e muito sangue foi derramado para os potentados concluirem ser irreversível a aspiração dos homens. Transformado em Festa Nacional nos países socialistas, muitos outros países o tornaram feriado nacional, o feriado do trabalhador. Chegou também a nossa vez. Já não era sem tempo!

Assistimos ao Primeiro de Maio, em Berlim Ocidental há um ano. Das três grandes manifestações, organizadas na Praça de Karl Marx, seguimos o cortejo mais longo. Os cartazes eram às centenas e atacavam desde o Governo Federal à Grécia e Portugal fascistas, às democracias revisionistas, aos senhorios e industriais, banqueiros. As rendas das casas altas, o preço dos géneros em verdadeira exploração, os transportes caros, salários de fome e horas de trabalho a mais, eram as teclas de uns e de outros, como o colonialismo, a exploração capitalista, os compromissos governamentais. A linguagem não era propriamente a das academias e os gritos mais violentos atroavam os ares aqui e além, intercalando com a Internacional que parecia catalizar todo o ambiente naqueles dois quilómetros de ruas e avenidas por onde o desfile seguia a passo lento. Polícia de escudos e capacetes de aço estava colada às casas em todo o percurso e muito mais numerosa junto de certas companhias ou bancos. Polícia muda, como espeques, só os olhos se movem atentos ao que passa. Os ditos de muitos manifestantes, visando-os directamente, deixam-nos impávidos. É como se fossem surdos e não sentissem a provocação. Bem vai, enquanto se trata de palavras!

O comício monstro com que terminou a manifestação durou mais de duas horas e desde o teórico lido em Engels e Marx, e que cita Platão, ao metalúrgico cultivado e violento e ao operário grego exprimindo-se com muita dificuldade numa língua estranha e ao empregado de escritório que grita contra a exploração de que todos os dias é vítima, dezenas de anseios e desabafos passaram pela tribuna de momento. Aplaudidos muitas vezes, alguns vaiados quando se não mostravam radicais, quase todos se exprimiam na linguagem incisiva dos cartazes. Ao começo da tarde, cartazes se foram abatendo, os homens dispersaram enquanto os serviços de Polícia continuavam postados ao longo das ruas, impávidos, sem terem tido uma só intervenção.

Seguimos durante grande parte do cortejo e estivemos no comício ao lado da senadora encarregada da Juventude e Desportos na cidade de Berlim. Como a Polícia também ela tomava como ofensa as palavras em que o Governo era visado. Sorria muitas vezes diante de certos gritos ou de muitas afirmações dos oradores. Quando lhe perguntámos porque participava num cortejo em que os governantes eram tão maltratados, ela respondeu-nos simplesmente que não vira qualquer mau trato, apenas queria era saber as ânsias dos participantes. A primeira obrigação de um governante era informar-se, conhecer as gentes e suas necessidades.

Festa do trabalhador, o Primeiro de Maio é por igual o dia das reivindicações, de quanto pode contribuir para melhorar a vida e a tornar mais humana, aproximar mais os homens. É a festa de quanto traduza ânsia de libertação do homem, realização de fraternidade.

A AGRICULTURA DO FUTURO—1

por HENRIQUE DE BARROS

Realizou-se recentemente na prestimosa «Coperativa de Estudos e Documentação», integrada no ciclo de colóquios ainda em curso sobre «A Nova Sociedade», uma sessão que teve por tema o título deste artigo.

A ela dei, com prazer e na medida das minhas capacidades, a colaboração que me fora pedida e que consistiu em introduzir o tema, desenvolvido depois sob diversas ópticas pelos meus colegas Carlos da Silva, Blasco Fernandes e Falcão de Campos.

Tentarei agora, respondendo com igual prazer ao convite do Dr. Raul Rego, apresentar um resumo daquilo que já constituiu, penso eu, uma visão sintética do problema abordado a 12 de Fevereiro pelo nosso grupo.

A missão que nos propusemos foi a de tentar trazer respostas a certas interrogações na verdade cruciais, a saber:

— Qual será a função da agricultura na sociedade do futuro, mais precisamente no princípio desse vigésimo primeiro século que tão velozmente vemos aproximar-se de nós?

— Que papel estará reservado, na cena económica e na vida social, àquele sector insubstituível da actividade das nações?

— O que se espera dele?

— Como se julga que conseguirá desempenhar a missão que lhe cabe de alimentar os homens, de os prover em bens essenciais à sua existência?

Se se tratasse somente da primeira pergunta, limitada à natureza da missão atribuível à agriculutra na sociedade de amanhã ,a única resposta possível seria tão simples como óbvia, já que consistiria em dizer que, no futuro, a agricultura exercerá função idêntica àquela que tem sido a sua desde que surgiu no mundo: fornecer à humanidade os seus mais imprescindíveis meios de vida.

Mas o problema em debate não é este e foi por isso mesmo que julguei dever acrescentar à primeira interrogação algumas mais, todas susceptíveis de se condensarem nesta outra bem mais complexa:

— Como conseguirá a agricultura do futuro desempenhar pela melhor forma, pela forma mais útil à espécie humana, quero dizer *duradouramente mais útil*, o seu papel de sempre, a sua função de ontem, hoje e amanhã?

Seja-me permitido começar pela evocação de um episódio a que estive pessoalmente ligado e que me levou a tomar uma atitude, que até hoje não vi motivo para considerar errada e que creio vir agora muito a propósito relembrar.

Em 1968, uma organização internacional sediada em Amsterdão e presidida pelo príncipe Bernardo da Holanda, a «Fundação Europeia da Cultura», deliberou promover, sob o provocador título geral «Plano Europa 2000», a elaboração de quatro estudos integrados no domínio científico (ou, talvez, quem sabe?, pseudo-científico) da *Futurologia, crítica*, os quais se chamariam respectivamente: *Educação, Industrialização, Urbanização, Agricultura*.

Os trabalhos respeitantes a este último, ou seja, a preparação de um projecto que se intitulará «A Agricultura no ano 2000», iniciaram-se em Setembro de 1970.

Como a referida Fundação procurasse, em cada país europeu ocidental, alguém que a representasse e estabelecesse a ligação com os organismos e as pessoas mais capazes de, no respectivo país, colaborar nos estudos em causa, — aconteceu ter sido a primeira pessoa em Portugal a ser convidada para o efeito, não, certamente por estar credenciado com trabalhos próprios sobre o tema em questão (nunca me revelara, com efeito, um futurologista, ainda que apenas aprendiz), mas talvez pelas funções que então ainda desempenhava de professor de economia agrária.

Pois bem: a minha resposta, grato embora à penhorante distinção, foi prontamente negativa ou, dizendo melhor, foi negativa após ter verificado que não havia quem me pudesse elucidar sobre a seguinte questão prévia, aos meus olhos fundamental, como nenhuma outra: «Em que modelo de organização política da sociedade deveria considerar-se incluída a tal «agricultura do futuro»:

— 1) o modelo que tende actualmente a impor-se, e a que se poderá chamar neo-capitalista, caracterizado pela tendência ao progresso da técnica, à racionalização da gestão, à concentração dos centros da decisão, à integração dos interesses privados em nível nacional e até internacional e ao conflito de classes?

— 2) um modelo arcaizante, mas que conserva mais adeptos do que geralmente se acredita, de «retorno à terra», de exaltação dos chamados «valores artesanais», de protecção às pequenas unidades produtivas e defesa da sua autonomia?

— 3) um modelo ortodoxamente socialista de colectivização integral dos instrumentos de produção e de estruturação da economia exclusivamente em grandes unidades produtivas cooperativas ou, de preferência, estatais?

— 4) um modelo também socialista, ou pelo menos capaz de o ser, constituído por pequenas ou médias empresas essencialmente familiares e por isso alheias à «exploração do homem pelo homem», tecnicamente modernizadas e bem integradas numa extensa e forte superestrutura cooperativa de serviços?

— 5) ou finalmente, um modelo misto, ou antes pluralista, combinação como seria de diversos modelos simples, no qual grandes unidades de produção, estatais, cooperativas ou até eventualmente privadas, aparecessem combinadas com pequenas ou médias empresas familiares cooperativamente associadas, umas e outras submetidas à orientação geral definida pelo Plano e à coordenação por este exigida?

Pensava eu, efectivamente, então, como hoje, que o conhecimento desta prévia opção era condição indispensável à realização dessa audaciosa tarefa encomendada pela «Fundação Europeia de Cultura», sem isso muito arriscada a transformar-se num mergulho no porvir em queda livre.

Reconhecia, é certo, e não deixei de fazê-lo, que certas soluções técnicas podem ser, pelo menos até certo ponto, independentes de uma solução política global e até que do ponto de vista da modernização tecnológica e gestora, não faltam extensas áreas de contacto entre o capitalismo e o socialismo.

Mas sabia também que a maneira como a agricultura cumprirá a sua função na «nova sociedade» a que aspiramos, a forma como logrará servir os homens e, do mesmo passo, tentar sair da crise endémica de que sofre desde os alvores da revolução industrial, dependerão basilarmente da opção política que a sociedade tiver feito. E entendia, portanto, como lógica consequência, que seriam vãos, senão estultos, os esforços que se efectuassem para configurar a fisionomia da agricultura no ano 2000, ou em qualquer outro, sem se ter começado por definir como se julga que se caracterizaria politicamente *toda* a sociedade europeia ocidental nesse início do terceiro milénio da idade cristã.

Não era, porém, a mim que, no contexto das responsabilidades voluntariamente assumidas pela «Fundação Europeia de Cultura», cumpria formular semelhante previsão, e confesso aliás que teria deparado com as

(Continua na 17.ª pág.)

A publicação desta série de artigos fora recentemente proibida pela extinta Comissão de Exame Prévio (Censura).

«ESTAMOS DO LADO DO POVO»

A jornada do 25 de Abril está recheada de episódios de excepcional riqueza humana. Vou contar-vos mais um, que considero exemplar. Uma coluna militar vinda algures do Alentejo encontra elementos de uma outra unidade do Exército em posição numa rua de Lisboa. Um alferes dessa coluna recém-chegada dirige-se ao soldado de Lisboa: «De que lado estão vocês?». Resposta (tranquila) do soldado: «Estamos do lado do povo».

ÁLVARO GUERRA

de vez em quando

É compreensível a ânsia desmedida, quase sôfrega, que temos de resolver, no presente, os problemas insolúveis ao longo de cinco décadas. Mas é imperioso pôr de parte os problemas pessoais, os gostos partidários, para atentar nas necessidades comuns. Não estraguemos com o egoísmo de cada um o consolidar de uma obra que terá de ser de todos nós.

V. D.

TV — VER E CONTAR

TELEJORNAL: O TELESPECTADOR NO PAÍS DAS MARAVILHAS

De repente, o Telejornal não chega. De um dia para o outro, o País cresceu, tornou-se grande demais para c a b e r nos minutos que, dantes, tinham de ser preenchidos com a palha morna que lhes metiam dentro, em troca da verdade escamoteada. Agora, são lidos alguns comunicados cheios de interesse, vemos passar algumas imagens apressadas de acontecimentos apaixonantes, assistimos a uma ou duas entrevistas importantíssimas, e v e m o s que num ápice se passou meia hora, que a actualidade internacional vai para o ar já com atraso. O Telejornal de modelo antigo é acanhado para tantas maravilhas.

Por isso se impõe, naturalmente, um alargamento do seu tempo de emissão.

É claro que uma TV não se pode deixar reduzir a uma série de emissões do Telejornal. É claro que a extensão de um serviço noticioso não depende apenas do volume de informações a prestar, mas também da capacidade de recepção por parte do telespectador. Em circunstâncias normais, o p ú b l i c o não suporta mais que meia hora de notícias: a partir daí, é a impaciência, a surda hostilidade, a rejeição. Mas acontece que, justamente, não estamos a viver circunstâncias normais. E, antes do mais, sucede que o telespectador não está apenas a informar-se: está a dessedentar-se.

Durante dezassete anos, um Telejornal notoriamente falsificador das realidades constituiu, noite após noite, um acto de desprezo e de escárneo para com o telespectador e o seu legítimo direito a uma informação honesta. Agora, é natural que ele deseje compensar-se. Que nenhum t e m p o lhe pareça demais para uma informação verdadeira. Que meia-hora passe num instante, que as rubricas chamadas de pura distracção lhe pareçam fúteis e baças em confronto com a emoção que o Telejornal lhe traz. Ontem, por exemplo, aviso contra a eventualidade de provocações durante o 1.º de Maio, perigo maior entre os imediatos perigos que ameaçam as liberdades recém-conquistadas; os apontamentos de reportagem que documentaram a maturidade cívica da juventude académica; as conversas com personalidades de quem d a n t e s nem sequer se citava o nome; tudo foi uma aventura entontecedora. Diante do Telejornal, o espectador viaja num país de maravilhas.

Por isso é indispensável tomar algumas precauções. É preciso que o Telejornal livre não r e t o m e, nem mesmo de passagem, o estilo subserviente do Telejornal mistificador, o que nos pareceu acontecer ontem com o apontamento recebido da Guiné. É preciso, a todo o custo, evitar as palavras que terão sido belas, mas se gastaram ao serviço da Mentira, durante anos e anos, e estão agora carregadas de um insuportável sabor a traição, pois a traição é, evidentemente, mentir conscientemente ao povo para o enganar. É preciso recorrer às reportagens em directo, processo comprovador de uma autenticidade que o velho Telejornal temia, e portanto evitava.

É preciso, enfim, que a maravilha se não quebre. Que seja cada vez mais verdade. Mais alegria. E também mais lucidez na cuidadosa d e f e s a da esperança conquistada.

CORREIA DA FONSECA

DO CINECLUBE DO PORTO AOS CINEASTAS AMADORES

A secção de Cinema de Amadores do Cineclube do Porto redigiu o seguinte documento, a propósito da actual situação política:

Considerando que o momento político em Portugal é, felizmente, muito diferente da feroz ditadura fascista a que estávamos submetidos.

Considerando que o cinema é um meio de informação e de comunicação que deve estar ao serviço do Povo.

Considerando ainda as necessidades de formação e informação política e cultural da maioria da população portuguesa, que durante aproximadamente 50 anos se viu espoliada de todas as potencialidades mentais, e porque para bem se escolher o futuro comum se torna imprescindível **conhecer para escolher**, propomos aos cineastas amadores portugueses e ao cinema de um modo geral que:

1 — Somente se produza o cinema necessário.

2 — Se entenda por cinema necessário todo aquele que, de raiz nacional, leve directamente à formação política da população dentro dos princípios democráticos e populares.

3 — Fazer-se um levantamento etnográfico do País, bem como a procura de todas as dificuldades nacionais, expostos sem demagogias.

4 — Se façam todos os esforços para que esse cinema necessário, e muito já existe, seja apresentado a todo o Povo Português, juntamente com debates, agora possíveis com toda a liberdade, para que assim se contribua para a formação de um bom nível de politização em Portugal.

Fazemos votos para que a Federação Portuguesa de Cinema de Amadores colabore aberta e francamente com os cineastas e com os superiores interesses nacionais, que os deve nortear, activando todas as realizações que visem esse objectivo.

O TEATRO DO ROSSIO É PARA O POVO

por CARLOS ALBINO

O derrubado governo nunca deu uma resposta clara sobre o futuro do Teatro Nacional, aquele edifício do Rossio pertencente ao Estado e durante as décadas da repressão explorado pela gloriosa companhia Rey Colaço-Robles Monteiro, com um critério eliminatório para os nossos dramaturgos de esquerdas.

A Companhia do Teatro Nacional, que serviu a cultura oficial durante os governos de Salazar e Marcelo Caetano, entretanto parece manter aspirações em ocupar o reconstruído edifício do Rossio, após meia dúzia de espectáculos inglórios no Teatro da Trindade, para cujas estreias convidava todas as altas esferas da influência política outrora vigente.

Os críticos temiam «bater» nos arremedos europeus do Trindade, com medo de represálias nos seus jornais e na rádio, já que a televisão nunca teve uma crítica teatral efectiva e interveniente.

Os espectadores temiam patear aquelas insonsas récitas que funcionavam como autênticas torturas de dizer palavras impostas aos actores mais conscientes.

O teatro oficial foi um obstáculo à concepção do actor como criador, foi absolutamente impopular e tentou simular no luxo dos cenários e da plateia o seu trabalho embrutecedor.

Esta é a ocasião adequada para nos interrogarmos sobre qual será o futuro do Teatro Nacional que manteve a designação de «D. Maria II».

Se tivermos presente na nossa consciência os grandes sacrifícios dos grupos de teatro que frontalmente combateram toda a estrutura oficial e comercial (esta dominada por Vasco Morgado) a resposta não será difícil.

A Comuna sofreu.

Sofreu com a censura e com o dinheiro.

Nem sequer tinha instalações e era no entanto o grupo que o espectador de teatro melhor identificava com as posições de vanguarda.

Os Bonecreiros, sofreram.

Sofreram com a censura e com o dinheiro.

Os grupos de actores profissionais de esquerdas entretanto eram lançados para os problemas que advêem da luta pela sobrevivência, que a imprensa manipulada pelos monopólios explorava através dos seus colaboradores analfabetos, que pouco a pouco iam transformando a imagem do teatro de esquerda como se este fosse uma luta de futebol.

Defendemos portanto a entrega do Teatro Nacional a uma companhia formada por actores coerentes e que ficariam a explorar o Teatro do Estado.

CARTAZ DO DIA

ALVALADE

METRO — ALVALADE
Telefone 71 74 80
Às 15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D.18 anos
Color By de Luxe
FORA DE SÉRIE!
Dos homens de «Bullitt» e «The French Conneection4 nasce...

O ESQUADRÃO INDOMÁVEL

Com Roy Scheider — Tony Lo Bianco — Larry Haines

APOLO 70

Telefone 76 33 19
Às 15.15, 18.30 e 21.45
5.ª SEMANA!
«UM DOS 10 MELHORES FILMES DO ANO!»
Technicolor — Grupo D.18 anos

«AMERICAN GRAFFITI»

de GEORGE LUCAS
NOVA GERAÇÃO

AVIS

Telefone 4 71 63
Às 15.30 e 21.45
Eastmancolor — Grupo D-18 anos
3.ª SEMANA

MALTESES BURGUESES E ÀS VEZES...

YOLA — ARTUR SEMEDO

BERNA

Telefone 77 60 98
Às 15.15, 18.30 e 21.45
20.ª SEMANA!
Grupo C-14 anos
Technicolor — Todd-ao 35
O filme de NORMAN JEWISON

JESUS CRISTO SUPERSTAR

CASTIL

Telefone 53 01 94
Às 15.30, 18.30 e 21.45
3.ª SEMANA
Eastmancolor — Grupo D.18 anos

SEGREDOS PROIBIDOS

JAQUELINE BISSET

CONDES

Telefone 32 25 23
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D-18 anos
Color By de Luxe
FORA DE SÉRIE!
Dos homens de «Bullitt» e «The French Connection» nasce...

O ESQUADRÃO INDOMÁVEL

Com Roy Scheider — Tony Lo Bianco — Larry Haines

EDEN

Telefone 32 07 68
Às 15.15 e 18.30
ESTREIA às 21.45
Eastmancolor — Grupo C-14 anos
Frederick Staddord — Raymond Pellegrin — Marilu — Tolo

ABUSO DO PODER

Às 15.30 e 18.30 — Eastmancolor
Grupo C-14 anos — CANTINFLAS
— ÀS ORDENS DE VOSSELÊNCIA

ESTÚDIO

Telefone 55 51 34
(Metro — Alameda)
Às 15.30, 18.30 e 21.45
3.ª SEMANA
Grupo D 18 anos
A obra-prima de INGMAR BERGMAN

RITUAL

Com INGRID THULIN

ESTÚDIO 444

Telefone 77 90 95
Às 15.30, 18.30 e 21.45
28.ª SEMANA
Eastmancolor — Grupo D 18 anos
BERNARD LE COQ
Maureen Kerwin — Michel Galabro

O PORTEIRO

EUROPA

Telefone 66 10 16
Às 15.15 e 21.30 — Eastmancolor
Grupo C-14 anos

VÊM AÍ OS CABELUDOS

Dani Michel Galabru — Jean Lefebvre

IMPÉRIO

Telefone 55 51 34
Metro — Alameda
Às 15.15, 18.30
2.ª SEMANA
Technicolor — Grupo D.18 anos
MALCOLM McDOWELL

UM HOMEM DE SORTE

Um filme de LINDSAY ANDERSON
Às 21.30 — HOJE
Grupo A-6 anos
RECITAL DE PIANO
Por GESA GANDA
Promovido pelo Centro de Cultura Musical
SESSÃO CLÁSSICA às 18.30 h.
AMANHÃ
Um filme de Lourence Olivier
RICARDO III
Com Lourence Olivier — 17 anos

MUNDIAL

Telefone 53 87 43
Às 15.15, 18.30 e 21.45 horas
Colorido — Grupo D.18 anos
4.ª SEMANA

O NOSSO AMOR DE ONTEM

BARBRA STREISAND
ROBERT REDFORD

LIDO

21.30 h.
Grupo D-18 anos

O MISTERIOSO MR. MAcKINSTOSH

Uma obra impar de JOHN HUSTON com PAUL NEWMAN

CINESTÚDIO LIDO

Às 15.30 e 21.45 h.
Grupo C-14 anos

ÀS ORDENS DE VOSSELÊNCIA

O mais recente filme de Cantinflas

LONDRES

Telefone 73 13 13
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Obra admirável, diamante intacto...

HIROSHIMA MEU AMOR

O filme de ALAIN RESNAIS

Na nossa secção de informações úteis (página 22) publicamos o complemento ao cartaz de espectáculos com todos os Teatros e Cinemas de Lisboa e arredores

MONUMENTAL

Telefone 55 51 51
ESTREIA às 21.30
Color — Grupo C-14 anos
Burt Lancaster — Robert Ryam

ACÇÃO EXECUTIVA

Um filme de DAVID MILER com argumento de DALTON TRUMBO
Às 15.15 — Grupo D-18 anos
HARRY, O DETECTIVE EM ACÇÃO
QUINZENA DO BOM CINEMA
* QUINZENA FICÇÃO CIENTÍFICA
Amanhã às 18.30—AMO-TE, AMO-TE
Adultos

ODEON

Telefone 52 62 83
Às 15.15, 18.15 (p. r.) e 21.30
Grupo D-18 anos
A última expressão das Artes Marciais

CRUEL VINGADOR

Com Chen Kuan-Tai

PATHÉ

Telefone 82 19 33
(Metro Arroios)
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Colorido — Grupo D (18 anos)
Arramjem-lhe um sarilho e ele arranja-lhes um lindo enterro!

À ESPREITA DO SARILHO

POLITEAMA

Telefone 52 63 05
Às 15.15, 18.15 e 21.45
3.ª SEMANA
Eastmancolor — Grupo A.6 anos

EUSÉBIO A PANTERA NEGRA

ROMA

Telefone 72 77 78
Às 15.30 e 21.45
Eastmancolor — Grupo C-14 anos
Rod Steiger — Rosanna Schiaffino
Rod Taylor — Claude Brassler
Terry Thomas

OS HERÓIS

ROXY

Telefone 4 85 60
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Metro (Anjos)
Grupo D.18 anos — Colorido
O PESADELO DOS PESADELOS!

A LENDA DA CASA ASSOMBRADA

Pamela Franklin — Roddy McDowal — Gayle Hunnicutt

SÃO JORGE

Telefone 5 41 53 5 41 54
Às 15.15, 18.15 e 21.30
2.ª SEMANA
Richard Chamberland — Glenda Jackson

TCHAIKOVSKY, DELÍRIO DE AMOR

O célebre filme de Ken Russell
Grupo D.18 anos
AMANHÃ O MESMO PROGRAMA

SATÉLITE

Telefone 56 26 32
6.ª SEMANA
Às 15.30, 18.30 e 21.45
color Grupo D 18 anos
A obra prima de NAGISA OSHIMA

CERIMÓNIA SOLENE

TIVOLI

Telefone 5 05 95
Às 15.15, 18.30 e 21.45
2.ª SEMANA!
Paul Newman — Robert Redford
Robert Shaw

A GOLPADA

THE STING
Premiado com 7 Óscares incluindo melhor filme, melhor realizador

VOX

Telefone 72 08 08
REABRE 5.ª FEIRA, DIA 2 DE MAIO com o filme

DOIS HOMENS NA CIDADE

Fundação Calouste Gulbenkian

Serviço de Música

GRANDE AUDITÓRIO

2, 4, 6, 8 e 11 de Maio ● Às 18.30 horas

CICLO CHOPIN

Audição integral da obra para piano solo, por

NIKITA MAGALOFF

CHAMA-SE A ATENÇÃO DO PÚBLICO PARA O FACTO DE TER SIDO ADIADO PARA O DIA 2 DE MAIO O RECITAL INICIALMENTE ANUNCIADO PARA O DIA 1.

Bilhetes à venda para todos os recitais — Grupo A—m/6 anos

Hoje às 21.30 horas

CONJUNTO DE COLÓNIA PARA O NOVO TEATRO MUSICAL

Direcção de MAURICIO KAGEL

PROGRAMA: TACTIL, para três / REPERTOIRE, concerto cénico

2 e 3 de Maio às 21.30 horas .

CONJUNTO DE COLÓNIA PARA A NOVA MÚSICA

Direcção de MAURICIO KAGEL

PROGRAMAS:
DIA 2 — SCHLAG AUF SCHLAG, para quatro serras musicais / CON VOCE, para três músicos mudos / UNGUIS INCARNATUS, para piano e... / EXOTICA: SOLI, para instrumentos extra-europeus.
DIA 3 — PRIMA VISTA, para diapositivos e várias fontes sonoras / BAIXO CIFRADO, para órgão e guitarra-baixo / ACÚSTICA III, para quatro músicos e banda sonora.

AUDITÓRIO DOIS

PROJECÇÃO DE FILMES DE MAURICIO KAGEL

Hoje às 18.30 h.: «Match» e «Hallelujah» ● Dia 3 às 18.30 h.: «Ludwig van»

Bilhetes à venda para todos os espectáculos — Grupo B—m/10 anos

RECITAL ADIADO

Avisa-se todo o público interessado de que foi adiado para quinta-feira, dia 2 de Maio, o segundo recital do Ciclo Chopin, pelo pianista Nikita Magaloff, no Grande Auditório Gulbenkian, recital esse que inicialmente fora anunciado para o dia 1 de Maio.

Os restantes recitais do Ciclo — ao longo do qual será dada a audição integral da obra de Chopin para piano solo — realizar-se-ão, tal como fora previsto, nos dias 4, 6, 8 e 11 de Maio, às 18 e 30.

CICLO CHOPIN NA FUNDAÇÃO GULBENKIAN

Um dos acontecimentos marcantes da presente temporada musical da Fundação é, sem dúvida, o Ciclo Chopin, pelo pianista Nikita Magaloff, que se iniciará hoje, às 18.30 h. Este ciclo, no decorrer do qual será dada a audição integral da obra pianística daquele genial compositor polaco, prosseguirá nos dias 1, 4, 6, 8 e 11 de Maio, à mesma hora. Todos os recitais se realizam no Grande Auditório da Fundação.

No presente ciclo, a produção de Chopin será apresentada segundo uma estrita ordem cronológica, o que conferirá a cada recital uma maior variedade e equilíbrio. Os programas abrangem apenas as obras publicadas em vida do compositor, dado que este não desejava que as peças de publicação póstuma viessem a ser editadas ou sequer interpretadas. No entanto, Nikita Magaloff tocará como «extras» várias dessas obras póstumas pelas quais nutre maior admiração: a Fantasia - Improviso e alguns Nocturnos, Mazurcas e Valsas.

O nome de Nikita Magaloff é de antemão uma garantia do alto nível das interpretações que vamos ouvir. Com efeito, Magaloff é mundialmente conhecido como um dos melhores intérpretes de Chopin, e precisamente um dos poucos pianistas da actualidade que inclui no seu reportório o ciclo completo da obra daquele compositor. Quando Nikita Magaloff ganhou, aos dezassete anos, o primeiro prémio do Conservatório de Paris, Maurice Ravel afirmou: «Com Magaloff nasceu um grande músico, verdadeiramente extraordinário». A profecia cumpriu-se: este pianista é hoje saudado como um dos mais notáveis intérpretes do nosso tempo.

VOZ OFF

A censura cinematográfica em Itália seja por via clerical, seja por via laica está a actuar de há alguns meses a esta parte, com grande rigidez.

Sabe-se, por exemplo, que existe em várias cidades italianas um conselho censório constituído por bispos que classifica as películas em quatro graus, consoante a inocuidade das propostas nelas contidas ou a gravidade dos temas e das situações tratadas.

Grande parte das películas são vetadas sob a acusação de obscenidade, observando os «examinadores» que o público cinéfilo não pode ser prevertido pela crueza, «quase apocalíptica», das imagens.

Muitos são, entretanto, os filmes onde nem sequer existem conotações eróticas. Aí fala-se, simplesmente da especulação urbanística, das fortes ligações da Mafia com certos sectores do poder político, da corrupção de uma importante parte do funcionalismo.

Nesses felizmente ninguém se atreve a descobrir «obscenidade», tanto mais que um dos seus objectivos dominantes é precisamente denunciar a obscenidade da corrupção e do suborno, da exploração e da fraude.

Embora a moral vigente nesta Europa atormentada pela esclerose das suas estruturas sociais nos tente fazer crer o contrário, o certo é que esta é a mais grave das obscenidades.

Ainda assim, quando não é a fiscalização oficial a insurgir-se contra o conteúdo de certas obras é o dispositivo de terror da Mafia que entra em funcionamento. Deste modo realizadores como Francesco Rossi que desmontam sem piedade as relações dos «mafiosi» têm sido ameaçados de morte.

Portanto, o cinema como instrumento poderoso que é para a desmontagem de certas relações económicas e políticas vê cada vez mais limitada a livre realização dos projectos que lhe servem de base.

Liliana Cavani, por exemplo, tem o seu último filme «Porteiro da Noite» vetado pela censura italiana que o considerou «obsceno» e portanto, impróprio para circulação.

Recentemente Liliana interessou-se em termos cinematográficos pela figura de Nietzsche afirmando numa conferência de imprensa que o considerava um «génio mal conhecido», cujo pensamento conserva as suas virtudes intactas para os europeus de hoje.

Na impossibilidade de tratar livremente, os temas com os quais se encontra mais identificada, Cavani decide adaptar à tela a figura do discutido filósofo alemão que a ideologia nacional-socialista explorou comprometedoramente. Na mesma linha esperemos que a realizadora se interesse também pela figura de Wagner cuja obra devido a ligações da sua família com os chefes nazis foi transformada em «música predilecta do regime».

Ao tratar na tela a figura de Nietzsche, Liliana Cavani associa-se inteligentemente à campanha desenvolvida em diversos meios intelectuais europeus para reabilitar a sua obra e sublinhar a decisiva importância de algumas das partes que a integram.

Esperemos agora que ninguém se apresse a considerar Nietzsche «obsceno». Se o fizerem, escassas alternativas restarão, certamente à realizadora italiana.

JOSÉ JORGE LETRIA

O SÃO CARLOS AVISA O PÚBLICO

Dificuldades no trabalho de preparação dos próximos espectáculos obrigam a transferir a estreia das óperas «A Medium» e «O Urso», primitivamente fixada em 6.ª-feira, para sábado, 4 de Maio, às 21.15 horas, mantendo-se a validade dos bilhetes.

Confirmam-se as récitas de domingo, às 16.30 horas, no Teatro Nacional de S. Carlos e de terça-feira, 7 de Maio, às 21.15 h. no Coliseu dos Recreios.

O concerto por Gundula Janowitz, que deveria realizar-se na noite de 2 de Maio, fica adiado para data a anunciar oportunamente, mantendo-se também a validade dos bilhetes.

MANFREDI TRABALHA COM BEVILACQUA

ROMA — Nino Manfredi aceitou o principal papel do próximo filme de Alberto Bevilacqua, baseado no seu romance intitulado «Olho de Gato».

ZÉ MÁRIO BRANCO NA HORA DO REGRESSO

À hora a que lerem esta breve nota já José Mário Branco e outros exilados portugueses devem ter pisado de novo a sua terra, após muitos anos de ausência. Radicado em Paris, há cerca de doze anos, Zé Mário manteve-se sempre firme no seu trabalho político e criativo embora a distância a que se encontrava de Portugal fosse uma constante parte de amargura e simultaneamente um estímulo para o combate final.

Trabalhando junto da emigração, falando a sua linguagem simples e acertando frontalmente nos problemas de todos os que trocaram um Portugal irrespirável por uma França onde se pagava melhor, José Mário Branco cantou no exílio tudo o que lhe foi possível cantar sempre com os olhos virados para a pátria dominada pelo regime fascista.

Hoje soou a hora do regresso. De momento ignoramos se Zé Mário vem para ficar. Em França fica a animação cultural, às canções que a ex-censura criminosamente vetou.

Em França ficam também, por enquanto, Francisco Fanhais, Luís Cília e no Canadá Sérgio Godinho. Aguardamos o seu regresso a qualquer momento. Mais do que nunca a presença deles é aqui urgente.

Recordo-me entretanto duma manhã de Inverno em que me despedi do José Mário no aeroporto de Orly. Eu regressava a Lisboa e ele ficava — não tinha outra alternativa — em Paris a milhares de quilómetros de distância. Despedimo-nos «até um dia» que nenhum de nós pressentia tão próximo. Hoje posso abraçar o Zé Mário e os outros companheiros em Lisboa. É de facto muito diferente o ar que se respira nesta terra liberta!

JOSÉ JORGE LETRIA

MAURICE KAGEL NA GULBENKIAN

Maurício Kagel, uma das personalidades mais destacadas e originais da música contemporânea, estará presente na Fundação Gulbenkian, a partir de amanhã e até 3 de Maio, para uma série de espectáculos em que a sua obra nos será dada a conhecer pelo Conjunto de Colónia para a Nova Música e o Novo Teatro Musical, agrupamento de que é director o próprio Kagel tem dividido a sua actividade entre a composição, a direcção de orquestra, a encenação teatral e a realização cinematográfica. Trabalhou no Estúdio de Música Electrónica de Colónia, e foi, durante vários anos, professor dos Cursos Internacionais de Música Nova em Darmstadt.

À frente do seu conjunto, Kagel tem percorrido os principais centros artísticos da Europa e da Ásia, divulgando a sua concepção verdadeiramente inédita do espectáculo musical — «música visível», «música cénica», ou «teatro instrumental», para utilizar a expressão de Kagel.

Conforme comentava um dos principais críticos de Tóquio, Maurício Kagel criou «uma nova concepção do Teatro Musical, quase como antítese com a ideia do teatro musical que, desde o século XVII, especialmente na Europa, está relacionada com a ópera». Esta nova concepção é dominada por um humor que oscila entre o absurdo e o cruel, e mediante o qual se processa «a erosão ideológica da cultura burguesa do século XIX».

O Conjunto de Colónia para a Nova Música e o Novo Teatro Musical actuará no Grande Auditório Gulbenkian, nos dias 30 de Abril corrente, 2 e 3 de Maio, às 21 e 30, com três programas diferentes.

Entretanto, no Auditório Dois, realizar-se-ão, nos dias 30 e 3, às 18 e 30, sessões cinematográficas com projecção dos filmes «Match», «Aleluia» e «Ludwig van», realizados por Maurício Kagel.

Por outro lado, este compositor proferirá, também no Auditório Dois, às 18 e 30 do dia 2, uma conferência, em língua espanhola, subordinada ao tem «Música absoluta como Teatro musical», a qual será ilustrada com trechos das obras «Variações sem fuga» e «1898».

SHAKESPEARE NO CINEMA

Com o patrocínio do British Council, as 4.as-feiras clássicas do Império apresentam todo o mês de Maio um ciclo intitulado «Shakespeare no Cinema».

Assim poderemos ver:

1 de Maio (excepcionalmente às 18.15) — «Ricardo III», de «Sir» Laurence Olivier, que fez o protagonista ao lado de Claire Bloom, «Sir» Cedric Hardwick e «Sir» John Gielgud;

8 de Maio, às 18.30 — «Macbeth», de Roman Polanski, com John Finch e Francesca Annis;

15 de Maio, às 18.30 — «Othello», de «Sir» Laurence Olivier, que fez o protagonista ao lado de Maghie Smith e Frank Finlay;

22 de Maio, às 18.30 — «Júlio César», de Joseph Mankiewicz, com Marlon Brando, James Mason, Greer Garson e «Sir» John Gielgud;

29 de Maio, às 18.30 — «Falstaf», de Orson Welles, com ele no protagonista e Jeanne Moreau, «Sir» John Gielgud e Keith Baxter.

Em datas a determinar e integradas neste ciclo realizar-se-ão no Instituto Britânico sessões especiais, por convites, para apresentação da mais recente versão cinematográfica de «A midseummer night's dream».

CONFIANÇA PARA A CONSTRUÇÃO

Um "slogan" consagrado

Desde o início da nossa actividade fabril, em 1956, conquistámos rapidamente a confiança dos Construtores e dos Técnicos responsáveis, porque estávamos decididos a fabricar produtos de betão de superior qualidade, nomeadamente os materiais pré-esforçados.
Essa confiança tem-se mantido e consolidado.

Hoje somos considerados peritos na nossa especialidade e o nosso "slogan" CONFIANÇA PARA A CONSTRUÇÃO está de há muito consagrado como um privilégio de Materiais Novobra.

Mercê desse privilégio, a nossa empresa cresceu e expandiu-se consideravelmente, levando-nos à criação das firmas associadas de Leiria e Lagoa, assim como à implantação de novas fábricas, na Guarda e na Moita.

Com a recente fusão, a nossa organização apresenta-se agora com as suas cinco unidades fabris, formando um complexo industrial de grande dimensão, sob a forma duma Sociedade Anónima com o capital de Esc. 50.000.000$00, e denominada MATERIAIS NOVOBRA, S.A.R.L.

No curso da sua expansão no espaço português, os Materiais Novobra estão também em Angola e Moçambique com as suas associadas Materiais Novobra (Angola), S.A.R.L. de Luanda e "Icbul", de Lourenço Marques,

materiais novobra

MATERIAIS NOVOBRA, S.A.R.L.

Sede:
Av. Estados Unidos da América, 100, 5.º-Dto.
Telefones:
Serviços Administrativos: 774832 - 772953
Serviços Técnicos: 714116 - 719331
Lisboa 5

TRUTAS QUE CURAM O BÓCIO

LIMA, 30 — (UPI-ANI) — As trutas das lagoas de certas províncias dos departamentos da Liberdade e Amazonas, ao norte de Lima, têm a propriedade de curar o bócio, endemia que regularmente ataca os habitantes dessas zonas.

Basta comer o dito peixe de água doce para lograr a imunidade contra o bócio ou curá-lo, se é que já se padece. Na grande lagoa de Tisun de Condomarca, na província de Bolivar, departamento da Liberdade, existem grandes trutas de até cinco quilos.

Não se dá qualquer explicação para a propriedade terapêutica do peixe.

O GOVERNO DO PERU RECONHECEU A JUNTA DE SALVAÇÃO DE PORTUGAL

LIMA, 30 (EFE-ANI) — O Governo Revolucionário das Forças Armadas peruanas continuará a manter relações com o de Portugal, de acordo com o comunicado oficial da chancelaria do Peru distribuído ontem à noite em Lima.

O texto do comunicado é o seguinte:

1 — Com data de 27 do presente, a chancelaria peruana recebeu uma nota da Embaixada de Portugal no Peru, pela qual lhe foi dado a conhecer que assumiu o governo desse país uma Junta de Salvação Nacional presidida pelo general António de Spínola.

2 — O ministério das relações exteriores dirigiu-se à Embaixada de Portugal em Lima, acusando a recepção de tal nota, o que significa que o Governo Revolucionário das Forças Armadas do Peru continuará as relações com o Governo de Portugal.

O PARLAMENTO EUROPEU ACOLHEU BEM O PROGRAMA DA JUNTA

PARIS, 30 (ANSA-ANI) — O presidente da assembleia parlamentar do Conselho da Europa, Giuseppe Vedovata (italiano), na reunião da assembleia, em Paris, referiu-se aos recentes acontecimentos em Portugal, declarando ter tomado conhecimento com satisfação das medidas decididas pelos novos dirigentes de criarem um regime realmente democrático, de respeitarem os direitos do homem e de organizarem eleições livres.

Vedovato manifestou a esperança de que o Portugal tome a via da liberalização e da democratização tanto no seu território continental como no ultramarino, entrando deste modo na família das nações democráticas europeis, reunidas no âmbito do Conselho da Europa.

O presidente da assembleia recordou que nos últimos anos aquela instituição, por diversas vezes, havia «expressado a sua preocupação pela situação em Portugal, em particular pelo que se referia às violações aos direitos do homem cometidas pelo regime agora deposto».

APELO DE GUINÉ-BISSAU

DAKAR, 30 (R.) — Nacionalistas africanos da Guiné-Bissau pediram que a nova Junta Militar de Portugal reconheça imediatamente a sua independência, recentemente proclamada.

O pedido foi feito numa emissão do posto de rádio da organização política dos nacionalistas, o partido africano para a independência da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde (PAIGC), captada ontem nesta cidade.

Solicitava «o reconhecimento imediato da República da Guiné-Bissau, o fim da guerra de agressão contra o nosso povo e o reconhecimento incondicional do direito de Cabo Verde conseguir independência verdadeira e total.

A radiodifusão, captada e citada pela agência noticiosa do Senegal, afirmou também que essas medidas eram a única forma «de salvaguardar os interesses legítimos que cidadãos portugueses poderão ter no nosso país»

O partido proclamou a independência do território em Setembro último, mas Portugal afirmou que a decisão não passava de uma manobra de propaganda

● DESMORONAMENTOS DE TERRA NO PERU — Camponeses evacuados da região dos Andes, afectada pela catástrofe dos desmoronamentos de terra, afirmaram hoje julgar que mais de mil pessoas morreram ou desapareceram em duas cidades soterradas e nas aldeias vizinhas.

As cidades de Huacoto e de Mayunmarca foram sepultadas por milhares de toneladas de lama quando ruiram partes de três montanhas na quinta-feira passada, a seguir a sismos e a grandes chuvadas.

● *CHEIAS NO BRASIL — Duas mil pessoas estão acampadas num estádio de futebol da cidade de Fortaleza desde ontem desde que as inundações os escorraçaram, no fim de semana dos seus lares.*

As vítimas das cheias construíram abrigos por baixo das bancadas e em todos os recantos do estádio depois que os rios em nove estados do nordeste continuaram a engrossar e inundaram dezenas de vilas e aldeias.

● CONTINUA A LUTA NO GOLÃ — Foram destruídos três tanques israelitas em recontros que se travaram durante a noite com forças sírias nos montes golã.

● *WATERGATE — Arriscando-se a cair no ridículo, a incómodos e ao que descreve como um golpe devastador contra o seu governo, o presidente Nixon entrega hoje 1200 páginas das conversas mais íntimas que teve na Casa Branca sobre o caso Watergate.*

«O FUTURO DE PORTUGAL DEPENDE DA UNIDADE DOS DEMOCRATAS»

— afirmou-se na TV soviética

MOSCOVO, 30, (R) — Um comentador soviético disse esta noite que existe agora uma real possibilidade de pôr termo às guerras coloniais de Portugal e instaurar no país um regime verdadeiro e fidedignamente democrático.

O comentador do Kremlin, Vladimir Dunayev, falando no principal boletim noticioso da televisão de Moscovo, baseou as suas palavras numa declaração ontem à noite publicada pelo partido comunista pro-soviético.

A notícia dada esta noite por Dunayev foi o primeiro comentário soviético substancial ao golpe militar português que pôs termo a quase 50 anos de governo fascista em Portugal.

O texto completo da declaração do partido comunista português sobre os acontecimentos foi lido ontem pela televisão moscovita.

O comentador do Kremlin disse ainda que Portugal acordou de «uma longa noite escura de 50 anos de fascismo» mas acrescentou que o futuro do país depende muito da unidade e coesão de todos os verdadeiros democratas portugueses.

«O significado especial dos acontecimentos em Portugal reside no facto da sua influência ultrapassar as fronteiras do país e ir mais longe mesmo do que a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

«Os acontecimentos em Portugal influenciarão sem dúvida o destino dos regimes racistas da Rodésia e África do Sul, bem como a África no seu todo e sobretudo a situação política geral no continente negro» — acrescentou o comentador.

A União Soviética reconheceu no ano passado o auto-proclamado território independente da Guiné-Bissau (Guiné-Portuguesa), onde o general Spínola serviu anteriormente como governador e comandante-chefe.

O ISOLAMENTO ORGULHOSO DA ÁFRICA DO SUL PREVISTO POR VORSTER

PRETORIA, 30 (R.) — John Vorster frisou que o governo se mantém em atenta observação a todos os acontecimentos de Lisboa e onde quer que eles ocorram no mundo, acrescentando: «Quero dizer-lhes para não entrarem em pânico. Devem permanecer fortes e unidos tanto mais que a mensagem final para a África do Sul é de que o nosso país acabará por ficar sozinho, e isso de modo nenhum é uma novidade para nós».

O primeiro-ministro sublinhou que este facto não significa que a África do Sul venha a ficar sem amigos, mas disse pensar que a nação mais feliz é aquela que tem fé para dizer em voz alta e bom som: «Eu continuarei a manter-me de pé ainda que a minha luta tenha que ser travada sem ninguém».

KISSINGER EM «VAI-VEM» NO MÉDIO ORIENTE

ARGEL, 30 — (R.). — Kissinger, começa hoje as suas conversações com Bumedienne, após um jantar-sessão inesperadamente prolongado que teve nesta capital. Na verdade, passou mais horas do que estavam previstas a conversar com o dirigente argelino sobre a separação de forças sírias e israelitas nos montes Golan.

Kissinger chegou a noite passada a esta capital, vindo de Genebra, após nove horas de conversações com o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, que abrangeram a situação no Médio Oriente e outras questões.

Ainda hoje, Kissinger partirá de avião para Alexandria, a próxima escala da sua viagem, antes de seguir para Israel e para a Síria.

Em Alexandria, o secretário de Estado deverá ter duas conferências, à tarde, hoje e amanhã, com o presidente Anuar Sadat, numa tentativa para conseguir uma separação de forças sírias e israelitas nos montes Golan.

Kissinger parte na 5.ª feira, de manhã, para Israel, a fim de iniciar o que poderá ser outra «diplomacia de vaivem» entre Israel e a Síria.

Entretanto, o jornal semi-oficial cairota «Al Goomhouria» afirma hoje que o presidente Sadat e o secretário de Estado discutiram também preparativos para a projectada visita do presidente Nixon ao Egipto, que diz ser provável realizar-se em fins de Maio.

ELEIÇÕES FRANCESAS

Uma nova sondagem à opinião pública divulgada hoje pelo jornal «France-Soir». Dos 1865 franceses interrogados 42 por cento são a favor de Mitterrand, 31 por cento de Giscard D'Estaing, 18 por cento de Chaban Delmas e os restantes nove por cento dividem-se entre os outros candidatos.

REUNIÃO DA E. F. T. A.

GENEBRA, 30 (R.) — Os ministros dos sete países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) reunir-se-ão em Genebra no dia 8 de Maio para debaterem assuntos económicos que incluem problemas de relações externas e questões sobre o comércio livre no continente europeu — foi ontem anunciado.

A reunião de dois dias será presidida pelo presidente suíço e ministro da Economia Ernst Brugger, que relatará o que acontecer numa assembleia da comissão consultiva da EFTA que se realizará em Berna nos dias 2 e 3 de Maio.

Os sete países da EFTA são Portugal, Áustria, Islândia, Noruega, Suécia, Suíça e Finlândia.

AS FORÇAS ARMADAS ESTÃO NA POSSE DE UM QUADRO-GERAL DA EX-P. I. D. E.

• Ontem encontravam-se no forte de Caxias 300 ex-membros da sinistra organização

Os quadros da ex-PIDE/ /DGS, a sinistra organização que defendia o regime caído, violentando por todas as formas e discricionariamente os patriotas que o combateram e ali cairam dentro das obscuras grades e garras dos mais de cem agentes e chefes em serviço, foram detectados, no forte de Caxias, pelas forças de ocupação, um contigente de fuzileiros da Armada. Enquanto toda a documentação que ali se pode — estupefactamente — apreciar aguarda um exame mais atento e pormenorizado, as celas enchem-se de ex-agentes. Ao fim do dia de ontem, trezentos detidos superlotavam a cadeia para onde, até ao dia 25 de Abril, eles próprios despejavam patriotas moral e fisicamente violentados.

«Até parece que todo o País por aqui passou» — dizia um oficial da Armada apontando e mostrando os ficheiros onde milhões de fotografias catalogam, quais criminosos, outros tantos patriotas que, lutando durante quase cinco décadas contra o regime fascista, acabaram por cair discricionariamente nas garras dos carcereiros que, hoje, estão presos onde prenderam. A cadeia de Caxias, lugar tristemente e celebremente sinistro está, neste momento, superlotada com 300 agentes da ex-PIDE/DGS, aqueles que reinavam entre aquele país de terror hoje visitado por jornalistas portugueses e estrangeiros que, em completa liberdade de movimentos, assistem, por vezes incrédulos, ao desvendar dos segredos que um formidável sistema repressivo (no caso dos portugueses) nunca deixou divulgar à opinião pública do País.

TREZENTOS EX-«PIDES» NO FORTE

Ontem de manhã estavam presos, no forte de Caxias, 295 ex-«Pides». Ao princípio da tarde, cinco agentes femininos chegaram e o número passou a 300. O comandante Abrantes Serra, que comanda os fuzileiros que ocupam as instalações da cadeia, já não pode aceitar mais prisioneiros, muito embora lhe cheguem pedidos de outras autoridades militares nesse sentido.

Quando os pára-quedistas e, logo a seguir, os fuzileiros atingiram o sinistro forte, renderam-se 105 agentes que, nessa altura, se encontravam no interior dos dois redutos que compõem a cadeia. «Era quase a lotação total do forte — esclareceu o comandante Serra. Apenas faltam quatro ou cinco. Um deles é o director máximo, Cunha Passo, que à data se encontrava em serviço no estrangeiro acompanhado de mais um ou dois agentes. Por outro lado, estavam outros dois de licença, que esperamos se venham a apresentar.»

A esses 105, que pouco tempo depois ocupavam as celas acabadas de vagar com a libertação dos patriotas que ali estavam encarcerados, juntaram-se muitos dos detidos na sua sede, na António Maria Cardoso, e 18 chegados de Santarém. Quando as instalações de Caxias começaram a aproximar-se da saturação, os ex-«Pides» começaram a ser enviados para a cadeia de Peniche (outro dos seus locais de criminosa prepotência).

O comandante Serra e os seus oficiais começam a dominar e a entender todos os complexos meandros dos dois redutos que constituem o forte de Caxias. O reduto norte é a prisão; o reduto sul é outro edifício onde se situavam os serviços administrativos, os gabinetes dos inspectores e agentes, os ficheiros e, sobretudo, as célebres salas onde tantos portugueses que lutavam pelo seu país foram torturados por outros portugueses que defendiam o país para uns tantos.

A lista dos detidos contém nomes de famigerados ex-agentes. Eis alguns dos que aguardam a indispensável e urgente justiça de um país libertado:

Inspectores-adjuntos Adelino da Silva Tinoco, Alberto Henrique Matos Rodrigues, Abílio Augusto Pires; inspectores Manuel Rodrigues Martins, Américo da Silva Carvalho, António Teixeira da Silva, José Pinto Galante; subinspectores Mário Félix Parra da Silva; António Capela; inspectores António Adriano Freitas, António da Glória Santos, José Gonçalves, Mário Anatólio Correia; inspector-adjunto Óscar Piçarra de Castro Cardoso, Cândido Pires; inspectores Henrique de Sá de Seixas, Dias de Melo; chefes de brigada Garcia Queirós, Malaquias Monteiro, Manuel Rodrigues Marques, Raul Rodrigues Bernardino, Silvestre Delgado Luís, Francisco Martins, José Garcia, José Dionísio Alberto, Jorge Capela Saraiva, Joaquim Ferreira, Hélder Sousa dos Santos (este de Santarém), etc.

OS NOMES COM AS RESPECTIVAS CATEGORIAS

Está na posse das Forças Armadas o quadro geral da ex-PIDE/DGS. Os nomes estão ali todos, com as respectivas categorias e antiguidades. Descoberta em Caxias a lista referida a 31 de Dezembro de 1972, contém:

Um director-geral, o conhecido (e já detido) Silva Pais; um subdirector, Agostinho Barbieri de Figueiredo B. Cardoso; um inspector-superior, Rogério Morais Coelho Dias; e depois sete directores de serviço, 15 inspectores-adjuntos, 46 inspectores, 41 subispectores, 158 chefes de brigada, 1 chefe de brigada feminino (Maria Madalena Dores de Oliveira); 513 agentes de 1.ª classe, 10 agentes femininos de 1.ª classe, 806 agentes de 2.ª classe, 11 agentes femininos de 2.ª classe, 46 agentes motoristas, nove chefes radiomontadores, 33 radiotelegrafistas de 1.ª classe, 68 radiotelegrafistas de 2.ª classe, 5 fotógrafos mensuradores, um ajudante mensurador.

Outro pessoal: 10 chefes de secção, um tesoureiro (Francisco Lopes Picaró), 20 primeiros-oficiais, 36 segundos-oficiais, 63 terceiros-oficiais, 89 escriturários de 3.ª classe; 72 guardas prisionais, 12 guardas prisionais femininos, 181 escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe, três contínuos de 1.ª classe, quatro ajudantes de motorista, sete contínuos de 2.ª classe, sete serventes e, finalmente, sete mulheres pertencentes a um Quadro Especial Feminino.

Tudo isto — que não inclui informadores, em número muito mais elevado, e que, como se disse, é apenas o quadro oficial, aprovado por lei do antigo regime — soma 2304 pessoas, das quais 1790 integradas no grupo inicial de agentes e categorias ascendentes.

DESDE AS FOTOS PORNOGRÁFICAS AOS TRATADOS DE FILOSOFIA

Entretanto, todos os vastos e impressionantes ficheiros situados no reduto sul de Caxias vão ser examinados atentamente. Os processos, volumosos e arripiantes de pormenores, estão arquivados ou andam por cima das secretárias dos ex-inspectores e chefes de brigada.

A humidade torna as paredes borolentas naqueles corredores e salas soturnas, onde polulam fotografias e cartazes de propaganda do regime fascista, nomeadamente fotos de Salazar.

Nas gavetas dos agentes e seus superiores, há de tudo: desde as fotos pornográficas até aos tratados de filosofia marxista e maoísta apreendidos (há armários pejados de livros, até às mais recentes novidades, documentação sindical, folhas da CDE, do MRPP, enfim um mundo de publicações, onde nem sequer faltam as mais inofensivas revistas de actualidades, que deviam ser examinadas em pormenor...).

Os processos, cheios de nomes de patriotas bem conhecidos, vêem-se por todo o lado. Montes de fotografias (frente e perfil) acumulam-se sobre as secretárias. Lutadores pela liberdade tratados como os mais celerados criminosos.

Simples papéis amarrotados onde se escreve à pressa um número de telefone de um amigo, cartões de visita com inofensivos parabéns, agendas com moradas, a mais variada correspondência, tudo isso lá está, fazendo parte de toda uma engrenagem que conduzia a uma condenação discricionária num sinistro tribunal plenário.

Nas gavetas e em muitos armários, coldres vazios e caixas de cartão indicam a recente presença de armas e munições. Cada inspector mais «graúdo» tinha o seu gabinete próprio, com quarto e casa de banho. Um conforto relativo, pois todo o local é tremendamente desconfortável.

A SALA DAS GRAVAÇÕES E DOS RUÍDOS

No reduto sul, um corredor tem oito portas. A primeira, era o gabinete do fotógrafo mensurador. Outras seis — que se abriam para uma sala nua, apenas com uma mesa e uma cadeira e mais duas pequenas divisões, um quarto com um divã e uma casa de banho — representavam os locais de interrogatório. Ali sofreram torturas milhares de patriotas: a estátua, os pontapés (as paredes revelam também marcas de muitos pontapés, talvez aqueles cujos autores falharam o alvo), as queimaduras...

A oitava porta não se destinava aos violentamente interrogados, mas sim aos agentes: contém seis gravadores, cada um deles ligado a uma sala. Ali se registava tudo quanto era dito ou feito e, ao mesmo tempo, permitiam introduzir ruídos na sala.

As forças militares de ocupação de Caxias continuam atentas a todos os pormenores que vão descobrindo. Muito se poderá deslindar a partir de toda a documentação ali deixada, desde os cartões de visita endereçados ao director (há muitos e de importantes assinaturas sobre a abandonada secretária do seu gabinete) até aos processos, cujo apuramento dos denunciantes pode conduzir à descoberta de surpreendentes redes da antiga polícia política.

Espera-se que, em breve, equipas especializadas comecem a trabalhar sobre todo o material ali exposto (ou porventura ainda escondido), a fim de se apurar o máximo (de pormenores e de nomes) sobre uma das mais sinistras organizações montadas por um sistema governamental.

EX-INSPECTOR NOS «ISOLADOS»

Os processos sobre livros, considerados «subversivos», são outra surpreendente revelação. Pareceres assinados por membros da administração do regime fascista (por exemplo os pareceres assinados, em papel da S. E. I. T., por Geraldes Cardoso, na qualidade de director-geral da Informação) jazem sobre secretárias de importantes «pides», como por exemplo, o ex-inspector-adjunto Tinoco.

O mais superficial exame aos papéis, fotos e fotocópias que enchem armários e secretárias permite descobrir documentos extraordinários, autênticas provas formais (se ainda eram necessárias) e irrefutáveis do regime que durante quase meio século dominou o povo português.

Nas celas superlotadas de Caxias, os ex-«pides» estão «apreensivos». A alguns, conforme testemunho das forças de libertação, tremem-lhes as pernas quando se põem de pé.

Nem todos, porém, estão apinhados nas celas comuns. Alguns deles, como os ex-inspectores Tinoco e Gonçalves, por exemplo, encontram-se nos «isolados», onde tantos dos nossos melhores camaradas perderam anos de vida, ali precocemente envelhecendo.

Flagrante da prisão de três agentes da ex-PIDE/DGS do Porto

Detidos o antigo subdirector Sachetti e o inspector Gouveia

Foi detido ontem em Monção, numa sua propriedade, o antigo sub-director da extinta D. G. S. Barreto Sachetti. Durante o dia entregaram-se às autoridades vários agentes entre os quais o conhecido inspector Gouveia, que se apresentou na Cova da Moura.

REUNIÕES DE TRABALHADORES

Ordem dos Médicos de Lourenço Marques — A Secção Regional da Ordem dos Médicos, de Lourenço Marques enviou à J. S. N. um telegrama em que exprime a sua concordância aos princípios da Junta e espera o seu apoio em ordem à reestruturação da organização sindical médica.

Técnicos e Operários da Indústria Química de Setúbal — Um numeroso grupo de trabalhadores ocupou o respectivo sindicato e elegeu uma comissão directiva provisória que marcou para o dia 4 de Maio uma assembleia geral eleitoral.

Ferroviários de Oficinas e Armazéns Gerais do Entroncamento — Cerca de mil ferroviários desta localidade ocuparam a sede do seu sindicato, expulsaram a direcção por esta estar comprometida com o anterior governo fascista e elegeram uma Comissão Directiva Provisória, que governará os seus destinos até à eleição de uma direcção democrática.

Trabalhadores dos CTT — Um grupo de trabalhadores dos CTT, reunidos ontem, manifestou o apoio à J. S. N. e deliberou reivindicar o direito à imediata sindicalização, exigindo a revogação do Estatuto da Empresa, onde esse direito é negado.

Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros — A respectiva direcção, reunida extraordinariamente, deliberou não continuar a seguir as disposições do Estatuto imposto à Ordem pelo governo fascista, por serem contrários aos interesses dos engenheiros com vista, entre outras coisas, à ratificação das medidas entretanto tomadas pela direcção e às linhas fundamentais de reestruturação da Ordem, enunciar uma série de medidas concordantes com o programa da J. S. N. e exortar todos os engenheiros a tomarem as responsabilidades que lhes cabem como cidadãos e trabalhadores.

Sindicato dos Professores — A direcção deste sindicato apoia os princípios da J. S. N. e está a desenvolver todos os esforços para conseguir um local suficientemente amplo onde possa efectuar uma Reunião Geral de Professores e Educadores, cuja data será indicada oportunamente.

Bastonário da Ordem dos Engenheiros — Num telegrama enviado ao presidente da J. S. N., o eng. Cunha Serra manifesta o seu apoio ao programa, denunciando a série de limitações de que a Ordem foi vítima, durante a vigência do fascismo.

Sindicato dos Construtores Civis—Convocada uma assembleia geral extraordinária para o dia 7 de Maio, às 21 horas.

Trabalhadores da UCAL — Numeroso grupo de trabalhadores desta empresa congratula-se com a queda do fascismo e declara o seu apoio à J. S. N.

Sindicato dos Economistas (ex-Comercialistas) — A direcção apoia as medidas tomadas pela J. S. N. e convoca uma Reunião Geral de Economistas a realizar no próximo dia 2 de Maio, pelas 21 horas.

Profissionais das Indústrias Têxteis — Os trabalhadores deste sindicato destituíram a direcção pelo seu compromisso fascista e nomearam uma Comissão Directiva Provisória.

GRANDE MOVIMENTO NO QUARTEL GENERAL DA JUNTA DE SALVAÇÃO

• O presidente da Câmara de Lisboa continua a ocupar o seu cargo

No Quartel General da Junta de Salvação Nacional, à Cova da Moura, registou-se, esta manhã, excepcional movimento. Uma das primeiras personalidades a chegar ao local foi o general Gosta Gomes, pouco depois das 9.30 horas. O general Spínola chegou às 10.20 h.

Estiveram na Cova da Moura o general Silvino Silvério Marques, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa (que afirmou aos jornalistas ocupar ainda o seu cargo a pedido do general Spínola), o presidente da Câmara Municipal de Loures e uma delegação do Movimento de Estudantes do Ensino Secundário, que foi convocada pela Junta, com vista à criação de uma Associação dos Estudantes do Ensino Secundário.

Esteve também no Quartel General da Junta uma delegação do Colégio Militar, constituída por alunos e pelo director e subdirector daquela instituição; entre os elementos que apresentaram cumprimentos à Junta, encontrava-se o aluno n.º 33, que era o número que o general Spínola tinha quando aluno do Colégio.

Esteve ainda no local o presidente do Instituto Internacional de Imprensa, que representa 1700 jornalistas de 65 países. Aquela individualidade pretende avistar-se com elementos da Junta, a fim de lhe manifestar o seu regozijo pelas medidas tomadas a favor da liberdade de Imprensa.

ESCRITORES E A TELEVISÃO

O grupo de escritores que abaixo se refere entregaram ao Movimentod as Forças Armadas o seguinte documento:

«Está bem viva na memória dos portugueses a sistemática tarefa de repressão política e cultural executada durante dezenas de anos pela Rádio Televisão Portuguesa e Emissora Nacional de Radiodifusão.

Se, como é facto indesmentível, Portugal pode libertar-se agora com voz livre e autêntica e com uma verdade a preservar, não são os responsáveis no passado pela mentira e a falsificação conscientes que podem comunicar honesta e eficazmente a autenticidade do presente sem o identificarem com oportunismos e convicções que desejamos para sempre extintos.

Neste sentido já a Imprensa e a opinião pública se têm vindo a manifestar com crescente e justificado alarme de que os signatários, embora conscientes das grandes prioridades do momento, não podem deixar de partilhar, reclamando do Movimento das Forças Armadas as mais urgentes medidas.»

a) Alexandre Babo, Baptista-Bastos, Sophia Mello Breyner, Mário Castrim, João José Cochofel, Gastão Cruz, Alexandre Cabral, H. M. de Melo e Castro, Ferreira de Castro, Mário Dionísio, Manuel Ferreira, José Gomes Ferreira, Alvaro Guerra, Herberto Helder, Nuno Júdice, Maria Alberta Menéres, Fernando Namora, Carlos de Oliveira, Fernando Assis Pacheco, Luís Pignatelli, José Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, Bernardo Santareno, Luís de Stau Monteiro, Pedro Tamen e Mário Ventura.

COMISSÕES ADMINISTRATIVAS NA RTP E NA EN

A libertação dos meios de Informação vai agora completar-se como o trabalho iniciado ontem à tarde pelas Comissões Administrativas nomeadas pela Junta de Salvação Nacional para a RTP e a Emissora Nacional.

A comissão que se ocupará da orientação geral da RTP é composta pelo capitão-de-fragata Guilherme George Conceição Silva, tenente-coronel Manuel da Costa Braz e major da FA João Gregório Duarte Ferreira.

Quanto à Emissora Nacional, a Comissão é constituída pelo capitão-de-fragata Carlos Adalberto Rodrigues Machado e Moura, major José Maria Moreira de Azevedo e major-eng.º Delfim de Sousa Campos Moura.

Objectivo comum das duas comissões:

Assegurara a administração e regular funcionamento das emissoras e realizar ao nível da informação os princípios expressos no programa do Movimento das Forças Armadas.

Entretanto, a comissão encarregada da Emissora, que já ontem entrou em funcionamento, suspendeu a antiga direcção e os principais elementos do antigo programa de poderes.

MANIFESTAÇÃO DE PRESOS

PORTO — Os presos da Cadeia Civil do Porto manifestaram-se ontem, pendurando cartazes nas grades em que saudavam o general Spínola, a Revolução e as Forças Armadas.

OS EMPREGADOS DA PONTE DE LISBOA DESEJAM FESTEJAR O 1.º DE MAIO

Funcionários e empregados do Gabinete da Ponte Sobre o Tejo fizeram-nos a seguinte sugestão: sendo o dia 1.º de Maio feriado dedicado ao trabalhador, por que motivo seremos os únicos a estar de serviço? Por que razão, neste belo e grandioso dia, a passagem pela ponte — a Ponte 25 de Abril — não há-de ser franca a todos os automobilistas?

«Trabalharmos e sem compensação de qualquer espécie é que consideramos injusto, tanto mais que, na nossa qualidade de operários, também gostávamos de festejar o 1.º de Maio, que é, afinal, o dia grande da nossa festa.

TRABALHOS CICLÓPICOS

A frase não é minha. Proferiu-a o ex-Presidente do Conselho Marcelo Caetano no acto de posse. O ditador queria com isto dizer que sobre os seus ombros caíam as responsabilidades originadas pelo consulado de Salazar. O País ficou a saber que, na verdade Salazar deixara o País em ruínas que se impunha reconstruir. A frase foi essa, mas os factos vieram provar que não havia sinceridade nisso pois Marcelo Caetano, longe de se lançar ao trabalho da prometida rectificação, prosseguiu na mesma política detestada, enunciando liberdades que nunca concedeu, acumulando erros sobre erros, de tal forma que, se não fora a intervenção do Exército, o caos instalar-se-ia irreversivelmente. De novo simplesmente mudanças de nomes — censura igual a exame prévio, PIDE igual a D.G.S., União Nacional igual à Acção Nacional Popular.

Não se concebe melhor mistificação e, a despeito da demagogia popular dos abraços e das «conversas em família», Portugal permanecia na noite salazarista da renúncia e do opróbrio. O Povo Português permanecia como súbdito e não como cidadão. Eleições falseadas seguiam a esteira do salazarismo, instaurando um regime igual ao anterior, a que se pode chamar a solução salazarenta do marcelismo em continuidade. Do mesmo modo, a política de segregação económica e social também prosseguia — monopólios, riquezas perdulárias, Sindicatos dominados pela polícia, uma reforma da educação que tinha como lema os gorilas e a repressão brutal.

O Exército soube interpretar a fatalidade da catástrofe e ele próprio reconhecia que as guerras coloniais estavam perdidas, fossem quais fossem as soluções comprometidas de um governo sem autoridade.

Trabalhos ciclópicos, sim: é o refazer de toda uma Nação, ofendida, espoliada, perseguida, injusta, isolada do mundo interior e do mundo exterior.

Mas a força da juventude esteve sempre na base dos capitães e dos seus camaradas, e a presença indomável e indomada do Povo Português, vai certamente enfrentar as tremendas responsabilidades de uma europeização da Comunidade Portuguesa. As liberdades renasceram, a justiça social tem que ser das primeiras preocupações e todos quantos se oponham a esta gesta de reabilitação têm que ser banidos como incapazes.

Trabalhos ciclópicos, sim, estes que nos foram legados por duas ditaduras semelhantes que transformaram Portugal numa prisão e o seu Povo numa perspectiva de aniquilação.

Fora, pois, o pessimismo ou o cepticismo. O optimismo sadio e viril tem que guiar os nossos passos e todos juntos levantaremos do chão o Lázaro prostrado, fazendo dele gente!

VASCO DA GAMA FERNANDES

SAUDAÇÕES DE TRABALHADORES INGLESES

Trabalhadores ingleses dirigiram de Londres os seguintes telegramas ao nosso jornal

● «A presente Conferência de Sindicalistas britânicos e irlandeses, reunida na Grã-Bretanha, envia as mais calorosas e fraternas saudações do Primeiro de Maio, e seus melhores desejos, a todos os trabalhadores portugueses pelo êxito nas lutas pelos direitos democráticos. — União Geral dos Trabalhadores Mecânicos, Secção Técnica e de Supervisão».

● «Saudações fraternas, de todo o coração, aos camaradas sindicalistas de Portugal. Estamos certos de que o povo trabalhador do nosso país agirá no interesse da Democracia e no bem-estar de todo o povo português. Parabéns, e os nossos melhores desejos — R. W. Briginshaw, secretário-geral da Sociedade Nacional dos Impressores e do Pessoal Gráfico e de Publicidade.

SOLIDARIEDADE DOS ESTIVADORES INGLESES

LONDRES, 30 — (R.) — O maior sindicato da Grã-Bretanha, o Sindicato dos Transportes e Ofícios Correlativos, enviou hoje uma mensagem aos estivadores de Portugal, «juntando-se aos colegas nos festejos da liberdade que conseguiram».

SATISFEITAS AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA MAGUE

Na sequência das notícias que demos sobre a reinvidicação dos trabalhadores da MAGUE, com vista à obtenção de maiores salários, podemos informar que o pessoal viu satisfeito o seu desejo de um aumento de salário mínimo no valor de 1500 escudos.

Ontem mesmo, numa reunião entre a gerência da firma e delegados dos trabalhadores, na presença do comandante Cavalheiro e do primeiro tenente Pereira Gonçalves, em representação da Junta de Salvação Nacional os vencimentos foram aumentados de 1500 escudos mensais, pelo que os trabalhadores puseram termo à greve que vinham fazendo.

REUNIÃO GERAL DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS

Os estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, reunidos esta manhã nas instalações da sua Associação, deliberaram apoiar o programa do Movimento das Forças Armadas, que saudaram, tendo no entanto levantado algumas reservas.

Assim, consideram:

Extrema-urgente a def. inequívoca do desterro de TODOS os indivíduos sob custódia do Movimento ou por ele detidos;

Inaceitável a presença no governo provisório de membros de ex-governo do chamado Estado Novo;

Imprescindível a demissão dos principais responsáveis do aparelho do Estado e a detenção e julgamento dos principais autores da repressão política, ideológica e cultural do País.

Os estudantes afirmam-se ainda extremamente apreensivos com a inexplicável libertação de membros da ex-PIDE/DGS entregue às forças armadas.

Foi ainda aprovada hoje uma declaração em que os estudantes pedem que sejam divulgados os nomes de todos os informadores e agentes da PIDE até agora detidos e os motivos que levaram à libertação de outros.

ESTUDANTES DE CINEMA PEDEM À JUNTA O MATERIAL DA M. P.

Alunos da Escola Superior de Cinema do Conservatório Nacional dirigiram com a assinatura de Mário Barradas à Junta de Salvação Nacional, na Cova da Moura o seguinte telegrama:

«Escola Superior Cinema Conservatório Nacional lutando falta material cinematográfico aprendizagem escolar profissional solicita Vexas. cedência material extinta Mocidade Portuguesa existente Estúdio Universitário Rua Estefânia, 14 aliás já propriedade Estado. Viva Portugal. Mário Barradas.»

RUA COM O NOME DE UM ANTIGO CHEFE DA PIDE

Pede-nos um leitor para sugerirmos que se mude o nome da Rua Agostinho Lourenço, ex-director da P.I.D.E. Esta artéria fica situada entre a Av. Gago Coutinho e a Av. São João de Deus.

«SOLUÇÕES DE TIPO RODESIANO PODERÃO CAPTAR AS PREFERÊNCIAS DE QUEM FOI POR LONGO TEMPO IMPEDIDO DE RACIOCINAR EM POLÍTICA»

— declarou ao nosso jornal, Almeida Santos, advogado em Moçambique, acerca da situação no Ultramar

António d'Almeida Santos, advogado, de 48 anos, vivendo há 20 em Moçambique, é talvez a figura mais representativa da chamada «Oposição Democrática» de Moçambique. Tendo iniciado a sua carreira em Portugal, apoiando a campanha presidencial de Norton de Matos, Almeida Santos apresentou a sua candidatura à Assembleia Nacional, pelo círculo de Moçambique, numa lista oposicionista que veio a ser anulada com o argumento de que os candidatos propostos professavam «ideias contrárias à ordem social estabelecida». O mesmo veio a acontecer com a candidatura de 1969, desta vez com o recurso à sublime justificação de que os candidatos não tinham feito prova da sua cidadania portuguesa.

Muito embora as nossas perspectivas sobre o problema colonial nada tenham a ver com as de Almeida Santos, não deixamos de reconhecer a importância do seu depoimento. Por isso mesmo o entrevistamos. Fazer jornalismo é, sobretudo, fazer informação.

1 — Que espera em relação ao Ultramar, do golpe de Estado de 25 de Abril?

— A Junta de Salvação Nacional que lidera o post-Movimento das Forças Armadas, por entre a tarefa prioritária de assentar o poder e arrumar a casa já evidenciou o bastante para que se possa esperar o termo do imobilismo político que esclerosou no «state quo» ultramarino.

Por enquanto, os enunciados são genéricos, o que se não há-de estranhar: soluções políticas em vez de soluções bélicas, a busca de novos caminhos na base da vontade colectiva e não do «diktat» de pretensos intérpretes individuais dessa vontade. O problema é de todos, e por todos deve ser resolvido em termos de consulta directa, precedida de um esclarecedor e amplo debate.

Neste pressuposto, antecipar soluções valeria pela repetição do erro semicentenário cometido pelos ex-patrões da opinião pública.

Na metrópole não é decerto difícil detectar uma tal ou qual unanimidade de opiniões acerca de algumas sugestões viáveis. Não tanto no Ultramar. As minorias europeias e europeizadas de Moçambique e de Angola, por tão longo tempo viveram o estilo de relação e de vida que receberam do regime deposto, que de algum modo se deixaram entoxicar por ele. Seria irrealista a esperança de que acatassem imediatamente e sem reserva qualquer solução que aparentemente ponha em risco o essencial dos seus tradicionais privilégios. A elas sobretudo deve dirigir-se o amplo debate de que falei há pouco.

O regime deposto pôs a sua máquina de pressão e influência ao serviço da convicção da perenidade de que, imediatamente, mais lhes dá satisfação, ocultando sob uma cortina de fumo os riscos inerentes a médio ou mesmo curto prazo.

Postas pela primeira vez em confronto com perspectivas realistas, reagirão decerto com o bom senso e o sentido de dinidadeg com que se comportaram em anteriores momentos de crise.

Não obstante, soluções de tipo rodesiano, ainda que aportuguesadas, poderão captar as preferências imediatas de quem foi por longo tempo impedido de raciocinar em termos políticos. O imediato é inimigo do definitivo.

Não prevejo, pois, uma tarefa fácil para o novo regime. A liberdade, contudo, dará uma ajuda. Muitos estarão ainda longe de imaginar até que ponto.

2 — Acha que há razões para distinguir os casos de Angola e Moçambique?

— Entendo que sim, e cada vez mais. Angola tem pouco mais de quatro milhões de africanos, e vai a cavalo dos seiscentos mil europeus. Tem muitos mistos, não tem asiáticos, e dispõe de uma élite africana com algumas gera-

(Continua na 14.ª pág.)

TODAS AS TENDÊNCIAS NUM PROGRAMA DA TV

A R.T.P. transmite hoje, às 22 horas, um programa do maior interesse sobre o momento político. O programa será inteiramente preenchido com depoimentos de personalidades representativas de todas as tendências políticas. Participam neste programa Mário Soares, José Tengarrinha, Nuno Teotónio Pereira, Jorge Sá Borges, Miller Guerra, Tito Morais, Francisco Pereira de Moura, Barrilaro Ruas, Reboredo e Silva e Saldanha Sanches.

Deste modo, a Comissão Administrativa nomeada pela Junta de Salvação Nacional — constituída pelo cap. de frag. Conceição Silva, major da F. A. Duarte Ferreira e ten.-cor. do E. M. Costa Braz — pretende conceder a todas as forças políticas do país a possibilidade de se exprimirem em igualdade de ciscunstâncias, interpretando o disposto a este respeito no programa do Movimento das Forças Armadas.

OCUPADA A SEDE DA EX-PIDE EM PONTA DELGADA

Um destacamento comandado pelo major Ernesto Melo Antunes, antigo candidato da Oposição Democrática (1969) e nosso amigo muito querido, tomou conta da sede da PIDE-DGS de Ponta Delgada, nos Açores, tendo ficado sob custódia do Exército todos os agentes, nomeadamente o chefe da delegação, Gentil Coelho.

Foi também recebido em Lisboa um telegrama de uma (sr. Renato Resende) ligada ao Movimento Democrático, no qual se afirma: «Congratulo-me nossa mútua alegria momento histórico nacional completa libertação povo português jugo fascista vindo permitir-nos conhecer verdadeiro significado liberdade que à nossa geração sempre foi vedado conhecer.»

Esperamos poder dar informações mais detalhadas sobre Ponta Delgada.

Elementos da D. G. S. postos em liberdade

Comunica-nos o nosso correspondente Joaquim Batista Correia que os elementos da D. G. S. que haviam sido detidos no último sábado foram postos em liberdade. Segundo as informações colhidas, o facto deu-se sob a alegação do comandante da Guarda Fiscal de que o serviço de fronteira estava a ser deficiente por falta de prática técnica dos soldados da Guarda Fiscal.

A população está alarmada com as consequências que daí podem resultar para o sossego da vila.

Uma manifestação de apoio ao Movimento das Forças Armadas, ontem efectuada, decorreu com o maior civismo e entusiasmo.

CONCENTRAÇÃ[...] NA ALAMED[...] PARA COMEM[...]

Alameda D. Afonso Henriques

Avenida Alm. Reis

O traje[...]

A Comissão Sindical organizadora do 1.º de Maio, constituída por representantes de 23 Sindicatos, convida todos os trabalhadores a comparecerem amanhã, pelas 15 horas, na Alameda Afonso Henriques a fim de iniciar o cortejo comemorativo do 1.º de Maio até ao estádio da ex-FNAT. Aí realiza-se um comício que culminará esta jornada dos trabalhadores, que se espera grandiosa.

A manifestação inicia-se na Alameda Afonso Henriques, subindo, depois, a Almirante Reis, até ao Areeiro, prosseguindo pela Av. do Aeroporto, Av, Estados Unidos da América e Av, 21 de Janeiro, onde fica situado o estádio.

A comissão organizadora pede a colaboração dos trabalhadores aos elementos identificados por braçadeiras como orientadores da manifestação e conta com o civismo e disciplina já amplamente demonstrados.

Entretanto a comissão provisória do Sindicato Nacional dos Telefonistas convida os telefonistas e trabalhadores dos telefones de Lisboa e Porto a concentrarem-se no Largo do Leão, para, daí, partirem com destino à Alameda, onde se integrarão na manifestação.

PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS

O Partido Socialista Português dá o seu apoio à manifestação organizada pelos Sindicatos, convocando todos os Socialistas, a participar na festa dos Trabalhadores.

EM COIMBRA

A Comissão Intersindical dos Trabalhadores do Distrito de Coimbra convida todos os trabalhadores a participarem nas comemorações do dia 1.º de Maio — Dia do Trabalhador. A manifestação está marcada para as 16 horas, na Praça da República.

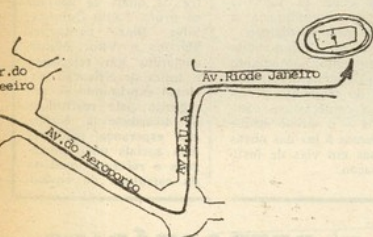
NA MARINHA GRANDE

A C. D. E. da Marinha Grande, apoia a manifestação do 1.º

Manuel Alegre regressa a Lisboa

Chega na quinta-feira a Lisboa, vindo de Argel, o poeta Manuel Alegre, ali exilado há vários anos.

Prevê-se que o avião que transporta Manuel Alegre chegue ao Aeroporto da Portela às 17.15 h.

DOS TRABALHADORES AFONSO HENRIQUES RAR O 1.º DE MAIO

ue farão os manifestantes

organizada pelos Sin- e exarta todos os seus zantes a comparece- 15 e 30, na Praça Ste- cal da concentração. nhã, uma manifestação popular do 1.º de Maio, da qual fará parte uma homenagem às Forças Armadas, na Praça Rodrigues Lobo.

taneamente, a C. D. E. inha Grande, convoca população para partici- Plenário Concelhio, a se na sede da «Or- manhã, às 16 e 30.

ISTAS ADEREM IANIFESTAÇÃO

nissão reformadora do o dos Profissionais de Bailado, Circo e Va- dá a sua adesão à manifestação do 1.º de onvidando todos os dores destas classes a cerem amanhã, às 14 nto da estátua de An- osé de Almeida.

ROFESSORES NSINO OFICIAL

ém os professores do oficial, primário, se- o, superior, estão con- para comparecer na Afonso Henriques, às , a fim de se associa- manifestações do dia alhador.

DOS DIREITOS DO HOMEM

ém o Directório da Li- guesa dos Direitos do convida todos os seus los a tomar parte na tação do 1.º de Maio ida pelos Sindicatos.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ecção da Organização l em Lisboa do Parti- unista Português ade- anifestação do 1.º de rganizada pelos Sindi- exorta todos os seus zantes a comparece- Alameda Afonso Hen- às 15 horas de ama-

1.º DE MAIO EM LEIRIA

IA — Os democratas desta cidade reunidos embleia ontem, à noite ram organizar, ama-

De Espanha: estamos convosco

Os espanhóis têm seguido com o maior interesse os acontecimentos dos últimos dias e em muitos casos não escondem a sua simpatia pela acção do Movimento das Forças Armadas. Vamos descrever um caso que vale como um exemplo apenas.

Uma agência de viagens de Lisboa viu-se obrigada a concelar a marcação de dezoito lugares num hotel de Madrid por motivos óbvios. Quando assim acontece mantém-se normalmente a obrigatoriedade de pagamento. Porém, a agência recebeu um telegrama da direcção do hotel, com o seguinte texto:

«Não cobrambos nada. Estamos convosco. Viva Portugal.»

A solidariedade chega de toda a parte!...

PORTUGUESES RESIDENTES NO ZAIRE (KINSHASA) FELICITAM MÁRIO SOARES ÁLVARO CUNHAL E A JUNTA

Dos residentes no Zaire (Kinshasa) recebemos o seguinte telegrama: «Considerando o jornal «República» sempre em condições de receber vozes irmanadas no sincero ideal da democracia, um grupo de democratas portugueses residentes no Zaire pedem o favor de transmitir à Junta de Salvação Nacional a nossa saudação pelo facto admirável de ter conseguido o aniquilamento do regime retrógado existente em Portugal. Neste momento de grande importância histórica, porém, não podemos esquecer que há quase meio século milhares de portugueses vêm lutando, dando o melhor da sua dedicação uns, sendo outros assassinados pelo antigo regime, visando sempre esses lutadores alcançar o objectivo agora conseguido pela Junta de Salvação Nacional. Assim somos também levados a pedir ao vosso jornal o favor de comunicarem aos drs. Mário Soares e Álvaro Cunhal, dois dos mais dignos representantes do povo português a nossa elevada estima e, sobretudo, a confiança que neles depositamos de serem capazes de reunir numa autêntica unidade sem preconceitos racistas todas as camadas espoliadas da população, obtendo para ela a sua dignidade humana.

COSTA GOMES NA CHEFIA DO E.M.G.F.A.

O general Francisco da Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional, regressa à chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas, de que fora desapossado pelo governo de Caetano. Fez-se justiça na Cova da Moura. Aliás, a recondução do também licenciado em Matemáticas (pormenor menos conhecido do público — mas o «dr.» é um facto) não surpreende, antes se impõe pela naturalidade.

Eis o texto do diploma de nomeação:

«Manda a Junta de Salvação Nacional nomear chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43 077, de 18 de Julho de 1960, o general Francisco da Costa Gomes, na vaga do general Joaquim da Luz Cunha, que foi exonerado do referido cargo por portaria desta data.

Dispensado de outras formalidades legais.»

Entretanto o brigadeiro João António Pinheiro foi nomeado quartel-mestre-general, devendo tomar posse brevemente, tal como o general Costa Gomes.

OUTROS ALTOS CARGOS MILITARES

Ontem à tarde, no Estado-Maior do Exército, tomaram posse dos cargos de chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea respectivamente os generais Jaime Silvério Marques e Manuel Diogo Neto, membros da Junta de Salvação Nacional. À excepção do coronel Galvão de Melo, que ficara «de serviço» na Cova da Moura, todos os outros membros da Junta compareceram à breve e informal cerimónia. Usaram da palavra António de Spínola e Jaime Silvério Marques.

Cá fora, nas imediações do edifício, populares bateram palmas à passagem do descontraído cortejo automóvel. A cena, por sinal, foi diferente da «espontaneidade» antiga...

Esta tarde tomou posse o novo chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro de Azevedo, igualmente membros da Junta.

Estes três militares — generais Jaime Silvério Marques e Diogo Neto e vice-almirante Pinheiro de Azevedo — vão ficar, até à nomeação dos futuros titulares das pastas militares, com a competência que lhes é legalmente atribuída.

EX-LEGIONÁRIO COM ARSENAL NUMA VIVENDA DO ESTORIL

Na residência de um elemento da extinta Legião Portuguesa situada no Estoril, a quinhentos metros do casino, foi descoberto no passado domingo um importante paiol de armamento, constituído por 120 armas de guerra e abundantes munições, muitas das quais do tipo dum-dum. O proprietário da residência (Rua de Angola, 10), é Carlos Sabino Pereira.

De entre as armas que foram apreendidas e que ficaram à guarda da C.I.C.A.A. n.º 1, estacionado na Cidadela de Cascais, encontrava-se uma arma anti-carros, uma metralhadora ligeira do modelo mais recente do Exército americano (que nem o Exército português possui), pistolas de guerra, carabinas, etc.

Informações posteriores indicam que o proprietário deste arsenal, Carlos Sabino Pereira, tinha autorização «legal» para 33 das referidas armas, obtida através da ex-Legião, e pretendeu a sua restituição junto das autoridades militares.

Na origem da descoberta deste depósito bélico encontra-se a acção desenvolvida por elementos da comissão concelhia da CDE, que deste modo dão o exemplo à população, evidenciando o facto de haver muitos elementos reaccionários, fiéis ao antigo regime, na posse de armamento importante. A vigilância e serenidade do povo são da maior importância neste momento.

Entretanto, e segundo informações recebidas, o ex-legionário ficou supreendente grupo de manifestantes que se reuniu diante da sua vivenda, já desapossada das armas, o ex-legionário repetiu que não era um malfeitor «pois nem era comunista».

Antes de se retirarem, os elementos das Forças Armadas ainda obtiveram do ex-legionário uma denúncia escrita relativa a outro local onde provavelmente se encontrará mais armamento.

PASSADA BUSCA AO FORTE DE S. JOÃO DO ESTORIL

Esta madrugada, forças militares de Cascais dirigiram-se ao forte de Santo António, em S. João do Estoril, uma antiga residência de Salazar, e passaram busca, procurando armas ou elementos das forças para-militares do antigo regime (PIDE-DGS e Legião). Porém, segundo informação do comando do quartel de Cascais, nada foi ali detectado.

DEMOCRATAS PORTUGUESES RESIDENTES EM S. PAULO RECOMENDAM CALMA E CIVISMO

Um telegrama de S. Paulo (Brasil) assinado por Dinis Martins da Silva refere: «Democrata convicto desde a idade de 18 anos, quando da malograda campanha eleitoral do saudoso general Norton de Matos em 1948-49 recomenda e pede encarecidamente a todos os portugueses que não abusem, conforme referem os noticiários aqui recebidos, da liberdade oferecida (e conquistada, sobretudo conquistada) para não darem aso a que esta seja cerceada. Foram longos 48 anos de opressão e não podemos perder mais tempo. Por favor tenham calma e reflexão para a construção de um Portugal de maravilhoso futuro. Efusivas saudações democratas.»

COMISSÃO POLÍTICA DA SEDES

No seguimento da posição pública já assumida, a SEDES constituiu uma comissão política encarregada de orientar e prosseguir a actuação daquele agrupamento.

Essa comissão ficou constituída pelos seguintes associados: Eduardo Gomes Cardoso, Emílio Rosa, Emílio Rui Vilar, Francisco Sá Carneiro, João Botequilha, Joaquim Magalhães Mota, José Torres Campos, Luís Nandim de Carvalho, Manuel Viana Machado, Mário Bruxelas, Mário Murteira e Mário Pina Correia.

Foi, ainda, decidido elaborar o programa de actuação política e criar um secretariado permanente para assegurar a informação interna e externa respectiva.

No próximo dia 3, às 21 e 30, haverá uma reunião dos sócios para informação e debate sobre a situação presente e a actuação da SEDES.

UM APELO À CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A C. D. E.

A Comissão Executiva do Movimento C. D. E. de Lisboa dirige um apelo a todos os simpatizantes a fim de que «contribuam, logo que possam, com a sua contribuição financeira para assegurar as despesas iniciais».

«Sem este apoio» — acrescenta a Comissão — «dificilmente a C. D. E. poderá desenvolver as tarefas de salvação nacional que neste momento histórico lhe competem e das quais não pode demitir-se.»

DISCIPLINA é a arma do Povo contra a opressão !

AS DECLARAÇÕES DO ADVOGADO ALMEIDA SANTOS

(Continuado da pág. central)

ções de ocidentalização. Está em processo de explosão económica, o que lhe permitirá equilibrar, muito brevemente, a sua balança de pagamentos, espantalho primeiro do fluxo imigratório que vem reforçando a minoria europeia. É evidente, atlântica, tem o Brasil (a ela ligada por laços sentimentais) precisamente do outro lado do mar. Não tem ligações significativas com a África do Sul e a Rodésia. A língua portuguesa adquire um significativo predomínio entre as populações africanas.

Não assim Moçambique. A sua população africana excede os oito milhões. Tem poucos mistos e bastantes asiáticos, destes sendo utópico esperar uma definitiva identificação com pretensões políticas ocidentalizantes. A população europeia não excede talvez os duzentos mil habitanes.

Uma economia em recesso (momentaneamente detenível pela explosão do preço de algumas matérias-primas do seu espectro produtivo) e uma desastrada lei de pagamentos interterritoriais, determinaram primeiro o pânico e depois a fuga de contingentes assinaláveis de população europeia. No último ano, o saldo demográfico negativo excedeu os vinte mil europeus. Uma sangria à razão anual de dez por cento, determinará, só por si, a exaustão da efectiva ocupação portuguesa a curto prazo. É índico. Tem às costas uma Tanzânia não apenas hostil, mas pejada de chineses que constituem uma activíssima testa de ponte da própria China. A língua portuguesa atingiu uma difusão que lhe não assegura, por enquanto, vislumbre de perdurabilidade, apesar de, até ver, ver a língua veicular aceite pelos movimentos que sustentam as guerrilhas. Como a economia se processou sempre em termos de grandes empresas (majestáticas primeiro, e monopolistas depois) o pequeno proprietário e o pequeno comerciante não criaram raízes.

Não se estranhará, pois, que os guerrilheiros tenham encontrado em Moçambique condições de êxito que se não têm repetido em Angola.

E tudo isto, naturalmente, impõe que se admita a hipótese de soluções divergentes para um e outro território.

3 — Quer antecipar algumas sugestões, ainda que como simples hipóteses de trabalho?

— Já por diversas vezes o fiz, até onde isso me foi consentido. Em geral em documentos e até num livro que mordeu o pó dos arquivos da D.G.S., se é que pura e simplesmente os não queimou.

A oposição democrática de Moçambique foi a primeira a defender uma solução auto-determinante. Foi também a primeira, se bem ajuízo, a propor — vai para dez anos — uma solução de tipo federativo, que então nos pareceu viável e desungelante.

Não engeito nem uma, nem outra. Ponho apenas o problema da sua actualidade. Volto apenas à minha reserva de há pouco: vamos discutir primeiro, e propor em concreto depois. Até que ponto não pode o debate abalar as minhas precárias certezas?

Uma coisa é certa: Moçambique e Angola têm a dimensão, as potencialidades, o porte e as ansiedades de grandes países que são. Não podem, sob pena de insistirmos em soluções de opereta, continuar a ser governadas pelo telefone por «velhos do Restelo», ou oralmente por governadores a fazerem condições de promoção para ministro. Os milhões de africanos que nelas vivem não podem por mais um minuto continuar a ser encarados apenas uma força de trabalho. Eles e os seus representantes têm que passar a ser ouvidos. O país acaba de aprender que, cedo ou tarde, se revela errado — e em Angola e Moçambique, decerto catastrófico — governar à revelia da vontade das maiorias ou contra elas.

Os problemas económicos de Angola não carecem sequer de imaginação. Apenas de arrojo. Os de Moçambique, mesmo em termos de programação imediata, não são de modo nenhum insolúveis. Basta que se lhe permita vender as suas matérias-primas às cotações internacionais. Basta que se eliminem as despesas com o Ministério do Ultramar, que presentemente exerce apenas uma função entorpecente e nefasta. Basta que se devolva a Moçambique a diferença entre o câmbio oficial (do tempo da convenção) e o câmbio livre dos sessenta por cento dos salários dos «maqaicas» (trabalhadores africanos nas minas do Rand) pagos em ouro. E basta que se encare com arrojo a exploração do carvão da bacia do Zambeze (de valor potencial equivalente ao petróleo de Angola) para que a balança de pagamentos passe a ser superavitaria e as pessoas deixem de fugir à «prisão cambial» em que têm vivido.

O problema social também me não parece insolúvel, desde que saibamos mobilizar as minorias brancas para a aceitação das renúncias que inelutavelmente se impõem desde já, e as maiorias africanas para a possível recuperação da confiança perdida. A este propósito, impõe-se que o novo regime enfrente o problema sem prejuízos conceituais ou económicos, e sem o menor sinal de compromisso com o passado. Uma plataforma de honestidade e genuinidade representará, a esse respeito, um capital inestimável.

4 — Acha que será bem encarado, entre a população europeia, no Ultramar, o estabelecimento imediato de negociação com os movimentos guerrilheiros?

— A Junta enunciou o primado das soluções políticas. Soluções políticas sem diálogo, não sei onde as tenha havido.

Se o diálogo deve ser imediato ou não, compete aos responsáveis definir. Para ser eficaz, pressinto que não deve ser retardado. Não me pergunte como ou a que nível. Já por demais deixámos inquinar a situação por termos insistido na viabilidade do diálogo das armas.

Contudo, dentro do programa definido pela Junta, parece que teremos de aguardar a expressão da vontade colectiva. Oxalá não chegue tarde demais.

Imediatamente, sem um preciso e esclarecedor debate, não posso prognosticar senão que a maioria da população europeia do Ultramar não acolheria benevolamente a notícia da entabulação imediata de negociações com os movimentos guerrilheiros.

5 — Em sua opinião, uma solução federal, como a que propõe Spínola, em «Portugal e o Futuro», seria compatível com o fim da guerra por acordo com a Frelimo, em Moçambique?

A esse respeito, não creio que deva ser optimista. Depende, contudo, do tipo de federação que se monte. Só por si, a federação não resolve o problema básico: como se estruturará o poder ao nível dos estados federados? Que poderes se reservam à cúpula, ou seja ao Estado Federal? Eis a questão.

Não creio que os movimentos guerrilheiros repilam sem apreciação a hipótese de alienação, transitória ou definitiva, de algumas prerrogativas mais ou menos simbólicas ao nível da cúpula. Mas, tanto quanto me parece, começarão por desconfiar da honestidade dos propósitos de Lisboa. E não é tarefa fácil a de os levar ao abandono do ressentimento e da básica desconfiança acumuladas. De longa data se habituaram a, de nós, não esperar bem.

Contudo o d i á l o g o opera milagres. Se começarem por aceitar dialogar, já não será um mau começo. O resto, virá — ou não virá — depois. Soluções tipo «pronto a vestir» devem, liminarmente, ser afastadas. Avançar para além de uma proposta de diálogo, com uma mala cheia de soluções predefinidas, representaria a negação do próprio diálogo.

E s p e r o que compreenda que, de momento, não adiante mais. Não devemos deixar que a euforia do momento prejudique — a começar em cada um de nós — o sereno exame dos problemas à luz das novas plataformas em vias de institucionalização

TELEGRAMAS DE APOIO À JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

De toda a parte do país e também da Europa têm chegado à nossa redacção telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional, a qual é oferecida colaboração.

Das mensagens recebidas referimos: um grupo de democratas madeirenses, nomeadamente João Sebastião Ferreira, Abel Nunes, Aires Albuquerque, António Fernandes Loja, António Sales Caldeira, Cesar Pestana, Fernando Rebelo, Rui Nepomuceno e Simeão Mendes; Sindicato Nacional dos Profissionais dos Armazéns de Lisboa, que em breve marcará a data de uma reunião geral; Mário Guedes, professor de socioeconomia em Liverpool, em seu nome e de colegas e alunos; Galiano Alberto Ferreira, de Torres Novas; Inácio Simplício Ramos, de Vila Real de Santo António; António Guimarães, de Penafiel, que nos comunica ao mesmo tempo ter o povo da cidade saído para as ruas para aclamar as Forças Armadas; Morais Calado, de Aveiro, de «alma e coração com a Frente Patriótica libertadora de Portugal»; Artur Monteiro, de Paris, que sauda também a redacção do nosso jornal; e de Rui Carlos de Vasconcelos, em Pawtuchet, Rhode Island (Estados Unidos), que lamenta que a morte do pai, Carlos Eugénio de Vasconcelos, antigo ministro da República, o impedisse de ver a alegria que se reflete nas fisionomias da gente portuguesa. Também um grupo de exilados e desertores da Suécia nos envia um telegrama em que se declaram vivamente empenhados em participar na tarefa de liquidação total do fascismo e na construção de um Portugal livre. Saudam com regozijo o movimento popular anti-fascista e contam com imediata e inequívoca amnistia que possibilite o seu regresso.

O conselho jurídico da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem congratula-se igualmente com a decisão da Junta de Salvação Nacional de fazer respeitar a declaração dos Direitos do Homem.

A CONSTITUIÇÃO DO NOVO GOVERNO SERÁ ANUNCIADA EM BREVE

— REVELOU O DELEGADO DA J. S. N. PARA OS CONTACTOS COM A IMPRENSA

«Estão a ser envidados todos os esforços para que a nomeação do novo Governo se anuncie o mais breve possível», declarou hoje no Palácio Foz, em conferência de Imprensa, o major Mariz Fernandes, encarregado pela Junta de Salvação Nacional para os contactos com a Televisão, Rádio e Imprensa. Mais adiante, afirmou ainda aquele oficial que se **«pretende que seja a Nação a escolher livremente os seus dirigentes»**, tal como consta da proclamação da J. S. N.

Da mesma maneira, revelou ainda o major Mariz Fernandes, **«o problema da autodeterminação das províncias ultramarinas portuguesas foi já analisado. No entanto, foi deixado a cargo do general Spínola apresentá-lo à Nação»**.

Ao iniciar a conferência de Imprensa, o major Mariz Fernandes agradeceu a presença dos jornalistas, representando um número elevado de órgãos informativos nacionais e estrangeiros, lamentando embora as deficientes condições em que se tem vindo a processar o trabalho, **«em que tudo tem sido feito a um ritmo que impede uma eficiente informação»**.

Referiu de seguida o delegado da J. S. N. que os Serviços de Informação Pública das Forças Armadas serão reforçados a partir de hoje com o contingente de pessoal julgado suficiente para uma eficaz cobertura do noticiário proveniente do Movimento, para depois anunciar que terão lugar diariamente, no Palácio Foz, duas conferências de Imprensa, às 11 e 30 e às 18 e 30, durante as quais serão satisfeitas todas as perguntas que os jornalistas venham a formular.

Sobre as entrevistas que insistentemente têm sido pedidas ao general António de Spínola, foi dito ainda que elas não são, de momento, viáveis, em virtude dos graves e múltiplos problemas que agora se apresentam ao presidente da Junta de Salvação Nacional, pelo que uma conferência de Imprensa apenas virá a ser anunciada dentro de dias. Da mesma maneira, tornam-se desnecessárias as entrevistas a quaisquer membros das Forças Armadas, uma vez que todos os sectores militares e militarizados estão já englobados pelo Movimento, identificando-se as suas linhas de orientação com a dos elementos que compõem a Junta de Salvação Nacional.

Respondendo a perguntas formuladas pelos jornalistas, o delegado da J. S. N. para o contacto com os Órgãos da Informação asseverou que não serão reprimidas as manifestações anunciadas para amanhã, acentuando mesmo que, correspondendo a pedidos feitos nesse sentido por diversos grupos políticos, elas serão organizadas e conduzidas pelas Forças Armadas, que hoje revelarão os seus horários e percursos.

A posição da Junta de Salvação Nacional perante os jornais que venham agora a publicar-se (e espera-se o aparecimento de alguns que até agora eram clandestinos), ficou bastante clara na proclamação que tornou pública e na qual era referida uma completa liberdade de informação. Apenas no que respeita a novas estações de rádio terá de haver um estudo prévio de cada caso, estudo que é exigido por razões técnicas.

A uma outra pergunta, respondeu o major Mariz Fernandes que, **«considerando a delicadeza do problema, não foi ainda tomada uma posição definitiva sobre a readmissão no Exército de jovens desertores»**. Este constitui, no entanto, um problema sobre o qual a Junta de Salvação Nacional se pronunciará em breve.

Quanto às dificuldades surgidas nas operações de pagamento de cheques e outros problemas relacionados com a vida bancária, **«a sua normalização está também para muito breve, salvo se aparecerem alguns imprevistos»** que a possam protelar.

No capítulo das relações exteriores, e respondendo a pergunta feita nesse sentido, «problemas mais importantes, de transcendência nacional», impediram que tivesse já sido estudada a atitude a assumir pela Junta referente à concessão de asilo político a cidadãos espanhóis que o vierem a pedir. «O problema será alvo, oportunamente, da atenção que lhe é devida».

Num esclarecimento final, o delegado da Junta de Salvação Nacional para os contactos com a Imprensa precisou ainda que os elementos da extinta Direcção-Geral de Segurança actualmente na prisão-forte de Caxias não se encontram presos, mas detidos até posterior averiguação das suas responsabilidades em delitos comuns e como salvaguarda da sua integridade física. A propósito, o major Mariz Fernandes havia já anunciado que ficam limitadas as visitas de jornalistas à prisão de Caxias, «para evitar o exacerbamento dos aspectos emocionais que tais visitas implicam».

PROFESSORES DE COIMBRA ADEREM À J.S.N.

Um grupo de professores da Faculdade de Letras de Coimbra, entre os quais se contam os profs. Paulo Quintela, Silva Dias, Fernandes Martins e Vítor Matos, enviaram um telegrama à Junta de Salvação Nacional exprimindo «o seu regozijo pela restituição da liberdade à Nação, sua esperança melhores dias sociais povo português e reforma imediata da estrutura do ensino.

TRABALHADORES CIENTÍFICOS DA FUNDAÇÃO GULBENKIAN APOIAM A JUNTA DE SALVAÇÃO

Foi enviada à Junta de Salvação Nacional o seguinte telegrama, assinado por quase duas centenas de pessoas:

«Os abaixo assinados, trabalhadores científicos do INSTITUTO GULBENKIAN DE CIÊNCIA, em Oeiras, saúdam e felicitam o corajoso MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS que derrubou o regime que há quáse 50 anos oprimia O P O V O PORTUGUÊS e manifestam a sua confiança na JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL, na esperança de que, conjuntamente com todas as forças democráticas e progressivas da Nação, e com base no PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, conduza o País para uma democratização a todos os níveis que tornará então possivel finalmente a realização de reformas autênticas de modo a criar as condições fundamentais para o desenvolvimento da investigação científica em Portugal».

PIDES DETIDOS EM MAFRA

As Forças Armadas da Escola Prática de Infantaria detiveram na Ericeira dois agentes da ex-PIDE e uma agente da mesma polícia criminosa, que foram entregues ao respectivo comando.

Antifascistas depõem sobre o 25 de Abril

Prosseguimos hoje a publicação de depoimentos de democratas portugueses, conhecidos pelas suas posições e pela sua luta antifascista, acerca dc actual momento político português, após o histórico dia 25 de Abril. Como ontem dissemos, pretendemos dar expressão às mais diversas correntes de opinião existentes no nosso país.

Francisco Marcelo Curto:

«Realizar as esperanças dos trabalhadores»

Para os trabalhadores portugueses, a queda do governo fascista de Marcelo Caetano e do regime que ele, continuava fielmente a partir de Salazar, é antes de tudo, uma esperança.

Esperança alimentada durante dezenas de anos, numa luta feroz, levada a cabo por todos os meios, nas fábricas, na clandestinidade, nas prisões políticas, nos sindicatos corporativos, nas ruas.

Os militares que, decididamente, anunciam um corpo para essa esperança tiveram desde ontem, nas ruas, a manifestação do apoio dos trabalhadores para o fim da longo noite repressiva que todos sofremos neste país.

O que os trabalhadores celebram é mais o desejo de verem realizadas as suas reivindicações mínimas do que a queda de um regime, embora a euforia inicial se tivesse centrado à volta da vitória do Movimento das Forças Armadas, mais do que à volta da democracia e da liberdade, tanto tempo esperada.

Os trabalhadores têm de saber porém que a queda do fascismo é um começo e não um fim; que é agora que a capacidade de luta e de organização, o trabalho disciplinado e sólido são mais necessários do que nunca.

O direito de reunião, de greve, a completa independência dos Sindicatos face ao poder terão de ser uma conquista irreversível das massas trabalhadoras e não uma dádiva do poder.

Não podemos deixar amolecer a esperança nem cair o ânimo que agora nos toma nos compromissos públicos assumidos pela Junta.

Isso seria um erro idealista e os trabalhadores estão mais bem preparados que ninguém para se afastarem dessa atitude.

O momento é pois, de trabalho duro e determinado, a fim de serem realidades de amanhã, as esperanças que hoje se abrem no caminho do futuro.

Vasco da Gama Fernandes:

«Vitória do Povo Português»

«A vitória das Forças Armadas contra o governo fascista tem que ser considerada essencialmente uma vitória do povo português, pois os jovens que se revoltaram pertencem ao povo.

Terminou a noite tenebrosa do autoritarismo.

Como republicano, e presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, socialista, desejo para o meu país uma democracia que sirva esse povo, correspondendo às justas reivindicações políticas económicas e sociais da comunidade até agora marginada e ofendida.

Portugal tem que se reintegrar na órbita socio económica que nos faça gente, pondo cobro a uma guerra detestável e impopular.

É este o meu singelo depoimento emocionado na recordação dos sofrimentos e dos martírios de mais de quarenta anos de espiação.

Estou convencido que o exército do povo saberá cumprir o seu dever.

Edgar Valles:

«Um passo importante no derrubamento do fascismo»

Os acontecimentos ultimamente registados assumem uma importância excepcional. Seria errado apreciá-los desligados da conjuntura nacional e internacional; foram precisamente as dificuldades e a crise que o regime fascista atravessa, com os seus reflexos nas Forças Armadas que tornaram possível o papel patriótico desempenhado pelo Exército português, que tornaram possível, acima de tudo, que este materializasse os profundos sentimentos antifascistas do povo português e as suas aspirações de uma vida melhor.

Efectivamente, desde a grande campanha política de Outubro que se registava um grande fluxo da luta popular; o movimento que mobilizou em Outubro muitos milhares de portugueses não parou; a luta reivindicativa dos trabalhadores atingiu em Janeiro uma nova dimensão (o número de trabalhadores em luta, calculado em mais de 100 000, ultrapassou em muito todas as movimentações anteriores desde 1926), que anulou ainda mais o governo fascista, cuja função de fiel subserviente dos monopólios foi claramente compreendido. O aumento galopante dos géneros alimentícios produzia um descontentamento cada vez maior. O Movimento Democrático, lançando uma campanha a nível nacional contra a carestia de vida, dava forma a esse descontentamento. Em Africa, os sucessivos reveses militares, a proclamação da República Guiné-Bissau, o beco sem saída a que conduzia a guerra colonial, tiveram importância extraordinária na crise do fascismo.

Interpretando o descontentamento popular, as Forças Armadas deram um passo importantíssimo no derrubamento do fascismo na nossa pátria; a aderência total das massas populares é a melhor garantia para a continuação do movimento para a obtenção dos principais objectivos que devem neste momento ser apontados para as forças democráticas e o povo português em geral; neutralização e liquidação dos focos da reacção, que domina ainda importantes sectores do aparelho de Estado; implantação decidida e firme das liberdades democráticas; fim da guerra e negociações imediatas com os legítimos representantes dos povos africanos. Neste momento, o povo português, para além de manifestar incondicionalmente o seu apoio ao movimento patriótico, deve assegurar a satisfação das suas reivindicações principais, só possível pela sua participação activa em todos os aspectos da vida nacional.

O povo tem um grande caminho a percorrer! A sua libertação completa depende da amplitude das suas próprias acções.

José Medeiros Ferreira:

«Que o núcleo consciente dos militares não se desmobilize»

«Por telefone sugerem-me do jornal «República» que faça um depoimento sobre os recentes acontecimentos políticos em Portugal. O que dizer neste momento e na minha circunstância de exilado que é a de milhares de portugueses anti-fascistas e anti-colonialistas que reclamam o direito de regressarem ao País?

Que para alguém como eu, socialista, cioso de liberdades e de indepencia nacional, a situação se apresenta extremamente complexa. Certo, no estado actua da luta política só as Forças Armadas poderiam ter derrubado o antigo regime. Fizeram-no em 24 h., tomaram medidas que apontam no sentido de uma democratização da vida política do País. Também acredito que sejam garantes da independência nacional.

Prestaram, pois, as Forças Armadas um serviço à Nação. E estou convencido que o fizeram por cuidado com a sua sobrevivência. É necessário, no entanto, que o núcleo consciente dos militares que está na origem do processo não se desmobilize antes dos objectivos já fixados de eleições gerais e de destruição dos instrumentos do regime fascista venham a ser plenamente alcançados.

Garantido tal quadro compete às forças socialistas suscitarem o debate sobre o plano para a Nação, que inclua como pontos programáticos: descolonizar, socializar e desenvolver, através de um profunda democratização do País.

Parece-me despropositado ir mais além neste depoimento, ditado no momento em que muito é possível sem que, no entanto, tudo seja claro. Refiro-me sobretudo ao tipo de reposta à questão colonial, por ser o probema mais urgente da vida portuguesa. Ora o entusiasmo com que os militares foram recebidos pela população tem muito a ver com o fim imediato desta guerra. E para tal podem os militares portugueses aceitar que só contactos bilaterais com os reais representantes dos movimentos nacionalistas poderão vir a permitir uma trégua capaz de facilitar a resolução política do problema. E se à metafísica de um Portugal uno não se deve opôr a metafísica de uma descolonização uniforme, já o direito à independência para os povos das colónias aponta quanto a mim para a única solução capaz de acabar com a guerra.

Parece-me no entanto o momento em que o povo português pode tomar o seu destino em suas mãos.

(27 de Abril)

AQUELE DEDO DO «ARRIBA»...

Contado por Eduardo Berrenechea • Luís Candell, do Informaciones de Madrid: no passado dia 25 o Arriba, também de Madrid, publicava o quinto e último artigo de um enviado especial a Portugal, belo produto de uma série intitulada «Portugal en su Calma». Autor — o sr. José Luís Gómez Tello. Chama-se «dedo», não acham. Mas é um pouco mais grave, na medida em que recorta sem ambages a existência, em Espanha, de uma Imprensa nada inclinada a relatar correctamente o que está a passar-se aqui.

Ainda no capítulo das «previsões», esta girissima: na véspera da queda do regime fascista, o ex-ministro do Plano e dos Assuntos Exteriores de Espanha, sr. López Rodó (da Opus), comentava acerca do que lhe referiam como sendo o «Movimento dos Capitães» em Portugal — «eso es un sainete de cuatro locos» («isso é uma peça humorística de quatro loucos»). Brilhante...

OS PUBLICITÁRIOS QUEREM UM SINDICATO

A direcção do Clube Português dos Publicitários, única associação da classe, deseja iniciar finalmente um movimento tendente à criação do seu sindicato.

A fim de iniciarem os trabalhos preparatórios, convoca o C. P. P. todos os publicitários (sócios ou não) para uma reunião geral, a realizar hoje, pelas 21.00 horas, na sua nova sede, na Estrada de Benfica, 239, 1.º andar.

COMUNICADO DA CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO

A Confederação Mundial do Trabalho, com sede em Bruxelas, tornou público o seguinte comunicado relativo ao actual momento político português:

«A Confederação Mundial do Trabalho denunciou frequentemente a repressão e os atentados à liberdade sindical em Portugal, bem como a guerra colonial que este país mantém em Africa desde há longos anos.

Por isso, a Confederação Mundial do Trabalho celebra a derrocada do Regime de Caetano, embora reservada sobre os verdadeiros propósitos dos militares que se apoderaram do poder e deseja, em união com os trabalhadores portugueses, o restabelecimento de todas as liberdades e a organização de eleições livres em Portugal.

A Confederação Mundial do Trabalho espera igualmente que o Governo Provisório tenha em conta as aspirações das populações africanas de Moçambique, Angola e Guiné (Bissau) e de que sejam iniciadas rapidamente negociações que conduzam à autodeterminação dos seus povos.»

AVISO AOS PUBLICITÁRIOS

Hoje pelas 21 horas, realiza-se uma reunião para discussão de problemas da profissão; das quais se destaca a análise da situação sindical, dos publicitários portugueses, na sede do Clube Português dos Publicitários, na Estrada de Benfica, n.º 239 — Sete Rios.

o 1.º de Maio é Dia de Festa! não é dia de ódio nem de violência

DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR DÃO O SEU APOIO À JUNTA

Professores e alunos das Faculdades e Institutos Superiores, assim como de outros estabelecimentos de ensino secundário, anunciam, sucessivamente, o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao seu programa de democratização da vida política portuguesa, ao mesmo tempo que tomam resoluções sobre as necessárias reformas orgânicas que se impõem nas escolas para o seu efectivo e livre funcionamento.

Entretanto, a Junta de Salvação Nacional enviou para publicação no «Diário do Governo» o diploma legal exonerando os reitores das Universidades de Lisboa, Técnicas de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques, assim como os directores dos estabelecimentos de ensino superior — Faculdades, Escolas ou Institutos Universitários, e, ainda, os das Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e Porto.

REABERTA A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Em virtude das instalações da Universidade de Coimbra se encontrarem encerradas por ordem do seu antigo reitor, os professores e alunos daquele estabelecimento de ensino reuniram-se ontem, à tarde, em assembleia magna, no Largo das Faculdades, que reivindicou a sua imediata reabertura por considerar o seu fecho como um acto atentatório à actual situação do País.

Na sequência das diligências efectuadas junto às autoridades militares, esta reivindicação foi aceite, tal como outra apresentada relativa à restituição do material retirado da secção de textos.

A direcção da Universidade foi assumida pelo prof. Teixeira Ribeiro, decano dos professores.

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

Com a presença do prof. Pereira de Moura, efectuou-se ontem uma reunião de docentes do Instituto Superior de Economia durante a qual foram aprovadas duas moções, uma congratulando-se com o êxito do Movimento das Forças Armadas que consideraram «um passo decisivo para a instauração de uma sociedade democrática no nosso País», outra relativa ao funcionamento da própria escola.

No segundo texto aprovado os docentes de Económicas propõem que seja criada uma Comissão Directiva constituída por cinco membros, dois designados pelos docentes, dois pelos alunos e o quinto escolhido por acordo entre os quatro primeiros.

Esta comissão terá como objectivo assegurar o funcionamento corrente do Instituto, dentro dos princípios gerais definidos nas «Linhas de Acção» anteriormente aprovadas visando colocar a Universidade ao Serviço do Povo.

NO TÉCNICO

Também no Técnico professores e alunos reuniram-se aprovando, igualmente, um documento de saudação às Forças Armadas e prestando homenagem aos estudantes do I. S. T. que «conscientemente e de há vários anos, têm contribuído para criar um clima de reflexão crítica na Universidade Portuguesa».

O documento propõe a criação de uma comissão provisória que coadjuve a actuação do professor encarregado da Direcção com o fim de assegurar a rápida normalização dos trabalhos escolares e promover a rápida reestruturação democrática da vida do I. S. T.

BELAS ARTES DE LISBOA

Professores e assistentes de Belas Artes de Lisboa, reunidos ontem, declararam a sua total adesão no programa do Movimento das Forças Armadas, manifestando o seu acordo com as medidas de amnistia promulgadas pela Junta, extensiva a todos os docentes e alunos suspensos por motivos políticos.

REUNIÃO DE ESTUDANTES

Entretanto, os estudantes do ensino superior e secundário continuam a reunir-se para debater os vários problemas que se levantam no actual momento histórico que Portugal vive. Nestas reuniões, dois factos têm sido fundamentais: a reestruturação da vida associativa e o fim da guerra de África.

Outras reuniões estão já marcadas: no Técnico, de estudantes do ensino secundário, às 15 horas de hoje. Os estudantes do ensino secundário marcam outra reunião para as 15 e 30 do dia 3 de Maio, em local ainda a designar;

No I. S. P. A., prossegue amanhã, às 18 e 30 a reunião de alunos ontem iniciada para análise dos vários aspectos do actual momento político.

ASSOCIATIVOS LICEAIS JÁ TÊM SEDE

A direcção do Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário, de Lisboa, foi esta manhã recebida pelo coronel Gonçalves, que, em nome da Junta de Salvação Nacional lhe fez a entrega de instalações do extinto Secretariado para a Juventude para sede do M. A. E. E. S. L.

ALUNAS DO LICEU MARIA AMÁLIA EXIGEM A DEMISSÃO DA REITORA

Cerca das 18 horas de ontem, centenas de alunas do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho manifestaram-se em frente da entrada principal daquele estabelecimento de ensino exigindo a demissão da actual reitora, dr.ª Beatriz Rebelo.

Gritando «vitória», «A união faz a Força» e dando vivas às Forças Armadas, aquelas alunas exigiram à reitora a abertura das portas permitindo assim a saída das colegas que se encontravam encerradas nas salas de aula.

A reitora («não queremos uma reitora fascista», gritaram ainda as jovens estudantes) saiu, entretanto, discretamente, cerca das 19 horas por uma porta transversal, sem que as alunas se apercebessem do facto.

A festa é de nós todos, mas é inegável que a juventude tem nela o maior quinhão

TELEGRAMAS DE APOIO À JUNTA

Recebemos na nossa redacção mais os seguintes telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional: Virgílio Martins, Lisboa; José Teixeira Pinheiro, Espanha; Comissão Democrata do Concelho de Aljustrel; Augusto José da Costa, Manuela Chaves, Francisco José Alves, Maria Helena Alves, Augusto César Carvalho, José Sérgio Baptista, Manuel Pimenta Ferreira, Francisco Fernandes Borges, José Alexandre Ginjeira, Jorge Augusto Teixeira Ginjeira, Manuel Joaquim da Costa Ribeiro, José Alexandre Alves Cardoso, João Dias de Sousa Manuel, Eugénio Tavares, Francisco Alves Rodrigues, João Borges Alves, Armindo Pinto Costa, Maria Emília Costa, José Dias, Ana Paula Borges, Maria Assunção Dias Sousa, José Castanheira Gonçalves, Manuel Leal da Costa, José Pimenta Ferreira, José Joaquim Guerra, de Vila Pouca de Aguiar; Elísio Ventura, Sousel; João Gomes, nosso correspondente na Guarda; Miguel Vaz, Vila Franca de Xira; José Cerdeira, Viseu, nosso correspondente na Covilhã; José Pinhão, de Pombal; João Neto Soares, Nova Iorque.

AS MULTINACIONAIS SÃO «APOLÍTICAS»...

A cena passa-se nas instalações da I. B. M. portuguesa e tem o seu ar de anedota. O director de vendas deu ordem a uma funcionária que acabara de afixar num placard **adequado um comunicado do Sindicato dos Empregados de Escritório para o retirar imediatamente, utilizando o seguinte argumento: «A I.B.M é uma empresa multinacional e apolítica».**

Não há dúvida que o sr. director de vendas tem um infinito sentido de humor...

TEIXEIRA RIBEIRO NOMEADO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Da comissão Pró-Reabertura da Associação Académica de Coimbra recebemos o seguinte comunicado:

«Realizou-se ontem às 10 horas junto da Porta Férrea, uma concentração de estudantes e professores convocada pela Comissão Democrática dos Estudantes de Coimbra, cujo objectivo inicial era a exigência da demissão das autoridades fascistas da Universidade. Porém, perante o encerramento desta e dada a ausência do ex-reitor, Cotelo Neiva, e dos directores de Faculdades essa concentração passou a ter por finalidade tentar reabrir as instalações escolares. Foi então constituída uma comissão de estudantes e professores que se encarregaria de contactar as autoridades militares, expondo o problema.

Estabelecido este contacto, a Comissão informou os presentes que todas as autoridades académicas tinham sido demitidas e que o prof. Teixeira Ribeiro, como decano da Universidade tinha sido nomeado Reitor; que de igual modo tinham sido nomeados directores da Faculdades os decanos respectivos; e que o Senado Universitário vai ser remodelado admitindo para já os representantes dos estudantes.

Em seguida o novo Reitor dirigiu-se aos estudantes e professores presentes, tendo sido calorosamente aplaudido após o que procedeu à abertura das instalações escolares.

A seguir a estes acontecimentos, professores e alunos dirigiram-se à Associação onde se realizaram assembleias das diversas Faculdades.

Aí se discutiram questões relativas à organização dos cursos e à reformulação das formas de gestão da Universidade.»

INSPECTORES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

A Junta de Salvação Nacional desmente a notícia de que sejam elementos da ex-D.G.S. o inspector da Polícia Judiciária dr. Garcia Domingues e o sub-inspector Pereira da Graça, que são colaborantes das Forças Armadas em serviço de responsabilidade no Aeroporto de Lisboa

A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL CEDEU AO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO O EDIFÍCIO DA M. P. FEMININA

A Junta de Salvação Nacional entregou ao Movimento Democrático Português o edifício da Mocidade Portuguesa Feminina, na Rua Artilharia 1. O edifício tem 4 andares e ao Movimento foram entregues 3, ficando o outro reservado a depósito de material ali existente.

A entrega foi feita pelo 1.º tenente Sabino Guerreiro, 1.º tenente Sá Leal e capitão da Aeronáutica Morais da Silva.

Assinaram pelo Movimento Democrático José Manuel Tengarrinha e Ruben Carvalho.

Logo pela manhã, estes dois democratas dirigiram-se à Cova da Moura, onde se encontra o Quartel General da Junta de Salvação Nacional, onde foram recebidos pelos elementos da Junta presentes, entre os quais se encontrava o general Spínola, tendo ali feito entrega de um requerimento solicitando a cedência das instalações da Mocidade Portuguesa Feminina. O despacho da Junta demorou somente alguns minutos.

Falando à Imprensa, à saída, José Manuel Tengarrinha manifestou o seu regozijo pela compreensão da Junta, face às dificuldades do Movimento Democrático Nacional. *«A decisão hoje tomada é muito importante»*, significou.

A Comissária Nacional da extinta Mocidade Portuguesa Feminina foi convocada pela Junta de Salvação Nacional para a reunião que manteve com os representantes do Movimento Democrático. Porém, não compareceu. À hora da saída do nosso jornal, os representantes do M.D. e da Junta de Salvação procedem a um arrolamento de todo o material existente no edifício cedido.

ANTI-FASCISTAS EUROPEUS SAÚDAM MÁRIO SOARES

De entre os milhares de telegramas de solidariedade e felicitações pelas transformações políticas em curso no nosso país dirigidos ao Partido Socialista, na pessoa do seu secretário-geral, Mário Soares, destacaremos alguns dos mais significativos: de Espanha, subscritos pelos socialistas Tierno Galvan e Raul Morodo e por Mariano Robles, advogado no caso Delgado, que oferece a sua colaboração para a reabertura do processo; da Itália, enviados por Pietro Nenni, presidente do Partido Socialista, por Gabriel Brustoloni, deputado socialista, e pelo prof. Giuliano Vassali, advogado italiano do caso Delgado; da Alemanha, assinados por Alwin Brueck, presidente da Comissão de Cooperação Económica do Bundestag e membro da direcção do Partido Social-Democrata alemão; da Inglaterra, de Rou Hayward, secretário-geral do Partido Trabalhista, que o convida para uma reunião em Londres; da França, remetidos por Georges Sarre, secretário nacional do Partido Socialista, e pelo dr. Pierre Simon, grão-mestre da Grande Loja de França; da Bulgária, de Dimetre Bratanov, presidente da Comissão de Segurança e Cooperação Europeia.

Regista-se ainda um telegrama do dr. Angelo de Almeida Ribeiro, presidente da Ordem dos Advogados, em Lisboa.

JORNAL DO PORTO

INSTALAÇÕES DA LEGIÃO E EX-MOCIDADE PORTUGUESA OCUPADAS EM MATOZINHOS

As instalações da Mocidade Portuguesa (Masculina e Feminina), Secretariado da Juventude e da Legião em Matosinhos encontram-se a partir de agora ao serviço do Movimento Democrático do Porto.

ALUNOS E PROFESSORES OCUPARAM O INSTITUTO COMERCIAL DO PORTO

As instalações e gabinete da direcção do Instituto Comercial do Porto, foram esta manhã tomadas sem incidentes, por professores e alunos daquela Escola.

A direcção do Instituto estava a cargo do bacharel Carlos Graça, prof. Carlos Mota e ex-governador civil substituto do Porto.

Os alunos começaram já reuniões e amplos debates para a elaboração do programa de reinvidicações pondo em primeiro plano a reinstalação da sua Associação Académica, extinta há vários anos.

C[illegible]VOCAÇÃO [illegible]OS MÉDICOS DO HOSPITAL DE S. JOÃO DO PORTO

«É urgente que, à luz das novas condições criadas, repensemos todos os nossos problemas como profissionais conscientes que não alienam o direito e o dever de intervenção no futuro da classe e nos destinos do País.

Dentro deste espírito convocam-se todos os médicos (práticos clínicos, médicos do hospital e faculdade) para uma Assembleia Geral dos Médicos do H E S J que terá lugar hoje, terçafeira, dia 30 de Maio, pelas 11 horas no Salão Nobre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Debate livre sobre os acontecimentos políticos em curso.

2 — [illegible]ias de democratização da estrutura hospitalar.

Comissão de Médicos do Movimento Democrático do Porto»

FACULDADES DO PORTO TOMADAS POR ESTUDANTES

Os alunos da Faculdade de Medicina do Porto tomaram as instalações da sua Associação, encerrada há dois anos, assim como a sala de convívio anexa.

Também os estudantes da F. de Ciências ocuparam uma sala para nela instalarem a sua Associação-Sala em que não funcionavam aulas.

ESPECTÁCULOS

TEATROS

S[illegible] DA BANDEIRA — «Sim[illegible]nte Revista» (18 anos).

[illegible]NTONIO PEDRO — «Woizech».

CINEMAS

BATALHA — «As Ordens de Vosselência».

AGUIA DE OURO — «Eusébio» (6 anos).

TRINDADE — «40, idade p[illegible]igosa» (18 anos)

CARLOS ALBERTO — «Os 4 Sargentos boinas verdes» (18 anos).

COLISEU — «Paixão Cigana» (14 anos).

ESTUDIO — «A Máscara» (18 anos).

JULIO DINIS — «O Porteiro» (18 anos)

PASSOS MANUEL — «O convite» (18 anos).

RIVOLI — «Zorba, o grego» (18 anos).

ESTUDIO FOCO — «Jesus-Cristo Superstar»

VALE FORMOSO — «A raiva do tigre» (14 anos).

OLIMPIA — «Condenados a viver» (18 anos).

S. JOÃO — «A Golpada» (18 anos).

GALERIAS DE ARTE — EXPOSIÇÕES

«ALVAREZ» — Exposição de Serge Oldenbourg.

ARTE NOVA — Pintura de Oskar Pinto Lobo.

ABEL SALAZAR — Pinturas de Abreu Pessegueiro.

ARVORE — Fotografias de Sotto Mayor.

DINASTIA — Pintura de A. Pascual.

DIPROVE — Exposição de Zoo Wou Ki.

ESPAÇO Pintura de Humberto Mesquita.

«MINI-GALERIA» — Exposição de Ana Hatherley.

PINACOTECA — Pinturas de Luís Amer.

O PRIMEIRO DE JANEIRO—Exposição de Valentim Malheiro.

PAISAGEM — Pinturas de Eduardo Feio.

«ZEN» — Pintura de Henrique Ruivo

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

Até às 0 horas: Alves da Silva, avenida da Boavista, 1016; Azevedo, rua do Meiral, 503; Gomes Ferreira, rua Faria Guimarães, 449; Nau Vitória, rua Nau Vitória, 723; Ordem da Trindade, rua Heróis e Mártires de Angola; e Terreiro, rua da Reboleira, 21.

Toda a noite: Antas, avenida Fernão de Magalhães, 1076; Antiga da Porta do Olival, Campo dos Mártires da Pátria 122; Falcão, rua de Santo Ildefonso, 61; Ferreira, D. Afonso V, 55-B; Lousada, largo do Campo Lindo, 62.

JOSÉ VIANA NO T. E. P.

Ainda dentro dum plano de actividade que a Direcção do C. C. T. organizou, o actor José Viana, estará hoje no Teatro Experimental do Porto (Teatro António Pedro), pelas 21,30 horas, para uma «Conversa sobre teatro».

José Viana, para aceder ao convite do C. C. T., sacrificou-se amavelmente a adiar a sua partida para Lisboa.

A este colóquio podem assistir todas as pessoas interessadas.

A AGRICULTURA DO FUTURO

(Continuado da 3.ª pág.)

mais temerosas dificuldades se, acaso, tivesse ousado fazê-lo.

Como não encontrasse então quem me prestasse, ainda que apenas em termos gerais, os esclarecimentos reclamados, quem quisesse e pudesse formular a previsão desejadas ou pelo menos propor uma hipótese de trabalho, entendi dever declinar a missão que me era oferecida.

A confirmação do acerto da minha atitude fui mais tarde encontrá-la, manda a verdade que se reconheça, num texto emanado da própria «Fundação Europeia de Cultura» no qual, sem subterfúgios, se diz que «a futurologia, essencialmente, pensa por uma forma não-política a respeito de supostos problemas do futuro que são, na realidade, problemas políticos dos dias de hoje». Justo é também informar desde já que, em documentos elaborados mais tarde, alguns até no ano corrente, pela referida Fundação, se admite, entre quatro hipóteses alternativas sobre a estrutura da sociedade do futuro, uma que somente como socialista pode ser considerada, embora as palavras socialismo e socialista nem uma só vez ali figurem; a um de tais documentos, o mais significativo, me referirei, mais a propósito, num artigo subsequente.

E aqui está, em suma, singelamente anunciada a razão que me levou a escusar-me de juntar a minha modesta colaboração à de todo um notável grupo de especialistas agrários europeus na elaboração de um estudo que, volto a dizê-lo, teria ou terá o ambicioso título «A Agricultura no ano 2000».

Desde que assim foi, haverá talvez quem deseje saber como se explica ter eu aceitado o convite da CED para abordar, afinal, exactamente o mesmo tema. Tentarei, por isso mesmo, justificar esta aparente reviravolta, esta suposta discrepância. Os meus argumentos são dois e, na esperança de que se revelem convincentes, vou enunciá-los rapidamente.

O primeiro é que a responsabilidade que me dispus a incorrer, numa reunião informal, entre amigos, era consideravelmente inferior àquela que teria sido a minha perante um organismo internacional com a craveira da «Fundação Europeia de Cultura». Se a responsabilidade era menor, a liberdade de agir, essa, era bem maior: sentia-me, com efeito, tal como me sinto agora, mais à vontade, mais desembaraçado de movimentos, mais apto a ajustar aos de outrém os meus pontos de vista, a esclarecê-los, ou mesmo a alterá-los, do que me sentiria se estivesse a actuar em nome de tão distinto quão ambíguo grupo de técnicos internacionais.

O segundo argumento é que, diferentemente do que poderia verificar-se no caso do «Plano Europa 2000», nada me deveria impedir agora, se assim o quisesse, de fixar previamente uma posição política global ,ou mais do que uma, a de lhe ou lhes subordinar em seguida as soluções técnicas propostas, imaginadas ou admitidas.

Foi exactamente o que, no colóquio da C.E.D., pela minha parte, procurei fazer e vou, neste momento, tentar uma vez mais.

Entre os diversos modelos de organização da sociedade do futuro há pouco configurados, vejamos o que é permitido pensar a respeito das perspectivas de viabilidade que encerram. O segundo, esse a que chamei arcaizante, de «retorno à terra», de exaltação do artesanato, creio que apresenta fraquíssimas possibilidades de se ajustar às realidades futuras, não obstante conservar defensores numerosos e aguerridos. O terceiro, o da hipótese da colectivização integral, da opção sistemática e exclusivista a favor das macro-empresas cooperativas e/ou estatais, também não julgo que apresente razoáveis probabilidades de se impor num futuro próximo, tão poderosos seriam os obstáculos a vencer, quer nas sociedades económicamente desenvolvidas, quer nas tradicionais subdesenvolvidas.

O quarto, ou seja aquele que integraria um conjunto de pequenas ou médias empresas familiares, numa generalizada superestrutura cooperativa de serviços, é de admitir que, por não aproveitar devidamente as economias de escola, se mostrasse incapaz de responder aos imperativos do progresso material necessário à elevação geral do nível de vida.

Restariam, nestas condições, considerando válidos os meus pressupostos, como soluções susceptíveis de se realizarem alternativamente no futuro, as que correspondem ao primeiro e último dos modelos imaginados: aquela que designei, à falta de melhor, por neo-capitalista, e aquela que qualificarei agora como de socialismo pluralista.

Olhando para o futuro, com a serenidade possível em face dos perigos que todos sentimos e com a tranquilidade que resulta de nunca me ter proposto advogar interesses estabelecidos, e sem menosprezar a capacidade defensiva e até ofensiva das soluções descobertas pelo capitalismo, através das suas incessantes mutações, não hesitei durante o colóquio na C. E. D., como não hesito agora, em declarar que a minha opção pessoal a fiz a favor de uma agricultura integrada numa sociedade socialista.

Seja-me permitido, já agora e a propósito, que confesse ter sido mais a ideia da indispensabilidade de governar sábia e prudentemente os recursos naturais não-renováveis, do que essa outra, válida também, da necessidade de colocar os recursos rentáveis (a fertilidade do solo, em primeiro lugar) ao serviço de uma política de promoção da abundância e de repartição equitativa dos frutos desta, — ter sido mais, ia dizendo, a primeira ideia do que a segunda que me tem inspirado na marcha gradual mas incessante que tem sido a minha no caminho que levou ao abraçar convicto do ideal socialista.

Não contesto, claro está, seria absurdo, que uma estrutura socialista seja a mais capaz de libertar as prodigiosas aquisições contemporâneas da ciência e da técnica no domínio da produção alimentar, dos grilhões impostos pelas arcaicas estruturas individualistas da propriedade da terra e da gestão da empresa agrícola.

Não só não o contesto, mas até o proclamo abertamente.

O que, todavia, também afirmo, é que a única forma que se me afigura objectivamente viável de a espécie humana conseguir libertar-se da temerosa ameaça da dilapidação irreversível dos recursos não-renováveis, ameaça antiga mas neste preciso momento tornada bem patente, que essa única forma é a que consiste em retirar a propriedade e a administração de tão preciosos valores das mãos de entidades privadas, animadas fundamentalmente pela ânsia do lucro e vivendo numa atmosfera de competição e rivalidade, para as confiar a organismos públicos e / ou cooperativos submetidos a um controlo decmocrático e desejosos apenas de servir o interesse geral.

Em síntese, direi que, se constitui grave erro e causa de desordens sociais repartir mal recursos abundantes, e será ou poderá ser esse o caso dos renováveis, erro bem maior e factor de desajustamentos gravíssimos, porventura sem remédio, será repartir mal recursos forçosamente escassos, como são os não-renováveis.

Uma das opções que, em suma, parece legítimo e até natural fazer-se, será portanto a favor de uma sociedade socia'ista. Trata-se porém, tão-somente de uma hipótese de trabalho, e não propriamente de algo que se assemelhe a uma previsão no âmbito da tão discutida e discutível Futurologia. É certo que os obstáculos encontrados pelo capitalismo de hoje, por mais empreendedor, audacioso e dinâmico que se mostre, como se tem mostrado, para descobrir e aplicar soluções à medida do homem, capazes de proporcionar simultaneamente a abundância, um mínimo de justiça social e a preservação do ambiente ecológico estão a revelar-se tão e cada vez mais poderosos, tão crescentemente difíceis de vencer, que não é mister ser-se um profeta, um sábio futurologista, um especialista da prospectiva, para predizer que a sociedade de amanhã haverá de ser de algum modo socialista, quanto mais não seja no sentido de passar a ser gerida por quem não tenha em mira defender interesses privados, forçosamente estreitos, egoístas e imprevidentes, mas sim e apenas servir, a colectividade. Prever isto somente isto, não é todavia o mesmo que vaticinar quando, onde e como ocorrerá essa, a meus olhos, indispensável transformação da sociedade, senão até do próprio homem, vaticínios esses que, sem falsa modéstia, me declaro de todo incapaz de realizar.

A ideia do enquadramento socialista, da submissão dos interesses privados ao poder popular, foi, portanto, volto a dizê-lo, a hipótese de trabalho do grupo de engenheiros agrónomos que participaram no colóquio da C. E. D.: hipótese sedutora, sem dúvida, e hipótese também com razoáveis perspectivas de se tornar realidade em época não muito distante, mas hipótese apesar de tudo, *hipótese apenas* e não profecia ou previsão.

Sendo esta a posição assumida, desde logo se conclui que, entre os dois modelos de organização social há pouco retidos como sendo os únicos viáveis, o neo-capitalista e o socialista pluralista, as minhas preferências recaem sobre o segundo. Corresponde ele, com efeito, a uma solução de tipo socializante, com recusa porém da ideia da uniformidade do sistema de organização da economia agrícola, recusa que se baseia no conhecimento da diversidade inata da agricultura e na circunstância de ainda não ter sido demonstrada, nem teórica nem praticamente a superioridade deste ou daquele modelo de agricultura colectiva sobre os restantes.

HENRIQUE DE BARROS

A PRENDA

Em 25 de Abril, o telefone tocou em casa de meus pais. A chamada era para mim. Olhei para o relógio: seis e trinta da manhã, lembrei-me de que fazia anos. Quem seria a pessoa a dar-me os parabéns tão cedo? Não. A chamada era da «República». Que me apresentasse imediatamente.

Mil coisas me passaram pela cabeça. Fogo? Roubo? O motorista Martins poderia ter tido algum desastre, pois eu mandara-o a Coimbra. Eu sei lá. À pressa, lá fui para o jornal. Na Rua da Misericórdia vi à janela o dr. Vítor, o carro do sr. Belo Marques e o dr. Rego. «Olá, aqui há gato!...» disse eu para comigo. A Redacção, àquela hora, era um pandemónio. O sr. Belo Marques informou-me do que tinha havido. Fiquei surpreendido; nunca pensei de que havia ainda homens com coragem em Portugal, em virtude de vivermos debaixo do terror da Pide e seus informadores. Depois de montar o esquema de trabalho, comecei a chamar alguns colegas da Expedição e Distribuição. Todos trabalhámos sem parar para que o nosso jornal fosse lido em toda a parte, o que infelizmente não aconteceu, por falta de meios de transporte, e por a nossa rotativa não corresponder para casos de emergência como este. O dia foi esgotante, sem almoçar, sem jantar. Já noite dentro olhei para o relógio: 22 horas. Mandei o pessoal embora e lembrei-me de que fazia anos. Data de que nunca mais me esqueço. Obrigado pela prenda que me ofereceram. Pela abolição da Censura, que era o meu quebra-cabeças, assim como do sr. Mesquita, por não descobrirmos como os jornais cortados iam parar às mãos deles. Pelo regime em que vivíamos. Por tudo aquilo que nos oprimia, enfim, de sermos livres desde o 25 de Abril, dia dos meus anos. Mais uma vez obrigado pela prenda que me ofereceram.

EDUARDO GONÇALVES

(Chefe dos Serviços de Distribuição de «República»)

PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

Finalmente, acaba de ser constituído o Centro de Informação do Consumidor, em resultado da campanha de consciencialização que a revista «Conteste», com condicionamentos e limitações de toda a ordem tem vindo a desenvolver, há cerca de um ano, no nosso país.

À sua acção, visando a informação verdadeira e objectiva e esclarecimeto do consumidor português, foram postos obstáculos de toda a ordem, que só a tenacidade e sacrifício de alguns permitiram ultrapassar. Dentro do que foi «permitido», foi possível ir criando um grupo de portugueses conscientes da necessidade de uma associação boas-vontades e de interesses que fossem capazes de sustentar uma activa e poderosa força de defesa do consumidor português, totalmente isenta de pressões ou dependências governamentais que, aliás, desde princípio consideraram com despeito o movimento de «Conteste» rotulando-o de subversivo e comunista. Foi assim que o movimento de «Conteste», perseguido até agora como uma ameaça pela livre informação dos portugueses que visava, teve de adoptar a fórmula de Sociedade Anónima em que agrupou um escol de portugueses espalhados por todo o País, Ultramar e até Estrangeiro. Nos objectivos da sociedade de defesa do consumidor assim constituída, está a elaboração de análises, estudos e testes comparativos, controlos de qualidade e preço dos produtos oferecidos ao consumidor, e a defesa e adopção de leis que visem a defesa do consumidor.

A união do Consumidor visando a participação de problemas comuns e, principalmente uma *informação verdadeira*, necessária à solução dos mesmos, é indispensável na criação de uma força que possa eficazmente opor-se aos monopólios da informação controlada ou enfeudada a interesses políticos ou comerciais. A agregação do consumidor é a única forma para a sua defesa. Por isso foi criado o Centro de Informação do Consumidor, sob a forma de sociedade anónima, aberta a todos os portugueses, sociedade, não de capitalistas, mas em que se integram as pequenas poupanças, as adesões dos portugueses mais conscientes de uma necessidade de participação e cooperação na defesa de interesses comuns. O Centro de Informação do Consumidor que adoptou a designação comercial de Edire (divulgar, pôr a limpo, etc.), tem já a adesão de milhares de portugueses de todos os cantos do País, mesmo os mais modestos, que estão subscrevendo acções fundadoras, ao valor nominal de 150$. O interesse manifestado pela subscrição de acções, mesmo pelas pessoas de economia débil, mostra bem o desejo de participação num movimento de independência informativa e defesa dos direitos do cidadão por que sempre pugnou «Conteste».

Até 31 de Maio próximo, o Centro de Informação do Consumidor (Edire, sarl) aceita a subscrição de acções fundadoras de todos os portugueses conhecedores de uma acção e actuação que agora se podem exercer livremente.

Procura-se uma sociedade participada por muitos, que obtenha a sua força, exactamente, de uma participação e cooperação a que, por si mesma, transmita a força necessária à acção visada por «Conteste», impedindo as participações ou intromissões dos colossos financeiros.

No momento político que atravessamos em que a informação é considerada essencial, o Centro de Informação do Consumidor (Edire, sarl) é bem a expressão de uma vontade e necessidade colectivas de uma informação verdadeira que, apesar de todos os condicionalismos, já vinha praticando e que agora, mais que nunca, será apreciada e bem-vinda, pois com certeza mais completa

As adesões ao Centro de Informação do Consumidor devem ser dirigidas para a sua sede social — R. do Centro Cultural, 5 r/c em Lisboa-5, onde são prestadas todas as informações.

NECROLOGIA

LUÍS DE CARVALHO

Com 83 anos, faleceu em Barcelos o velho republicano e democrata sr. Luis de Carvalho, antigo comerciante em Barcelos que aos ideais da Liberdade dedicou todo o seu entusiasmo, tendo estado presente sempre em todos os movimentos da oposição. O extinto deixa viúva a sr.ª D. Maria Luísa Pestana de Carvalho e era pai dos democratas Luís Fortuna de Carvalho, Camilo Fortuna de Carvalho, Jorge Fortuna de Carvalho, Fernando Fortuna de Carvalho e D. Luísa Fortuna. de Carvalho.

O funeral efectua-se amanhã para o cemitério de Barcelos e deve constituir grande manifestação de pesar.

INFORMAÇÃO

DO SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO

O Sindicato está desde a manhã de sábado, dia 27.4., na posse dos trabalhadores.

Em reunião plenária realizada por todos os trabalhadores presentes, efectuada ao princípio da tarde, foi aprovado o seguinte comunicado:

«AOS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO

O Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa entrou na posse legítima dos trabalhadores seus associados.

A anterior direcção imposta pelo governo fascista e instrumento ao serviço desse mesmo governo, foi expulsa.

O Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa apoia o documento emanado pela Inter-Sindical, divulgado pelos órgãos de informação em 26 e 27 do corrente, integrando-se assim na luta de todos os trabalhadores portugueses.

O SNPEDL pede a presença, desde já, de todos os seus associados e empregados para um trabalho sindical ao serviço de todos os trabalhadores e da Democracia.

VIVA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS — VIVA A CLASSE TRABALHADORA — VIVA PORTUGAL.»

Foi igualmente aprovado o seguinte telegrama:

«À JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Trabalhadores Sindicato Empregados de Escritório de Lisboa apoiando ponntos fundamentais do programa das Forças Armadas, na garantia dos direitos do Povo Português informam que entraram na legítima posse deste Sindicato expulsando a direcção vil serventuária do governo fascista derrubado pelo vitorioso movimento das Forças Armadas.

Farão entrega em mão texto primeira informação divulgada pelo Sindicato Profissionais de Escritório de Lisboa.

VIVA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS — VIVA A CLASSE TRABALHADORA — VIVA PORTUGAL.»

O comunicado foi entregue na Junta de Salvação Nacional ao fim da tarde.

O Sindicato manteve-se aberto durante o domingo, tendo-se realizado três reuniões plenárias com grande número de trabalhadores.

Foram recebidas inúmeras manifestações de simpatia e de solidariedade de Sindicatos, entre outros os seguintes: Jornalistas, Bancários, Tipógrafos, Motoristas, Armazéns, Médicos, Ferroviários, Cobradores, Lanifícios.

Na segunda-feira à noite realizou-se uma Reunião Geral de Sócios.

ATENÇÃO CONTABILISTAS — TÉCNICOS DE CONTAS

Apelamos para que todos os Técnicos de Contas denunciem ao Movimento das Forças Armadas ou ao Sindicato dos Profissionais de Escritório qualquer movimento de capitais que contrarie o que está estabelecido.

VIVAM AS FORÇAS ARMADAS! — VIVA PORTUGAL!

REUNIÃO GERAL DE ASSOCIADOS

AVISAM-SE OS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO QUE SE REALIZA NA PRÓXIMA **SEXTA-FEIRA, DIA 3/5, ÀS 21,30,** UMA REUNIÃO GERAL DE ASSOCIADOS PARA A QUAL É NECESSÁRIA A PRESENÇA DE TODOS E QUE SE REALIZARÁ NA «VOZ DO OPERÁRIO», RUA VOZ DO OPERÁRIO, N.º 13.

1.º DE MAIO — FERIADO NACIONAL

É o 1.º de Maio o Dia Mundial do Trabalhador.

Em todo o Mundo é comemorado como a consagração do TRABALHO e da sua luta reivindicativa.

Os Trabalhadores de Portugal há muito que lutam por este direito que culmina agora por uma grande vitória.

Proclamemos essa vitória numa grandiosa jornada de UNIÃO DOS TRABALHADORES, numa grande manifestação de consagração do trabalho.

TODOS À MANIFESTAÇÃO DO 1.º DE MAIO!

ÀS 15 HORAS NA ALAMEDA AFONSO HENRIQUES.

TODOS AO COMÍCIO NO ESTÁDIO DA EX-FNAT QUE CULMINARÁ ESTA GRANDIOSA JORNADA DOS TRABALHADORES

POR SINDICATOS LIVRES — PELO DIREITO À GREVE — PELA UNIÃO DE TODOS OS TRABALHADORES

A ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO APOIA A JUNTA DE SALVAÇÃO

A Associação de Atletismo de Lisboa enviou à Junta de Salvação Nacional o seguinte telegrama: «A direcção da Associação de Atletismo de Lisboa na sua primeira reunião após o 25 de Abril resolveu por unanimidade saudar a Junta de Salvação Nacional e congratular-se pelas dezenas de atletas desta modalidade que, de Norte a Sul do País, incorporados nas Forças Armadas lutaram ardorosamente pela liberdade tão desejada.

Assim, esta Associação põe-se incondicionalmente à disposição dessa Junta, nomeadamente na cobertura total da juventude da área da sua jurisdição».

«VUELTA»

PERURENA AINDA NA FRENTE AGOSTINHO SOBE UM LUGAR

CIUDAD REAL, 29 (EFE-ANI) — O belga Eddy Peelman ganhou a sexta etapa da Volta Ciclista à Espanha, disputada entre Cordova e Ciudad Real, com um percurso de 211 quilómetros, que cobriu em seis horas, trinta minutos e quinze segundos. Em seguida chegaram Andres Oliva (Espanha), Jesus Manzaneque (Espanha) e Roger Swerts (Bélgica), com o mesmo tempo do vencedor.

O espanhol Domingo Perurena conserva o primeiro lugar da classificação geral.

Classificação dos portugueses: 8.º, Joaquim Agostinho, 30 h. 38 m. e 37 s.; 23.º, Fernando Mendes, 30 h. 41 e 5 s.; 25.º, José Madeira, 30 h, 41 m. e 7 s.; 28.º, Agustin Tamames, 30 h. 42 m. e 36 s.; 30.º, António Martins, 30 h. 43 m. e 25 s.; 33.º, Joaquim Andrade, 30 h. 43 m. e 56 s.; 39.º, Joaquim Leite, 30 h. 45 m. e 18 s; 48.º, Venceslau Fernandes, 30 h. 47 m. e 7 s.; 59.º, César Aires, 30 h. 52 m. e 11 s.

Agenda desportiva

ANDEBOL — Campeonato de Lisboa, 2.ª Div., no pav. de Paço de Arcos (21.30).

BASQUETEBOL — Nacional de Juvenis (apuramento do finalista): Illiabum-Ac. Coimbra (21.30) em Sangalhos.

— Grande Torneio da A. B. L. (Femininos) no pav. da Ajuda: P. Prazeres-Ac. Amadora (21), Encarnação-Algés e Belenenses-Nacional.

— Grande Torneio da A. B. L. (Jun. Fem.): Belenenses-Benfica (21) na Ajuda.

CICLISMO — 7.ª etapa da Volta à Espanha — Ciudad Real-Toledo (159 km) com a participação do Benfica e de Joaquim Agostinho.

HÓQUEI EM PATINS — Nac. 2.ª Div. (Zona Sul) — Ac. Amadora-C. Ourique (21.45) na Reboleira.

RAGUEBI — Sorteio da fase final do Nac. de Juniores na Federação (22).

VOLEIBOL — Sorteio do Nac. Feminino da 3.ª div. na Assoc. de Lisboa (21.30).

O NOSSO «PALPITE»

Académica-Sporting	1
Olhanense-Benfica	2
Barreirense-Guimarães	x
Setúbal-Porto	1
Boavista-Montijo	1
Leixões-CUF	1
Belenenses-Farense	2
Oriental-Beira Mar	2
G. Vicente-Penafiel	2
U. Coimbra-Fafe	x
Sanjoanense-Braga	x
C. Piedade-Almada	1
Odivelas-Torriense	2

NORMAS OLÍMPICAS NOVAS

Não poderão participar nos Jogos Olímpicos os atletas que já tenham sido profissionais ou aqueles cuja «pessoa ou fotografia ou feitos desportivos» tenham servido «para publicidade ou para obter dinheiro» — determinou o Comité Executivo do Comité Olímpico Internacional, num novo projecto agora elaborado.

Os Comités Nacionais deverão pronunciar-se sobre esta determinação até ao dia 21 de Maio.

TRANSFERIDO PARA PARIS O PORTUGAL-FRANÇA EM TÉNIS

• Federação Portuguesa desmente a «situação instável» do País

Invocando uma pretensa «situação instável» registada na cena política portuguesa, a comissão europeia da Taça Davis, a mais importante competição internacional de ténis, decidiu transferir para Paris a eliminatória Portugal-França que deveria disputar-se no Porto, mantendo as datas de 3, 4 e 5 de Maio.

A Federação Portuguesa de Ténis foi avisada nesse sentido pelo secretário da comissão, Basil May. Ignora-se porém se os tenistas portugueses irão a Paris. A Federação Portuguesa aguarda resposta às cartas e aos telegramas enviados à comissão europeia.

Entretanto, numa conversa telefónica com o seu homólogo francês, o presidente da F.P.T. manifestou o desejo de que o jogo se realize no Porto, conforme o previsto. Segundo declarou não há qualquer razão para que o encontro se não efectue no Porto, pois que, contra o que foi argumentado pela comissão europeia, não há «situação instável» em Portugal.

JOGO ADIADO

Foi adiado o jogo de futebol entre a velha-guarda do Sporting e a equipa Nestell, em virtude de esta não ter podido tomar o avião para Lisboa na altura prevista.

O encontro foi adiado para data a determinar.

MUNDIAL DE XADREZ INTERROMPIDO POR DOENÇA DE SPASSKY

MOSCOVO, 29 (UPI-ANI)— Devido à doença do antigo campeão mundial de xadrez, Boris Spassky, foi adiado o oitavo jogo que este devia disputar com Anatoly Karpov, em Leningrado.

Karpov vai à frente nesta série com o resultado de 3-1.

O primeiro jogador a totalizar quatro vitórias será apurado para a fase de apuramento do adversário do actual campeão mundial, Bobby Fischer, dos Estados Unidos.

Mais tarde, a agência Tass anunciou que o sexto jogo entre Tigran Petrosyan e Viktor Korchnoi foi, igualmente, adiado também devido à doença do primeiro. Korchnoi está a vencer por 3-1.

«BOITE» INDESEJÁVEL

Um grupo de habitantes da Reboleira-Amadora enviou-nos uma carta contando que alguém pretende instalar um «BAR-AMERICANO», na cave e sub-cave do prédio sito na Rua Pangin, 10 — Reboleira.

A carta é assinada por muitos habitantes da zona, todos trabalhadores, que lembram a perturbação causada por estabelecimentos deste género e a já «demasiado abundante» quantidade dos mesmos na zona da Venda Nova — Reboleira — Amadora.

Pede-se a atenção para a existência de tais «casas» que, duma forma não muito disfarçada, contribuem para que se mantenha a prostituição e para o desassossego de quem trabalha e tem direito a merecido repouso.

TORNOZELO INCÓMODO

O nosso camarada jornalista Adriano de Carvalho, internado no Hospital de Arroios, com um tornozelo muito pouco «operacional» (vítima de atropelos da Pide-DGS na Rua António Maria Cardoso, em 25 de Abril), vai pedir alta, apesar do estado em que se encontra, para não perder pitada do que está a acontecer. Tem cá gente à espera, para abraçá-lo.

CHISSANO ABRE ESTA NOITE A SUA EXPOSIÇÃO NA RUMO

O escultor africano Chissano abre esta noite (finalmente!) a sua exposição de escultura na Galeria Rumo. Imagine-se a coincidência da data anterior prevista: 25 de Abril, às 22 horas...

Chissano ainda há dias nos contava:

«Quando vejo alguém a insultar outra pessoa na rua, não digo nada, volto para casa e faço uma escultura. Ah, se eu falasse ali naquela esquina, já não existia!»

Pudicamente a Censura cortou-nos o último período.

Mas as esculturas existem. Chissano está cá com as suas figuras de sândalo. Aprende-se muita coisa com ele.

A Galeria Rumo, a propósito, é na Rua Rodrigo da Fonseca, 145. Também marca data por outro motivo — abre pela primeira vez as portas ao público esta noite.

ALTERAÇÕES AO TRÂNSITO

Através da sua Repartição de Informação, informa-nos a Câmara Municipal de Lisboa de que vai ser vedado ao trânsito de veículos, por um período de 60 dias, o troço da Estrada da Ameixoeira compreendido entre a Estrada do Desvio e a Quinta de Santa Clara.

A alteração ao trânsito justifica-se pelos trabalhos de construção de arruamentos e esgotos naquela zona.

SUL notícias

NECESSIDADES DE EQUIPAMENTO PARA A 1.ª E 2.ª INFÂNCIA NO DISTRITO DE SETÚBAL

Se atentarmos nas condições de abandono em que vive a grande maioria das crianças portuguesas durante o tempo de trabalho diário de seus pais e também resultantes das deficiências da educação em família, não podemos deixar de nos inquietar pelas graves simas consequências que aquelas acarretam ao desenvolvimento da criança, bem como pela sujeição constante a riscos de vida superiores aos normais.

Encargo bem pesado que a curto prazo a sociedade terá de suportar com os meios de tratamento e de recuperação de tantos distúrbios facilmente evitáveis se forem desde já postas em execução as medidas exigíveis em favor das crianças.

No intuito de contribuir para a abertura de grandes vias de acesso à solução destes problemas, tentaremos apontar algumas linhas de intervenção operacional. Dada a heterogeneidade das situações demográficas e socioeconómicas dos concelhos do distrito, importará conjugar os critérios de prioridade a definir e as hipóteses das soluções a incrementar.

Para estabelecimentos dos critérios de prioridade em ordem à implantação de infantários e jardins de infância referimos alguns factores que, quanto a nós, devem ser equacionados:

— índice de crescimento populacional
— grau de industrialização
— percentagem de ocupação da mão-de-obra feminina

e que deverão ser encarados conjuntamente uma vez que, em cada realidade, as variáveis consideradas não se influenciam simetricamente.

Aos constarmos a cobertura que existe actualmente verifica-se, coube à iniciativa privada a responsabilidade da quase totalidade do equipamento, sugerimos:

— Maior intervenção do Estado na definição de uma política de protecção à infância e na execução das medidas e acções necessárias à sua concretização através de:

1 — Definição e regulamentação dos meios que permitam a protecção à infância

2 — Previsão das necessidades em matéria de creches e de jardins de infância, segundo critérios regulamentados, com o fim de identificar as prioridades de instalação.

3 — Instalação e/ou coordenação da sua instalação, cumprindo as prioridades previstas e as condições pedagógicas no que respeita a dimensão, apetrechamento e funcionamento.

4 — Regulamentação que inclua nos novos planos de urbanização este equipamento.

5 — Regulamentação das tributações das empresas privadas com vista ao financiamento de equipamentos sociais para a infância.

6 — Apoio adequado às iniciativas promovidas por associações paroquiais, associações recreativas, e outras, e fomento das associações de pais.

Aos democratas de Setúbal

Atentos ao desenrolar dos recentes acontecimentos, e pondo as suas esperanças na via aberta pelo Movimento das Forças Armadas, um grupo de democratas de Setúbal, deliberou reunir-se num encontro de confraternização e troca de ideias, modalidade que se apresenta como um tipo de acção importantíssima no esclarecimento político e social, tão necessário à construção duma sociedade em que cada homem, personalizado e humanizado, possa realizar-se como tal, no contexto societário em que se insere.

O encontro, que se projecta para amanhã, a partir das 21 e 30, num restaurante a designar, conta já com cerca de 80 inscrições, incluindo a de alguns conhecidos companheiros democratas. Pela limitação de espaço e, portanto, do número de inscrições, aqui fica o público convite para que se dirijam, nesse sentido, ao secretário do encontro — Daniel Mendes.

PELA LIBERDADE
E PELA DEMOCRACIA
VIVA PORTUGAL!

INCONTIDA ALEGRIA NA CIDADE DE SETÚBAL

A incontida satisfação que o povo de Setúbal manifestava no dia e noite de 26 de Abril foi sentida e vista por todos os que tiveram a felicidade de viver essas horas na nossa cidade.

Jovens, pessoas idosas, rapazes, raparigas, curiosos alguns, manifestantes todos, eram milhares, enchendo ruas, cantando, exortando à ordem e pedindo em frases curtas: justiça, em cada cara uma deliciosa satisfação a determinada vontade, muitos rostos com lágrimas e o hino da nossa libertada República entoado por milhares de bocas! Extraordinário. Extraordinário.

Nota dominante, baluarte dominante: a juventude a encabeçar a satisfação popular. Discursos na Praça Machado dos Santos. Nem a chuva dispersou esta verdadeira e positiva festa do belo Povo que se sentiu aliviado dum peso horrível que suportou quase meio século, de um Povo que foi humilhado através das prisões e espancamentos que os seus filhos aguentaram, que foi ofendido por agressões estupidamente selvagens e injustificadas, só porque estes homens dominaram e governaram o País conduzindo-o de modo a poderem enriquecer sem limites.

Ao povo de Setúbal não esquecerá esta manifestação que foi possível pela acção extraordinariamente inteligente e brava das Forças Armadas Portuguesas, do seu patriotismo, da sua humanidade em restituir ao sofredor povo português a tranquilidade e dar-lhe a esperança de novos dias e devolução de mitos das liberdades roubadas pelo 28 de Maio e sua continuação.

informações úteis

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

ALCOCHETE
Nunes — Telefone 234137.

ALMADA
Galeno — Rua Capitão Leitão, 85-B — Telef. 2760565.

B. DA BANHEIRA
Aliança — Telef. 204302.

BARREIRO
Central — Av. Alfredo da Silva, 4 — Telef. 2073207.

COVA DA PIEDADE
Atlântico — Rua Padre Manuel Bernardes, 1 — Telefone 2764466.

LARANJEIRO
Almeida Araújo

MOITA
Silva Rocha — Telef. 239029.

MONTIJO
Moderna — Telef. 230156.

SEIXAL
Godinho — Telefone 2218580.

SESIMBRA
Lopes — Telef. 229028.

SETÚBAL
Costa — Largo da Misericórdia — Telef. 04227660.

TELEFONES URGENTES

ALMADA

Bombeiros Voluntários de Almada 270063 e 271653
Bombeiros Voluntários de Cacilhas, 270076 e 2763434
Serviços Médicos
Hospital (Rua D. José de Mascarenhas) 270162, 271118 e 271119
Policlínica (Praça D. Pedro I, 5, 1.º esq.º) 2760409
Caixa de Previdência
Posto n.º 3 270267 e 270055
Posto n.º 8 2762121
Água — Secret. e secção técn. dos Serviços Municipalizados — Serviço de piquete (avarias e roturas) 2767098
Electricidade — U.E.P.
Geral (Rua Francisco de Andrade, 22) 271121
Avarias (de noite) 271125
Enfermagem
Centro de Enfermag. Cristo-Rei 2765250 e 2767002
Centro de Enfermag. Permanente — Central de Almada 2760725
Centro de Enfermag. Sul do Tejo 2764545
Táxis
Praça de Almada 2765401
Praça de Cacilhas 270129
Central de Cacilhas 271922 e 2766217
P. S. P. 270871
G. N. R. 270015
Brig. Trâns.-Cacilhas 270124
Câmara Municipal de Almada 270931 e 270556
Finanças 270883
Tribunal 270049
Transportes Colectivos Transul 270064 e 2492877

BARREIRO

ÁGUAS
Serviço de avarias:
horário normal 2073831
depois das 19 h 2073832
BOMBEIROS
Sul e Sueste 2073032
Da CUF 2073811
Salvação Pública 2073062
ELECTRICIDADE
Bonfim (Expediente) 2073035
» (falta de corrente) 2073030
U. E. P. 2073062
ENFERMEIROS
Estadão 2073600
Fouto 2074002
D. Adelaide Leal 2073344
Comando Militar 2073133
Posto Urbano 2073954
SERVIÇOS MÉDICOS
Hospital 2073664
Serv. Médicos da Cuf 2073282
Fed. Caixas Previdênc. 2073282
Clínica dr. Seixas 2074046
TÁXIS
Praça de Automóveis 2072882
Praça de Táxis 2072764
DIVERSOS
Câmara Municipal 2073831
PBX da CUF 2073811

COVA DA PIEDADE

Táxis 270696, 270767 e 2766035
Bombeiros Voluntários 270145
G. N. R. 2760807

CASA DE SAÚDE
DR. RESENDE ELVAS
Telef. 27 01 15 27 04 29

C. DA CAPARICA

Bombeiros Voluntários de Cacilhas 2400036
P. S. P. 2401461
Turismo 2400071
Serv. Municipalizados 2401042

FEIJÓ

Posto Clínico, Caixa de Previdênc., 2491463 e 2491488

SETÚBAL

Bombeiros Municipais 0422122
Bombeiros Voluntários 0423225
P. S. P. 0422022
G. N. R. 0422016
Hospital 0422133 e 0422294
(Brigada de Trâns.) 0422988
Cruz Vermelha 0422578
As. Soc. Mút. Setub. 0422226
As. de Benef. Familiar 0422601
Serv.º Municipalizados (depois das 17.30 h) 46101
Serviço de Emergência 115

SEIXAL

Bombeiros (Mundet) 2218563
Táxis 2218810
Centro de Saúde — Misericórdia, c. serviço de ambulância 2218824
Caixa de Prev. — Serviços Médico-Sociais 2218712
Policlínica 2218754
Câmara Municipal 2218522
P. S. P. 2218409
G. N. R. 2218942
G. F. 2218640

TRAFARIA

Bombeiros Voluntários 2458995
Táxis 2458177

ESPECTÁCULOS

ALMADA
Academia Almadense 270127
Cine Incrível 270929

AMORA
Cine-Teatro
Sociedade Amorense
«O Jogo do Crime» (10 anos)

BARREIRO
Ferroviários 2073335
Teatro-Cine Barreirense 2073206

C. DA CAPARICA
Cine Copacabana

COVA DA PIEDADE
Recreativa Piedense 2400087
S. F. U. A. Piedense 2700216

LARANJEIRO
C. Instrução e Recreio 2490296
«O Dossier Anderson» (18 a.)

PALMELA
Cine-Teatro S. João 235043

PORTO BRANDÃO
Cine Porto Brandão 2454695

SETÚBAL
Casino Setubalense 0422496
Cine-Teatro Luísa Todi 0422127
Salão Recreio do Povo 0422598

APELO AO CIVISMO

A Junta de Salvação Nacional dirigiu ontem, à noite, ao País, o seguinte apelo:

1. A Junta de Salvação Nacional reconhece aos trabalhadores portugueses o dia 1. de Maio como o da sua festa maior e, para tal, decretou que seja feriado nacional.

2. A J. S. N. declarou já pretender a restauração de um ambiente de concórdia nacional onde cada um dos portugueses sinta verdadeiramente o direito à expressão livre da sua opinião. Tal ambiente de concórdia nacional exige o reconhecimento de um pluralismo renovado de ideias, numa Nação que a todos pertença.

3. Entende a J. S. N. que a conquista das liberdades fundamentais é obra de cada um e de todos nós. Não podem as Forças Armadas oferecer aos cidadãos mais do que as condições necessárias para a conquista dessas liberdades fundamentais, na ordem e no respeito pela propriedade alheia e pelos direitos dos outros. A defesa das liberdades fundamentais resulta, pois, no momento, como uma tarefa urgente de cada um dos cidadãos. E não é com destruições dos bens materiais que se consolidam as liberdades que o povo já soube conquistar.

4. O Povo Português, que desde a primeira hora tão bem soube interpretar o Movimento das Forças Armadas, dando-lhe inequívocas manifestações de apoio na hora mais aguda da luta para derrubar o regime, saberá expressar uma maturidade cívica que os seus inimigos sempre lhe negaram.

5. Dada a delicadeza da situação presente, em que não foi ainda possível controlar alguns elementos que se ocupavam da repressão, mas que, nas presentes circunstâncias, viraram em verdadeiros agentes de agitação, as celebrações do 1.° de Maio deverão decorrer na maior liberdade, mas com observação da serenidade pública, cuja alteração só pode servir os interesses daqueles que acabaram de ser derrubados pela acção das gloriosas Forças Armadas da Nação.

6. O civismo de que o Povo Português vem dando inequívocas provas terá de conhecer a sua mais elevada expressão durante as celebrações do 1.° de Maio.

7. Chama-se a atenção do Povo Português para que entenda a presença dos elementos das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, espalhados pelas ruas de Portugal, como o sinal mais evidente, no espírito renovado do Portugal Novo, da garantia que a J. S. N. quer conferir à manifestação ordeira de regozijo dos trabalhadores portugueses no dia maravilhoso da Festa Nacional do Trabalho.

O TEMPO

SITUAÇÃO GERAL ÀS 9 HORAS DE HOJE — Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, o vento era fraco ou moderado de norte. Chovia em algumas regiões e havia neblina em vários locais.

TEMPERATURAS ÀS 9 HORAS DE HOJE — Porto, 10; Penhas Douradas, 3; Coimbra, 10; Portalegre, 7; Lisboa, 12; Faro, 14; e Funchal, 16.

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 HORAS DE AMANHÃ — Melhoria gradual do estado do tempo, com céu temporariamente muito nublado, vento fraco ou moderado de norte. Regime de aguaceiros.

MARÉS PARA AMANHÃ — Preia-mar, às 12 e 08; Baixa-mar, às 5 e 35 e às 18 e 56.

CÂMBIOS

Banco Borges & Irmão

Índice de cotação das acções (Base: Dez. 65=100)

	17/4/74	22/4/74	24/4/74
GERAL	306,2	292,2	285,4
METROPOLIT.	320,6	305,1	297,4
ULTRAMARINA	200,5	197,9	197,1

MERCADO LIVRE

NOTAS	Compra	Venda
Coroa (Dinamarca)	4$00	4$30
Coroa (Noruega)	4$35	4$65
Coroa (Suécia)	5$45	5$80
Cruzeiro Novo	3$20	4$00

NOTAS	Compra	Venda
Dirham	—$—	—$—
Dólar (Canadá)	25$60	26$60
Dólar (E U A)	25$10	26$10
Florim	9$15	9$45
Franco (Bélgica)	$61,5	$64,5
Franco (França)	5$00	5$40
Franco (Suíça)	8$15	8$50
Iene (Japão)	$07	$09,5
Libra	60$00	63$00
Lira	$03,5	$04
Marco	9$75	10$05
Peseta	$43	$46
P Novo (Arg.)	—$—	—$—
Rand	31$00	34$00
Shiling (Áustria)	1$34	1$40
OURO		
Libra de Reis	1500$00	1650$00
Rainha Vitória	1500$00	1650$00
Moderna (Isabel II)	1350$00	1500$00
Ouro fino	140$00	155$00

SEPOLTEX — CENTRO COMERCIAL DE EXPORTAÇÃO, LDA.

No dia 16 de Maio de 1973, no 16.° Cartório Notarial de Lisboa, a meu cargo, perante mim., licenciado Fernando Lopes Correia Semedo, notário, compareceu:

José Lopes Bulha, casado, morador na Beira, natural da freguesia de Teixoso, Covilhã, outorgando por si e ainda como procurador de:

a) Manuel Lopes Bulha, natural de Teixoso, referida, casado, no regime da comunhão geral, com D. Amélia Rodrigues Brancal, morador na Beira; e

b) Dr. José Dias Ferreira Júnior, natural de Castelo Branco, casado, no regime da comunhão geral, com D. Amélia Lopes Brancal Bulha, morador na Beira, conforme procuração com poderes bastantes para este acto, que verifiquei e que arquivo.

Disse:

Que ele e os seus constituintes são os únicos sócios da sociedade comercial por quotas com a denominação de Sepoltex — Centro Comercial de Exportação, Lda., com sede em Lisboa, na Rua de António Pedro, 121, 2.°, direito, constituída por escritura lavrada a fl. 43 v.° do livro n.° 136-B deste Cartório, com o capital social de 300 000$00, dividido em três quotas iguais, de 100 000$00 cada uma, uma de cada sócio;

Que, pela presente escritura e de mútuo acordo, dissolvem esta sociedade e a têm por liquidada a partir de hoje, data da aprovação das contas;

Que não há lugar a partilha por a sociedade não ter já activo nem passivo; e porque todas as contas entre eles se encontram arrumadas nada mais têm a reclamar uns dos outros.

Assim o outorgou.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do seu bilhete de identidade n.° 81 509, de Lourenço Marques, de 31 de Agosto de 1962, perpétuo.

Foi feita a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, em voz alta, ao outorgante, com a declaração por este de que é casado, em comunhão geral, com D. Leonor Rodrigues Brancal Bulha.

José Lopes Bulha
O Notário,
Fernando Lopes Correia Semedo

É cópia exacta da escritura exarada a fl. 88 v.° e fl. 89 do livro n.° 118-D das notas do 16.° Cartório Notarial de Lisboa, o que certifico.

16.° Cartório Notarial de Lisboa, 17 de Maio de 1973.

O Terceiro-Ajudante,
Maria Casimira Furtado Tudela de Vasconcelos de Almendra

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ALMADA

ANÚNCIO

No dia 16 do próximo mês de Maio, pelas 10 horas, no Tribunal desta comarca, nos autos de carta precatória dimanada da Execução de sentença que pende no 6.° Juízo Cível de Lisboa contra os executados JÚLIO SANTOS SILVA PAIS e mulher, ALICE PINHEIRO DOS SANTOS PAIS, residentes na Av.ª Dr. Oliveira Salazar, 35-3.° E, na Trafaria; e outra, há-de ser posta em praça pela primeira vez, para se arrematar ao maior lanço oferecido acima do valor indicado no processo a quota que o executado JÚLIO possui na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, VOPAUTO — Vendedora de Acessórios para Automóveis, Lda., com sede na Rua Cândido dos Reis, 115 em Cacilhas, desta comarca.

Almada, 22 de Abril de 1974.

O Juiz de Direito,
(Ilegível)

O Escrivão de Direito,
José António de Almeida

RÁDIO

HOJE

EMISSORA NACIONAL

I Programa

16: Noticiário; 16.05: Cançonetas; 16.30: Convívio; 17: Noticiário — Convívio; 18: Noticiário; 18.05: O convidado de hoje: Ray Charles; 18.30: Forças Armadas; 19: Noticiário; 19.05: Orquestras e canções; 19.30: Recordar é viver; 20: Jornal da noite; 20.30: Folhetim «O Ourives do Rei» (3.º ep.); 20.50: Melodias; 21: Momento 74; 21.20: Que quer ouvir?; 23.35: Vamos ouvir o guitarrista Carlos Paredes; 23: Noticiário; 23.05: De um dia para o outro.

II Programa

16: Uma obra... duas interpretações; 17: Sonata para piano; 17.15: Curiosidades musicais; 17.45: Intercâmbio musical — Semanas Musicais de Budapeste de 1973; 18.15: Quinteto n.º 1, em si bemol maior, op. 56 (Danzil); 18.30: Gravações históricas; 19: Música de bailado; 19.30: Rádio educativa; 20: Jornal da noite; 20.30: Música de câmara; 21: Música coral; 21.25: Temas, sistemas e poemas; 21.45: Recital de piano; 22.15: O gosto pela música; 22.45: Música sinfónica; 23: Emissão em línguas estrangeiras.

Programa estereofónico

21: Música ligeira variada; 22: Música sinfónica; 23.30: Ciclo de canções, de Schubert; 23.58: Uma obra de Hindemith; 0.20: Duas sonatas para violino e piano, pelo Duo Ion Voicou e Monique Haas.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Das 6 às 11: Rádio Graça; 11 às 14 e 30: Voz de Lisboa; 14 e 30 às 17: Clube Radiofónico de Portugal; 17 às 22: Rádio Graça; 22 às 2: Rádio Peninsular.

EMISSOR DE MIRAMAR

16: Noticiário; 16 e 4: Programa CDC; 17: Noticiário; 18: Noticiário; 18 e 2: Programa movimento; 20: Noticiário; 20 e 40: Programa movimento — Rádio teatro; 21: Noticiário; 21 e 3: Terça-feira à noite; 21 e 32: Quando o telefone toca; 22: Noticiário; 22 e 5: Antiquário; 22 e 30: Quando o telefone toca; 23: Noticiário; 23 e 5: Novas de alegria; 23 e 30: No mundo aconteceu.

RADIO RENASCENÇA

16: Noticiário; 16 e 5: Radiorama; 17: Noticiário; 18: Tri'S; 18 e 22: Palavra do dia — No final — Terço e bênção; 19: Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença; 19 e 30: Página 1; 21: Noticiário; 21 e 4: Meditando; 21 e 8: Recordando; 21 e 15: Poente; 21 e 30: Curso de Língua Alemã; 21 e 45: Pentagrama; 22: Quando o telefone toca; 22 e 30: Esquema, 13; 23: Noticiário; 23 e 5: A 23.ª hora; 05: Limite.

AMANHÃ

EMISSORA NACIONAL

I Programa

8: Jornal da manhã; 9: Noticiário — Revista da Imprensa; 10: Noticiário; 10.15: Coluna musical; 11: Noticiário; 11.05: Ao sabor da fantasia; 12: Noticiário; 12.05: Dia... positivo; 13: Jornal da tarde; 13.20: Melodias por orquestras; 14: Folhetim «O Ourives do Rei» (3.º ep.); 14.20: «Pequena história do teatro musicado em Portugal»; 14.40: Música, só música; 15: Noticiário — Informação da Bolsa; 15.10: Conjuntos e orquestras; 15.30: Música popular portuguesa; 16: Noticiário; 16.05: «Isto é Brasil»; 16.30: «Convívio»; 17: Noticiário; 18: Noticiário; 18.05: Ao encontro da melodia; 18.30: «Meridiano»; 19: Noticiário; 19.05: O mundo em música; 20: Jornal da noite; 20.30: Folhetim «O Ourives do Rei» (4.º ep.); 20.54: Solos de acordeão; 21: Momento 74; 21.20: Ritmos em contraste; 21.35: A orquestra ligeira portuguesa da E. N.; 21.55: Conjuntos ligeiros; 22.15: O Grupo Coral «Os Ceifeiros» de Cuba (Alentejo); 22.35: Melodias por orquestras; 23: Noticiário; 23.05: De um dia para o outro.

II Programa

8: Jornal da manhã — Música portuguesa; 8.15: Férias em Portugal; 9: Música sinfónica francesa; 10.15: Rádio escolar; 10.45: Música ligeira sinfónica; 11: Selecção Ópera «Werther»; 11.55: Que quer ouvir?; 13.25: Concerto para Fagote e Orquestra; 13.40: Canções húngaras, de Bela Bartok; 14: Jornal da tarde; 14.30: O pianista Samson François; 15.10: Música coral; 15.30: Rádio escolar; 16: Documento musical; 16.35: Concerto n.º 4, para Orquestra de cordas; 17.05: Música de Câmara de Carlos Filipe Manuel Bach; 18: Música do Século XX; 19: Semanário musical; 20: Jornal da noite;; 20.30: Poemas sinfónicos; 21: 1.º Acto Ópera «L'Ormindo».

Programa estereofónico

21: Música ligeira variada; 22: Sonatas para cravo; 22.40: Coros russos; 23.10: Obras de Liszt e Kodály; 23.53: Música de Câmara.

CARTAZ DOS ESPECTÁCULOS

TEATROS

(Maiores de 6 anos)
IMPERIO — 21.30 — Recital de piano

(Maiores de 10 anos)
MONUMENTAL — 18.30 — Concerto de «jazz»

(Maiores de 14 anos)
MARIA MATOS — 16 e 21.45 — «Morte de Um Caixeiro-Viajante»
S. LUÍS — 21.45 — «Sábado, Domingo e Segunda»

(Maiores de 18 anos)
ABC — 20.45 e 23 — «Tudo a Nu»
CASA DA COMÉDIA — 22 — «Doroteia»
CAPITÓLIO — 21.45 — «A Menina Alice e o Inspector»
MARIA VITÓRIA — 20.45 e 23 — «Ver, Ouvir e... Calar»
VILLARETT — 21.45 — «A Dama de Copas e o Rei de Cuba»

CINEMAS

(Maiores de 6 anos)
POLITEAMA — 15.15, 18.15 e 21.45 — «Eusébio, A Pantera Negra»

(Maiores de 10 anos)
LUMIAR — 21 — «Continuaram a Chamar-lhes os Dois Pilotos Mais Malucos do Mundo»
RESTELO — 21.30 — «A Grande Bronca»

(Maiores de 14 anos)
EDEN — 15.30 e 18.30 — «Às Ordens de Vossellência» — 21.45 — «Abuso do Poder»
BERNA — 15.15, 18.30 e 21.45 — «Jesus Cristo Superstar»
ROMA — 15.30 e 21.45 — «Os Heróis»
MONUMENTAL — 21.30 — «Acção Executiva»

(Maiores de 18 anos)
ESTÚDIO — 15.30, 18.30, 21.45 — «Ritual»
LONDRES — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 — «Hiroshima Meu Amor».
ESTÚDIO APOLO 70 — 15.15, 18.30 e 21.45 — «American Graffiti»
MONUMENTAL — 15.15 — Harry, o Detective em Acção»
ESTÚDIO 444 — 15.30, 18.30 e 21.45 — «O Porteiro»
ROXY — 14.15, 16.30 18.45 e 21.45 — «A Lenda da Casa Assombrada».
MUNDIAL — 15.15, 18 30 e 21.30 — «O Nosso Amor de Ontem»
S. JORGE — 15.15. 18.15 e 21.30 — «Tchaikovsky — Delírio de Amor».
PATHE — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45 — «À Espreita do Sarilho».
TIVOLI — 15.15, 18.30 e 21.45 — «A Galopada»
SATELITE — 15.30, 18.30 e 21.45 — «Cerimónia Solene».
EUROPA — 15.15 e 21.30 — «Vêm aí os Cabeludos»
CASTIL — 15.30, 18.30 e 21.45 — «Segredos Proibidos»
ODEON — 15.15, 18.15 e 21.30 — «Cruel Vingador»
IMPERIO — 15.15 e 18.30 — «Um Homem de Sorte»
AVIS — 15.30 e 21.45 — «Malteses, Burgueses e às vezes».
ALVALADE — 15.30, 18.30 e 21.45 — «O Esquadrão Indomável»
CINEARTE — 15.30 — «O Último Comboio»
PROMOTORA — 15.15 e 21 — «A Vingança do Dragão Negro»
PARIS — 15 e 21 — «Quando Passam as Cegonhas»
CONDES — 14.15. 16.30, 18.45 e 21.45 — «O Esquadrão Indomável».

NOS ARREDORES

(Maiores de 10 anos)
CARCAVELOS — 21.30 — «O Filho de Shane»
CINE ESTORIL — 21.30 — «O Solitário de Nevada»

(Maiores de 14 anos)
SACAVÉM — 21 — «Um de Nós Tem de Morrer»

(Maiores de 18 anos)
CASINO ESTORIL — 17 e 21.30 — «Um Dia em Cheio»
CARLOS MANUEL — 21.30 — «O Porteiro»
AMADORA — 15 e 21.15 — «Um Homem e Uma Mulher»
MOSCAVIDE — 21.30 — «Drácula Prisioneiro de Frankenstein»
PALÁCIO — 15 e 21.30 — «Amores Clandestinos»
S. JOSÉ — 21.30 — «Os Vorazes»
PAREDE — 21.30 — «O Etrusco Volta a Atacar»
QUELUZ — 21.15 — «Dívida de Ódio»
ALGÉS — 21.30 — «Deram-lhe Uma Metralhadora»
DAMAIA — 21.30 — «Seita de Vampiros»

TV

HOJE

I PROGRAMA

14.00 Maria Betânia
14.25 Logo à noite
14.40 Ciclo Preparatório TV
19.00 «George»
19.30 Telejornal
19.45 TV Infantil
19.55 Sangue na estrada
20.15 «O Golfinho»
20.55 Desenhos animados
21.30 Telejornal
22.05 «Se Paris falasse...»

II PROGRAMA

19.00 Desenhos animados
19.25 Diário de um navegador solitário
20.00 Tele-rítmo
21.00 «O rapaz do elefante»
21.30 Telejornal
22.05 Recital de piano
22.30 Panorama

AMANHÃ

I PROGRAMA

12.45 Desenhos animados
13.00 Fronteiras do amanhã
13.15 «Agulhas e Alfinetes»
13.45 Telejornal
14.00 24 horas da vida de um cidade
14.15 Logo à noite
19.00 Telejornal
19.20 Vamos jogar no Totobola
19.30 Eurovisão — Futebol: Alemanha-Suécia
21.30 Telejornal
22.35 «A família Strauss»
23.0 Telejornal

II PROGRAMA

19.00 «Agulhas e Alfinetes»
19.25 24 horas da vida de uma cidade
19.40 «Belinda a escrava do silêncio»
21.30 Telejornal
22.35 Encontro com o Mundo
23.25 «O Aventureiro»

TELEFONES URGENTES

Sapr.es Bombeiros 322222
Bombeiros Volun.
de Lisboa 323377
da Ajuda 327413
Beato e Olivais 381095
Lisbonenses 40452
C. de Ourique 686624
Cruz de Malta ... 40027
Cruz Verm. Port. 665342
Hospitais Civis de
Lisboa, 860131 e 873131
S. José (Infor.) 872240
Santa Maria ... 775171
Militar, princip. 674181
da Marinha 863141
Enferma. perman. 766171
S. O. S.
Sang., oxi., sor. 771168
Centro de Intoxicações (Infor.)
761176, 767777 e 763456
Anál. R. X, sangue 639031
Posto de Socorros
B. V. L., transf.,
soros, oxigénio 538524
Porto Lisboa, inf. 366215
C. R. Gás e Electr. 537021
C. Águas, 361361 e 361353
Autom. C. Portug.
Pr.-Socorro, sóc. 775475
C. de Ferro, infor. 326226
Aeroporto, inform 711397
Guarda Fiscal ... 849363
Inspec. Geral das
Activ. Econ., inf. 360101
Polícia Judiciária 26835
Piquete 535380
Polícia Marítima 678104
P. S. P. 366141 e 35563
Serv. de Emerg. 115
G.N.R. Com.-Geral 368651
Brig. de Trâns. 690022

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

TURNO F

ATÉ AS 22 HORAS

SUB-TURNO 1

Fernandes Borges — R. Cidade de Benguela, lote 300 (Olivais Sul) — Tel. 311091.
Ascenso — P.ª Norte, 11-A (B.º Encarnação) — Tel. 311216.
Grijó — Rua do Grilo, 25 — Tel. 385264.
São Bartolomeu — V.ª Paulo Jorge, 1 (às Galinheiras — Charneca) — Tel. 790969.
Rainha Santa — Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Av. do Brasil) — Tel. 765262.
Belo — Av. de Roma, 53-A — Tel. 776314.
Marques — Estr. de Benfica, 648 — Tel. 700096.
S. João — Est. da Luz, 124-A — Tel. 783179.
Lídia Almeida — Calç. Ajuda, 170 — Tel. 637318.
Probidade — R. de Alcântara, 15-A/B — Tel. 638589.
Condestável — Rua Coelho da Rocha, 119 — Tel. 666206.
Rualto, Ld.ª — R. Alto do Carvalhão, 5-A/B — Tel. 651721.
Santa Maria — Av. 5 de Outubro, 283-A (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) — Telefone 763016
Saldanha (F. Arga, Ld.ª) — Av. Praia da Vitória, 53-55 — Tel. 43938.
Central do Areeiro — Av. de Paris, 2 e 2-A — Tel. 720820.
Eusil — R. Barão de Sabrosa, 104 — Tel. 841912.
Dimar — R. Conde Monsaraz, 17-B — Tel. 842533.
Guerra — Rua Andrade, 32-36 — Tel. 845513.
Alves de Carvalho — R. Vale de St.º António, 7-9 — Telefone 840125.
Anunciada — Rua do Vigário, 74 — Tel. 866360.
Aurélio Rego — C.ª da Estrela, 139 — Tel. 661758.
Oliveira — R. de D. Pedro V, 123-125 — Tel. 327880.
Golénica — Rua das Pretas,, 12-14 — Tel. 322588.

TODA A NOITE

SUB-TURNO 2

Central dos Olivais, Ld.ª — Rua Alferes Barrilaro Ruas, 7-C (Olivais Norte) — Telefone 315539.
Patuleia, Herdeiros — Alam. Linhas de Torres, 262-B.
Alentejo — Av. da Igreja, 28-B — Tel. 712682.
Estados Unidos — Av. Estados Unidos da América, 16-B — Tel. 725859.
Vitex — Est. de Benfica, 373-B — Tel. 780548.
Santo Amaro — R. Filinto Elísio, 29-A/B — Tel. 637070.
Infante Santo — R. do Olival, 290 — Tel. 661003.
Almeida — R. Silva Carvalho, 136 — Tel. 681726.
Imparcial — Rua General Taborda, 28 — Tel. 680931
Cardote, Ld.ª — Av. Visconde Valmor, 28-A/C (à Av. da República) — Tel. 772291.
Latina — Av. António Augusto de Aguiar, 17-A — Tel. 42312.
Contemporânea — Rua Conde de Redondo, 26-30 — Telefone 45048.
Marluz — Calç. da Picheleira, 140-B/C — Tel.ª 720703-728395.
Aliança — Av. Almirante Reis, 145B/C — Tel. 50487
Monte (do) — R. da Senhora do Monte, 30-A/B — Telefone 867842.
Valentim, Ld.ª — R. Poço dos Negros, 88-90 — Tel. 679453.
Vieira Borges — R. Alexandre Herculano, 28 — Tel. 40536.
Internacional, Ld.ª — Rua Áurea, 228 — Tel.ª 322017-30203.

NOS ARREDORES

ALENQUER — **Rosa** (telef. 72385)
ALGÉS — **Branco**, Aven. dos Combatentes da Grande Guerra, 29 (telef. 212081)
ALGUEIRÃO — **Rodrigues Rato**, R. dos Morés n.º 1 (telef. 291 20 38)
ALHANDRA — **Central** (telef. 25 00 08)
ALHOS VEDROS — **Gusmão** (telef. 22 40 20)
ALVERCA — **Ferreira** (telef. 258629)
AMADORA — **Melo**, Praça D. João I, 9-B (telef. 932756); **Igreja**, Praça da Igreja, 22-A (telef. 937740). (Esta só até às 0 horas)
BENAVENTE — **Baptista** (telefone 52256)
CACÉM — **Garcia** (tel. 2942181
CAMARATE — **Batalha**, Rua Avelino Salgado Oliveira, 6 (telef. 2518669)
CARREGADO — **Higiene** (telefone 91151)
CASCAIS — **Cordeiro**, Avenida dos Combatentes, 46 (telef. 280170; **Nova**, Fontainhas (telef. 281044)
CAXIAS — **Nova** Caxias telefone 2420839
DAMAIA — **D. João V**, Avenida Gorgel do Amaral, 2-A (telef. 970461); **Nova**, Rua Elias Garcia, 10 (tel. 972530)
ESTORIL — **Ostende**, Rua de Espinho (telef. 260391)
LOURES — **Saraiva** (telefone 2530027)
MAFRA — **Medeiros** (telefone 52326)
MOSCAVIDE — **Banha**, Av. Joaquim Ribeiro 22 (telef. 2518518)
MURTAL — **Primavera**, Rua das Pereiras, 2 (tel. 2472278).
ODIVELAS — **Central**, Aven. Infante D. Henrique, 1 (telef. 911203)
OEIRAS — **Godinho**, Rua Cândido dos Reis, 96 (telefone 2430090)
PAÇO DE ARCOS — **Trindade Brás** (telef. 2432034)
PAREDE — **Aisir**, Caixas de Previdência (telef. 2472948)
PONTINHA — **Cruz Correia**, R. St.º Eloi, 41-A (telefone 992453)
QUELUZ — **Zeller**, Rua da República, 83 (telef. 950045) e **Correia**, Largo do Mercado, 5 (telef. 950905). Esta só até às 0 horas)
SACAVÉM — **Nova**
SINTRA — **Marrazes**, Estefânia (telefone 980058)
VILA FRANCA DE XIRA — **César Pereira**, Rua Almirante Cândido dos Reis, (tel. 23307); **Roldão**, Estrada da Arruda, 12-A (Serviço permanente) (telefone 22596).

CERCA DE 700 OFICIAIS DA MARINHA ANALISARAM ONTEM EM REUNIÃO GERAL OS PROBLEMAS POLÍTICOS DA SUA ARMA

Cerca de 700 oficiais da Marinha reuniram-se ontem na Sala da Balança do Ministério da Marinha a fim de debaterem a actual situação política e tratarem de questões relacionadas com a sua arma. Um elemento da mesa constituída na sua quase totalidade por tenentes explicou os antecedentes do Movimento vitorioso dentro da Marinha, nomeadamente na Escola Naval com o trabalho da comissão de curso e ainda no Clube Militar Naval.

O mesmo oficial observou que a precipitação dos acontecimentos se ficou a dever em grande parte ao despacho n.º 113 do Ministro da Marinha proibindo as reuniões de oficiais. Apontou ainda o paralelismo com o Exército em termos de «grupos de opinião existentes em cada unidade».

Foram as numerosas discussões ali havidas sobre a situação política anterior que geraram em larga medida o Movimento.

Entrou-se em seguida na ordem de trabalhos. Analisaram-se em primeiro lugar os princípios do Movimento, depois o saneamento e reorganização dos quadros e por último o associativismo na Armada.

A propósito do ponto número um o oficial Martins Guerreiro analisou a tradição democrática da Marinha assinalando a total identificação desta com o Povo enquanto age em bases rigorosamente democráticas.

Falou-se também da relutância manifesta dos oficiais da Marinha em usarem farda na rua dado o descrédito em que as Forças Armadas haviam caído por serem um instrumento dócil do regime fascista. A urgência de uma total identificação com a população neste momento histórico foi igualmente assinalada.

No âmbito do ponto 2 da ordem de trabalhos falou-se do descontentamento e frustração dos elementos da Marinha, especialmente os oficiais que estiveram sem dúvida na origem do Movimento.

Também a alienante rotina e a burocratização excessiva do trabalho naquela arma foram apontadas como motivos centrais. Falou-se por outro lado da necessidade de estimular as pessoas para uma participação verdadeiramente activa.

Dentro do ponto 3 analisou-se o papel do Clube Militar Naval e o seu indispensável alargamento a sargentos e praças e ainda o funcionamento de canais de opinião para subordinados, sem prejuízo da hierarquia vigente.

Em seguida foi lida uma importante moção pelo 1.º tenente Beirão Reis.

Na discussão da moção intervieram os comandantes Esteves Cardoso, Gonçalves Ramos, Pauma Ruivo e Lopes Praça que falaram do associativismo na Marinha, proferindo a propósito frases antifascistas.

Em seguida o subtenente da Reserva Naval, Luís Salgado de Matos falou do estado dos oficiais da R. N., de problemas relacionados com a fuga de capitais e seu possível estudo pelos mesmos oficiais, em vez de suportarem tarefas rotineiras «a nível de marinheiro».

Usaram ainda da palavra os oficiais: Mendes Morais, Maldonado, Cunha Lauret, Estudante, Pinto Ribeiro e Fausto Monteiro.

Decisiva na reunião de ontem foi a análise dos problemas relacionados com o binómio Democracia/Disciplina.

Foi assegurada a curto prazo a organização de novas e mais amplas reuniões.

Assistiram a esta reunião numerosos oficiais generais.

DELEGADOS DA JUNTA NOS MINISTÉRIOS

Segundo um comunicado da Junta de Salvação Nacional foram nomeados seus delegados junto dos Ministérios das Finanças e da Educação Nacional, respectivamente os srs. Vasco Vieira de Almeida e Alberto Machado.

MÁRIO SOARES TELEGRAFA A TRÊS BISPOS PORTUGUESES

O nosso amigo dr. Mário Soares, felizmente regressado, enviou a três prelados portugueses as mensagens seguintes:

Cardeal Patriarca — LISBOA

Evocando o nosso encontro de Roma de há dois anos, no momento do meu regresso a Portugal saúdo em Vossa Eminência todos os católicos portugueses sem excepção e apresento-lhe os meus mais respeitosos cumprimentos.

Mário Soares

Bispo do Porto — PORTO

Solidário de Vossa Excelência desde os tempos em que Salazar o enviou para o exílio, seu admirador e seu amigo, saúdo em si a Igreja Liberal e progressista de Portugal com a qual as forças progressistas portuguesas não católicas devem trabalhar em ampla e perfeita unidade de acção a bem do País.

Mário Soares

Bispo de Nampula — CARTAXO

«Saúdo em Vossa Excelência a Igreja Progressista de Portugal que não se bandeou com o colonialismo. Respeitosos cumprimentos».

Mário Soares

A CISL EM LISBOA

Uma delegação da Conferência Internacional dos Sindicatos Livres, com sede em Bruxelas, chegou hoje ao aeroporto de Lisboa, para assistir às manifestações do 1.º de Maio e continuar os contactos que mantinha com sindicatos portugueses, durante o período de dominação fascista.

Esta Confederação denunciou, a partir de 1961, a organização sindical corporativa portuguesa na Organização Internacional do Trabalho, sempre pondo em causa a representatividade dos pretensos «representantes» dos trabalhadores portugueses nas conferências anuais desta organização internacional, tendo sido por proposta desta mesma confederação que vieram a ser aceites os representantes dos trabalhadores dos povos autónomos da Guiné, Angola e Moçambique.

Também no seu órgão oficial, a revista «Trabalho Livre Mundial», foram diversas vezes tratados os eventos da vida portuguesa, salientando-se a colaboração de Francisco Ramos da Costa, exilado político e dirigente do Partido Socialista Português.

ESCLARECIMENTO DE «A ÉPOCA»

Lemos hoje, com natural agrado, o seguinte esclarecimento de «A Época»:

«A precipitação dos acontecimentos internos neste jornal e a exiguidade dos meios técnicos de que dispomos fizeram com que cometêssemos involuntária confusão, logo — e muito justamente — apontada pelo nosso colega «República». Foi o caso de termos usado no nosso novo cabeçalho o mesmo tipo de letra do daquele prestigioso colega da Informação. Pedimos desculpa ao jornal «República» e, com sinceridade, reafirmamos que errámos, ainda que involuntariamente. Já hoje, como é nosso dever, fazemos as devidas transformações».

SOCIALISTAS ESPANHÓIS

(Continuado da 1.ª pág.)

eas em Portugal. Desejamos que se tornem permanentes tais liberdades e esperamos gestão salvadora tão importante para o futuro democrático de ambos os povos peninsulares.»

O mesmo professor enviou o seguinte telegrama ao dr. Mário Soares: — «Em nome próprio e dos companheiros enviamos cordialíssimas felicitações pelo triunfo das liberdades públicas. Confiamos na consolidação do partido e da democracia.»

ESPAÇO AÉREO CONTROLADO PELA FORÇA AÉREA PORTUGUESA

Pela Junta de Salvação Nacional foi-nos enviado o seguinte comunicado:

A Junta de Salvação Nacional informa o País que todo o espaço aéreo do território nacional se encontra controlado pela Força Aérea Portuguesa, de forma a impedir o sobrevoo, descolagens e aterragens, não autorizados, de quaisquer meios aéreos.

«O MAL-AMADO» NO «SATÉLITE» DEPOIS DE AMANHÃ

O filme «O mal-amado», que havia sido totalmente cortado pela Direcção-Geral dos Espectáculos, estreia-se, depois de amanhã, no cinema Satélite.

NÃO ESTÃO PRESOS O «JOÃO PADEIRO» E O «TIRANO»

A notícia por nós posta a circular na segunda edição de ontem de que João Martins Simões o conhecido «João Padeiro» e José Francisco Tirano «O Tirano» haviam sido presos e eram «conhecidos informadores da PIDE» parece não ter qualquer fundamento.

Os estabelecimentos destes dois comerciantes continuam a funcionar normalmente.

Lamentamos pois a inexactidão da notícia provocada talvez pelo facto dos restaurantes daqueles dois comerciantes serem frequentados por conhecidos elementos do antigo regime, figuras populares naquela vila turística.

João Padeiro e Tirano devem certamente ter sido afectados pela notícia vinda a lume nestas páginas e pelo boato que lhe deu origem.

Com as nossas desculpas aqui fica o desmentido.

O COMANDANTE SARMENTO PIMENTEL ESCLARECE A SUA POSIÇÃO POLÍTICA

De São Paulo, recebemos uma chamada telefónica do comandante Sarmento Pimentel, exilado no Brasil há 46 anos.

O comandante Sarmento Pimentel pediu-nos que rectificássemos possíveis imprecisões das agências noticiosas relativamente à sua posição face ao momento político português. O comandante declarou ser membro do Partido Socialista Português, apoiar as declarações e as posições do P. S. e do seu secretário-geral Mário Soares.

A multidão rodeia o carro em que Álvaro Cunhal se dirigiu para a Cova da Moura

O REGRESSO DE ÁLVARO CUNHAL

(Continuado da 1.ª pág.)

Entretanto, durante a alocução aos milhares de pessoas que o aguardavam, o secretário-geral do P. C. P. considerou como tarefas prioritárias ou urgentes, além da salvaguarda das conquistas agora obtidas pelas massas populares e pelo histórico Movimento dos oficiais, soldados e marinheiros, o fim imediato da guerra colonial e a satisfação das mais instantes necessidades da classe operária.

Acerca do 1.º de Maio, que amanhã se comemora, Álvaro Cunhal salientou a necessidade de que as forças progressistas dêem o exemplo de serenidade e consciência cívica revolucionária a todo o povo português.

Lembrou também os muitos camaradas militantes que nunca «viram o sol da liberdade» e que durante quase meio século foram presos, torturados e aniquilados pela sinistra polícia secreta, saudando neles a tenacidade da classe operária, que nunca se rendeu ao fascismo.

Neste momento todos os presentes gritaram, de punhos no ar, durante largos minutos: «Morte à Pide!».

Insistindo novamente na unidade das forças democráticas para que o fascismo não volte ao nosso país, Álvaro Cunhal terminou gritando: **«O povo unido jamais será vencido!».**

Em representação do Comité Central do Partido Comunista, esperavam o seu secretário-geral Octávio Pato, Gomes dos Santos, Carlos Brito e Dias Lourenço; pela C. D. E., Herberto Goulart, Pereira de Moura, Sottomayor Cardia, Graça Mexia, Luísa Amorim e Vítor Dias; e pelo Partido Socialista, Mário Soares, Salgado Zenha, Tito de Morais e Catanho de Meneses.

Entre as pessoas de família de Álvaro Cunhal viam-se sua irmã, Maria Eugénia Cunhal, um sobrinho, Duarte Cunhal, e dois primos, Rafael Medina e Marta Medina.

Álvaro Cunhal, acompanhado por Dias Lourenço, por outros membros do C. C. e por Mário Soares, seguiu, protegido por forças pára-quedistas, para a Cova da Moura, onde foi recebido pela Junta de Salvação Nacional.

«AVANTE»! — UM PREGÃO PARA BREVE

O «Avante», órgão oficial do Partido Comunista Português, que durante largos anos foi escrito, impresso e distribuído em total clandestinidade, mas com a larga divulgação que a própria Pide-D.G.S. lhe reconhecia, vai reaparecer como nosso colega da tarde. Será, em breve, o quinto vespertino de Lisboa.

«República» congratula-se vivamente com a notícia, que reputa da maior importância para a consolidação da livre expressão de ideias no nosso País.

SUPLEMENTO DE REPÚBLICA 3

R técnica e civilização

UMA POLÍTICA ECONÓMICA AO SERVIÇO DO HOMEM E NÃO AO SERVIÇO DOS LUCROS

Os artigos do Suplemento de hoje foram escritos ainda no período que antecedeu a queda do regime odioso caetanista-salazarista. Há neles muito de auto-censura e terminologia, explicadas pelo contexto em que foram escritos. Se tivessem sido escritos ontem o seu conteúdo e forma seriam bem diferentes.

SAUDAMOS aqui e agora a acção e o programa do «Movimento das Forças Armadas». Destacamos em especial as medidas de política económica, financeira e social tendentes a resolver imediatamente e a curto prazo a grave crise em que 47 anos de fascismo nos tinham mergulhado.

Como medidas imediatas a Junta de Salvação Nacional propõe-se no campo económico e social:

«1) Uma vigilância e um controlo rigoroso de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro.»

A. J. S. N. pretende, pois, evitar os movimentos e fugas criminosas de capitais e outros bens para o estrangeiro, fenómeno habitual nos tempos do salazarismo-caetanismo. Assinala o programa que se lutará duramente e eficazmente contra a corrupção, outro fenómeno característico do caetanismo-salazarismo, onde o tráfico de interesses, suborno, nepotismo económico eram «moeda corrente».

UMA NOVA POLÍTICA ECONÓMICA

Dentro das medidas económicas a CURTO PRAZO destacam-se as seguintes no programa do Movimento:

«a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista.»

O Governo de Salazar-Caetano era um governo da grande burguesia e do grande capitalismo, aliado aos grandes proprietários rurais. Nem um nem outro conseguiram salvar o país duma marcha para a crise total da sua economia.

A Agricultura via diminuir ano a ano a sua produção e as suas colheitas, a indústria estagnava e o sector dos serviços estava totalmente infiltrado pela corrupção.

O POVO ESCOLHIA, EMIGRANDO

Como diz o General Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro»: o povo escolhia, emigrando e as despesas militares atingem um «plafond» insustentável.

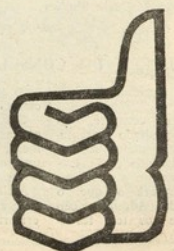
Diz António de Spínola literalmente: «O Povo, realista, na sua inteligência por vezes ingénua, esse emigra. Esta é a prova evidente de que algo terá de ser revisto à luz de um espírito novo».

O movimento militar revolucionário triunfou. A revisão está-se a processar. Aguardemos e confiemos.

A defesa dos interesses das camadas da população mais desfavorecidas, e a luta contra os monopólios constam do programa do Movimento. O General António de Spínola afirmou que o problema das empresas multinacionais estava também em estudo pela Junta.

HOMENS E NÃO LUCROS

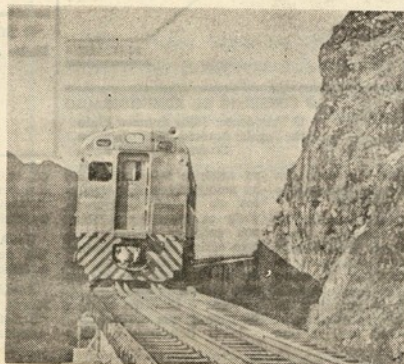
Os interesses dos trabalhadores portugueses exigem um modelo de desenvolvimento económico em que os meios de produção fundamentais estejam nas mãos desses trabalhadores. Uma comunidade de homens e não uma comunidade de lucros como se afirma na parte económica das teses do Congresso de Aveiro.

M. C.

UMA VIAGEM A TRÁS-OS-MONTES

ERNESTO LEAL

FUI almoçar um dia a Trás-os-Montes numa terra com um nome sonoro, mesmo impressionante, até perfumado, como são os nomes velhos das terras portuguesas. O meu anfitrião — também impressionante (cujos antepassados deram os nomes às terras!) — levou-me a um sítio descampado e pedregoso, antes do almoço, e estando nós de pé, lado a lado, naquele lugar selvagem e triste, foi-me dizendo e apontando: «Ali, era o tribunal. Ali, era a forca. Ali, eram os lagares. Ali, faziam o pão.» Eu, boquiaberto, segredava a mim mesmo, receoso de falar: «Mas qual forca? Mas quais lagares? Mas que pão? Mas quem?». Num certo momento, decidi-me a inquirir sobre coisa tão misteriosa — e foi a vez de causar espanto ao meu interlocutor, que me olhou com os olhos redondos, a dizer: «A Cidade. Na Cidade. Havia aqui uma Cidade!» E eu então, também de olhos redondos, voltei a cabeça, rodei como um peão, olhei para longe e para o perto, mirei as ervinhas junto aos meus pés, enxerguei umas reles árvores torcidas lá distantes e, devagar, abismado, murmurei: «Mas onde é que está a cidade?» Ao que ele respondeu: «A cidade?! Não está! Não existe. Esteve!» E sorria um sorriso triste o meu anfitrião, a falar assim com palavras muito simples dum cataclismo muito trágico, afeito a ele já de longa data, tu cá tu lá com o cataclismo; não que tivesse havido naquele sítio fero e duro um desastre originado por sismo, cheia ou fogo, aquilo que nos documentos americanos oficiais se chama «um acto de Deus», mas somente — somente! — actos dos homens, inflação, deflação, rarefacção de dinheiro, bancos, política de créditos, sei lá eu, um inferno.

E. L.

Nota do coordenador (após 25/4/74): Para onde nos levou a pseudo-política dos governos de Salazar-Caetano!

MELISAUTO - MERCADO LISBONENSE DE AUTOMÓVEIS, S. A. R. L.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1973

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 1973

De harmonia com as disposições legais e estatutárias, temos a honra de submeter à vossa apreciação o Balanço e as contas relativas ao exercício de 1973.

Os resultados foram infelizmente bastante inferiores aos do ano de 1972 o que, aliás, era de esperar dado os agravamentos que têm sofrido todos os custos relacionados com automóveis e ainda as naturais dificuldades que surgiram no mercado, por reflexo da carência de combustíveis que ultimamente atingiu o nosso país. A despeito destas novas e inesperadas dificuldades e das já existentes que resultam da concorrência com outras marcas de automóveis e até com a própria marca que representamos, em virtude de outra empresa congénere também a distribuir em Lisboa, mesmo assim, conseguimos terminar este exercício com margens favoráveis, embora modestas, em todos os sectores da nossa actividade, isto é, nos automóveis, nas oficinas e no ramo dos acessórios.

A situação actual não é realmente animadora, não só devido à insignificante taxa de rendimento que obtivemos neste exercício, em relação ao Capital da nossa sociedade, como também porque as perspectivas futuras do nosso mercado se nos afiguram bastante difíceis e preocupantes.

Ainda para melhor elucidação, convém esclarecer que tendo sido aumentado o nosso volume de vendas em 4 000 000$00, em relação ao exercício de 1972, vendemos menos 81 automóveis em 1973 do que no exercício anterior.

Cumpre-nos também esclarecer que, por julgarmos prudente, elevámos as provisões relativas aos nossos créditos e à responsabilidade dos descontos bancários em 376 426$50 e destinámos para amortizações do nosso activo imobilizado 308 703$40.

Resta-nos informar que para apuramento do montante das existências, baseámo-nos em avaliações pelo valor de aquisição, como, aliás, sempre tem sido o nosso critério.

No que respeita ao aspecto financeiro, não apresenta, por enquanto, vestígios de preocupações, pensamos até amortizar o empréstimo bancário contraído neste exercício, e temos tido da parte dos estabelecimentos bancários as maiores facilidades, nomeadamente em descontos comerciais.

Pelo exposto, embora sucintamente, propomos que ainda neste exercício a totalidade do lucro apurado, no montante de 94 779$95, seja aplicado da seguinte forma:

RESERVA LEGAL 4 740$00
CONTA NOVA .... 90 039$95

Resta-nos agradecer a todos os empregados da nossa empresa que dedicadamente nos serviram.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1947.

O CONSELRO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente:
Júlio Antunes Pinto

Os Vogais:
António Pinho da Silva
Cesário Antunes Pinto

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

ACTIVO

DISPONÍVEL			
CAIXA		240 239$40	
DEPÓSITOS À ORDEM		3 056 370$30	3 296 609$70
REALIZAVEL			
CLIENTES (Saldos Deved.)		3 711 927$30	
DEVEDORES DIVERSOS		189 551$00	
LETRAS A RECEBER		1 877 711$40	
EXISTÊNCIAS			
MERCADORIAS GERAIS		8 534 257$70	
OBRAS EM CURSO		24 865$90	14 338 313$30
IMOBILIZADO			
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS		60 000$00	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	439 058$30		
Amortização	–139 068$60	299 989$70	
INSTALAÇÕES	1 106 622$30		
Amortização	–314 598$50	792 023$80	
MAQUINAS E FERRAMENTAS	654 208$70		
Amortização	–344 951$70	309 257$00	
DESPESAS C/ AUM. CAPITAL	36 501$50		
Amortização	— 34 943$60	1 557$90	
DESPESAS C/ ALVARA	363$00		
Amortização	– 121$00	242$00	
DESPESAS ANTECIPADAS		156 423$10	1 619 493$50
			19 254 416$50
CONTAS DE ORDEM			
CAUÇÕES ESTATUTARIAS		220 000$00	
LETRAS DESCONTADAS		23 194 187$80	23 414 187$80
			42 668 604$30

PASSIVO

EXIGÍVEL		
A Curto Prazo:		
CLIENTES (Saldos Credores)	162 494$90	
FORNECEDORES	10 116 278$70	
CREDORES DIVERSOS	389 017$60	10 667 791$20
A Longo Prazo:		
SUPRIMENTOS	3 000 000$00	
EMPRÉSTIMOS BANCARIOS	1 250 000$00	4 250 000$00
CAPITAL E RESERVAS		
CAPITAL	3 000 000$00	
RESERVA LEGAL	27 938$00	
RESERVA ESPECIAL	50 000$00	3 077 938$00
PROVISÕES		
PARA DEV. DUVIDOSOS	1 148 500$00	
PARA CONTRIB. E IMPOSTOS	11 000$00	1 159 500$00
RESULTADOS		
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	4 407$35	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	94 779$95	99 187$30
		19 254 416$50
CONTAS DE ORDEM		
RESPONS. P/ CAUÇÕES ESTAT.	220 000$00	
RESPONS. P/ LETRAS DESCONTADAS	23 194 187$80	23 414 187$80
		42 668 604$30

O TÉCNICO DE CONTAS
Carlos Alberto da Costa Simões

CONTAS APROVADAS EM 28 DE MARÇO DE 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Presidente: **Júlio Antunes Pinto**
Os Vogais: **António Pinho da Silva**
Cesário Antunes Pinto

DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE EXPLORAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

CUSTOS

CUSTOS DAS VENDAS:		
Viaturas Automóveis	63 236 917$60	
Peças e Acessórios	4 258 836$55	
Materiais Diversos	1 111 204$40	
Diversos	4 261 217$10	72 868 175$65
OUTROS CUSTOS:		
Enc. c/ Administração	613 236$30	
Enc. c/ Pessoal	4 926 122$40	
Enc. c/ Publicidade	96 819$10	
Enc. Fisc. e p/fisc.	925 448$40	
Enc. Financeiros	2 117 861$50	
Amortizações	308 703$40	
Provisões	376 462$50	
Despesas Diversas	2 114 823$90	11 479 477$50
SALDO DA EXPLORAÇÃO		
Lucros e Perdas		94 779$95
		84 442 433$10

PROVEITOS

VENDAS:		
Stands	71 553 095$90	
Oficinas	6 878 516$30	
Loja de Peças	3 262 802$60	81 694 414$80
OUTRAS RECEITAS:		
Juros Recebidos	2 053 753$10	
Descontos e Comissões	95 413$00	
Diversos	598 852$20	2 748 018$30
		84 442 433$10

O TÉCNICO DE CONTAS
Carlos Alberto da Costa Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Presidente: **Júlio Antunes Pinto**
Os Vogais: **António Pinho da Silva**
Cesário Antunes Pinto

CONTA DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

GASTOS GERAIS	1 669 596$80
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS	484 641$10
ENCARGOS FINANCEIROS	2 117 861$50
PROVISÕES	376 462$50
AMORTIZAÇÕES	308 703$40
SALDO	99 187$30
	5 056 452$60
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4 407$35
EXPLORAÇÃO DO STAND	1 132 373$90
EXPLORAÇÃO DA OFICINA	1 118 479$55
EXPLORAÇÃO DA SECÇÃO DE PEÇAS	53 173$50
PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS	2 748 018$30
	5 056 452$60

O TÉCNICO DE CONTAS
Carlos Alberto da Costa Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Presidente: **Júlio Antunes Pinto**
Os Vogais: **António Pinho da Silva**
Cesário Antunes Pinto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

Como nos compete, temos acompanhado atentamente, com a maior regularidade, a actividade da empresa, verificando o seu bom andamento, para o que o Conselho de Administração prontamente nos tem fornecido todos os necessários esclarecimentos.

Sempre encontrámos as contas sem atrazos e com a maior clareza e exactidão o que muito nos tem facilitado a nossa missão.

Assim, foi-nos possível verificar oportunamente a escrituração, os respectivos comprovantes e o escrupuloso movimento da caixa e dos depósitos bancários.

Estamos perfeitamente habilitados a considerar exactos o Balanço e as Contas de Resultados que agora foram submetidos à nossa apreciação, os quais satisfazem todos os preceitos legais e os nossos estatutos.

Concordamos também com os critérios adoptados para as amortizações dos elementos do activo imobilizado, para as provisões relativas aos créditos existentes, e, bem assim, para a valorimetria das existências pelo valor de aquisição que nos parece o mais prudente.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que aproveis:

1 — O Relatório, o Balanço, as Contas de Resultados e a actuação do Conselho de Administração, relativos ao exercício do ano findo;

2 — A proposta do Conselho de Administração para a aplicação dos resultados;

3 — Um merecido voto de louvor ao Conselho de Administração, pela sua invulgar actividade e dedicação.

Lisboa, 11 de Março de 1974

O CONSELHO FISCAL

O Presidente:
Eng.º Augusto Manuel B. Ramalho Rosa

Os Vogais:
Dr. Armando Pena
Maria Fernanda C. de Castro

O PETRÓLEO EM PORTUGAL

SACOR

1 — A SACOR, constituída em 28-7-38, foi das primeiras (cremos que a primeira) empresas a beneficiar do disposto na Lei n.º 1956 de 17-5-37 que, para além de tentar legitimar o condicionamento industrial frente à doutrina corporativa, institui a concessão de alvarás.

Até recentemente, a SACOR detinha o exclusivo da refinação das ramas do petróleo; em 1971, na adjudicação duma refinaria a construir em Sines, esta foi adjudicada aos grupos CUF e SONAP (do grupo Bulhosa), que permitiram, posteriormente, a entrada da Gulbenkian.

Em 22-7-1965 a SACOR foi autorizada a construir nova refinaria no Porto e autorizada em 1971 a ampliar sua capacidade de refinação para 5 milhões de toneladas; a refinaria em Sines, Petrosul, terá a capacidade de 10 milhões de toneladas.

Recentemente, a Sacor e a Shell, obteram a adjudicação de oito das 33 áreas em que foi dividida a plataforma continental da Metrópole, para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo.

A confirmar-se a existência de petróleo na plataforma continental, hipótese com grande probabilidade se atendermos à atenção dispensada pelos grandes grupos petrolíferos internacionais numa tentativa de obter direitos de pesquisa, haverá, certamente, grandes alterações no quadro político-económico vigente.

Portugal, caracterizado durante muito tempo por um país de fracos recursos naturais, passa, em questão de meia-dúzia de anos, a país com um subsolo rico — pirites, volfrâmio... petróleo...

2 — A SACOR, obtendo em 1938 o alvará da refinação de ramas de petróleo, foi-lhe também atribuído o contingente de 50 % do consumo total no mercado nacional. Em 1971, com a adjudicação da refinaria em Sines (Petrosul) aos grupos CUF-SONAP, foi atribuída uma quota de 60 % no abastecimento do mercado interno à Petrosul e 40 % à SACOR.

3 — Antes de 1938, Portugal era simplesmente importador de produtos refinados e resíduos.

A primeira companhia distribuidora de petróleo que se estabeleceu em Portugal, foi a Colonial Oil Co., em 1971.

A Vacuum Oil Co. adquiriu em 1904 aquela companhia e passou mais tarde a denominar-se Mobil Oil Portuguesa.

Em 1910 apareceu no mercado a Lisbon Coal & Oil Fuel Co, mais tarde designada por Shell.

A Companhia de Petróleos BP aparece em 1929, através da Companhia de Petróleos Atlantic, que em 1955 foi adquirida pela BP.

Por fim, da fundação em 1930 da sociedade Queirós Pereira, Ld.ª, nasceu em 1933 a SONAP.

4 — Os capitais belgas foram os primeiros a interessar-se pela exploração de petróleo em Angola, em 1955, através da Petrofina.

Mais tarde a Petrangol substituiu a Petrofina, e associou-se à ANGOL (do grupo SACOR), vindo posteriormente a SACOR a conceder 50 % da sua posição na baía do Congo ao grupo americano TEXACO.

O grupo mais importante em Angola é a Gulff Oil através da sua associada Cabinda Gulf.

Em Moçambique existem 4 sociedades, das quais 3 americanas — Amoco, Sunrey e Hunt — e uma francesa, a Societé de Pétroles d'Acquitaine.

Na Guiné, Timor e S. Tomé e Príncipe, estão, respectivamente a Esso Exploration Guiné Inc, Timor Oil Company (capitais australianos) e Companhia Bell and Collins.

5 — O capital da SACOR pertence na sua globalidade à iniciativa privada portuguesa e ao Estado. Há pouco tempo, a Gulbenkian, o B. P. A. e o B. E. S. C. L. adquiriram a posição dum grupo francês, importante accionista da SACOR. Actualmente, cremos o capital estar distribuído do seguinte modo:

Estado, 33 %; Gulbenkian, 14 %; B. P. A., 12 %; B. E. S. C. L., 11 %; SONAP, 8 - 10 %; Outros, 20-22 %. Total, 100 %.

VISOR

UM LIVRO DE MARIA BELMIRA MARTINS

SEGUROS EM PORTUGAL

48 sociedades de seguros e resseguros existiam em 1971 (1).

5 estavam ligadas a um grupo (2). 10 correspondiam a três grupos. 23 pertenciam a dez grupos.

O grupo CUF é aquele que detém o primeiro lugar no ramo segurador. Possui não só a maior companhia de seguros, a Império, como tem a Sagres e a Universal de Seguros e Resseguros, como ainda lhe estão ligadas a Tagus e a Douro.

O grupo Espírito Santo e o grupo Champalimaud têm também um peso muito grande no ramo. Ao grupo Espírito Santo pertence a segunda das companhias de seguros, a Tranquilidade, e está ligada a União, adquirida há anos pela Sacor e onde a Tranquilidade detém parte do capital. O grupo Champalimaud tomou não há muito o controlo da Mundial e tornou-a uma das três maiores companhias de seguros, possuindo igualmente uma outra grande companhia, a Confiança, e uma pequena, a Continental de Resseguros.

Além destes, todos os outros grupos detêm posições, embora menos fortes, no ramo segurador. Ao grupo do BNU estão ligadas a Fidelidade e a Ultramarina. O grupo Pinto de Magalhães possui a Soberana, a Mutualidade e a Aliança Madeirense. Ao grupo Português do Atlântico pertence a Ourique e ao grupo Borges e Irmão a Atlas. O grupo Fonsecas e Burnay adquiriu, em 1970 e 1971 respectivamente, a Seguradora Industrial e a Previsão, para as fundir numa só em 1972. Para o grupo BIP passou a Bonança (que, tal como a Previsão, gravitava em torno da Tranquilidade e do grupo Espírito Santo). A Nacional e a Vitalícia, ligadas ao Banco Lisboa & Açores desde a fusão deste banco com o Totta, têm ligações com vários bancos. A Pátria pertence ao grupo do Banco da Agricultura.

5 companhias ligadas a um grupo, ao grupo CUF, obtiveram no ano de 1972 perto de 1 milhão e 900 mil contos de prémios (3), mais de um quarto do total dos prémios recebidos pelas companhias de seguros e resseguros. 10 companhias correspondentes a três grupos, ao grupo CUF, ao grupo Espírito Santo e ao grupo Champalimaud, obtiveram nesse mesmo ano 3 milhões e 700 mil contos de prémios, mais de metade desse mesmo total. 23 companhias pertencendo a dez grupos obtiveram mais de 5 milhões de contos de prémios, cerca de três quartos dos prémios de quase 50 companhias.

(1) Não incluindo os agentes de corretagem de seguros e resseguros.

(2) Incluindo as duas companhias do grupo Portela.

(3 Inclui os prémios de seguro directo e de resseguro.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS

COMISSÕES CORPORATIVAS (III)

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

As comissões corporativas deverão, em regra, ter a sua sede nas capitais de distrito; sempre que as circunstâncias o aconselhem, poderá o ministro das Corporações e Segurança Social, determinar que comissões corporativas de um distrito tenham sede comum (art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 54/74; veja-se o art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 43 179).

As verbas atribuídas às comissões corporativas constituirão o Fundo Comum das Comissões Corporativas que, tendo personalidade jurídica, será presidido pelo inspector-geral dos Tribunais do Trabalho, fazendo dele parte o chefe dos serviços de Acção Social, um delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência — a designar pelo ministro — e por um representante do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.

Nas despesas com a instalação e funcionamento das comissões corporativas participará este referido Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, além dos organismos e entidades representados. Segundo a justificação do legislador deste Decreto-Lei n.º 54/74:

«A progressiva relevância que as funções conciliatórias assumiram nos quadros das suas atribuições e a natureza de actividade pré-judicial de que tais funções se revestem — da competência do agente do Ministério Público, quando não existam comissões corporativas —, a crescente inclusão no clausulado das convenções colectivas de matérias de categorização, formação e aperfeiçoamento profissional e de higiene e segurança justificam que os encargos com o funcionamento das comissões corporativas não incida apenas sobre os organismos interessados e neles comparticipe o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.»

Veja-se, a este respeito, a Portaria n.º 20 548 de 30 de Abril de 1964.

ATRIBUIÇÕES

Já atrás se disse que as comissões corporativas não exercem apenas funções conciliatórias nas questões de trabalho.

De facto, nos termos do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 54/74, são atribuições das comissões corporativas:

- promover, oficiosamente, ou por solicitação dos organismos ou entidades interessadas, a execução e o aperfeiçoamento das convenções colectivas de trabalho;
- deliberar sobre as questões de natureza exclusivamente técnica abrangidas pelas mesmas convenções;
- interpretar e integrar as convenções colectivas de trabalho;
- dar os pareceres e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, pelos tribunais do Trabalho, organismos corporativos e

(Continua na pág. VIII)

A ECONOMIA ALEM

A economia alemã não ocupa uma uma posição «sui generis» no panorama económico do chamado mundo ocidental. Antes pelo contrário, integra-se perfeitamente na presente estrutura capitalista mundial, paralelizando com as economias americana, inglesa, francesa e italiana. Isto, salvo as naturais diferenças mais quantitativas do que qualitativas.

A República Federal da Alemanha situa as suas actividades económicas totalmente no âmbito do modo de produção capitalista e dá um realce muito especial ao comércio internacional. É mesmo o aspecto quantitativo do seu comércio com o exterior o que mais a diferencia das suas congéneres europeias. A indústria transformadora alemã exporta cerca de 20% da sua produção, a indústria de bens de equipamento exporta mais de 30% e algumas das grandes empresas alemãs chegam a colocar no exterior 80% da sua produção. Estes valores traduzem bem a dependência do capital alemão em relação ao mercado mundial, o que lhe confere também uma posição de conforto quanto às possibilidades de crise interna.

Apesar das sucessivas valorizações do marco, o capital alemão conseguiu manter o seu alto nível de exportação e aumentar cada vez mais os saldos positivos da sua balança comercial. Em 1973 esse saldo foi superior a 3 milhões de contos.

Estes saldos traduzem a relativa competitividade dos preços alemães nos mercados mundiais, principalmente quando em concorrência directa com produtos de outras nações industrializadas de alto nível de vida. Pois, se bem que os preços alemães tenham subido enormente, muito mais subiram os preços dos principais concorrentes. Apesar de o nível dos salários alemães ser ligeiramente superior ao dos ingleses, franceses, italianos, etc.

A manutenção de tal situação de favor deve-se a dois factores fundamentais. Primeiro, à manutenção do sistema de trocas com o exterior sempre mais desfavorável para este. Nos últimos vinte e cinco anos o capital alemão tem exportado a preços crescentes e importado a preços quase estáveis. Cerca de 40% dos saldos positivos da balança comercial alemã resultam dos ganhos obtidos com os referidos diferenciais de preços. Por outro lado, as importações alemães tendem a permitir uma libertação de capacidades produtivas em favor de produtos tecnicamente sofisticados e caros. Assim, além de importar matérias-primas e semi-fabricados a preços baixos a Alemanha tende também a importar artigos relativamente baratos, tais como, sapatos, confecções, têxteis, etc. originários de países com mão-de-obra barata e a exportar para esses mesmos países máquinas e produtos cada vez mais caros.

Esta especialização de produção é extraordinariamente rendível, dado permitir ao operário alemão vestir-se com artigos fabricados por pessoas que auferem salários muitas vezes inferior ao seu e receber altos salários no fabrico de produtos com baixa incidência de custo laboral em relação ao preço final.

ELEVADA TAXA DE MAIS--VALIA INICIAL

O segundo factor que permitiu manter a competitividade

relativa dos produtos alemães nos mercados mundiais foi o da elevada taxa de mais valia inicial proporcionada pelo trabalho alemão.

A crise de 1929/30, o subsequente regime nazi, a guerra e a derrota criaram condições ímpares ao capital alemão para uma rápida recuperação expansiva. Pois após a reforma monetária de 1948 o desemprego resultante da catástrofe nacional de 1945 proporcionou ao capital uma mão-de-obra abundante, barata, tecnicamente preparada e quase despro-

UM ESTALEIRO PARA QUINA?

O Grupo Borges, de Miguel Quina, vê-se agora quase «compensado» pela não «adjudicação ao consórcio Luso-Hispano-Italiano (de que fazia parte) da construção e exploração das autoestradas. Como? Através da inesperada decisão governamental de deferir o pedido de Miguel Quina para construção de um grande estaleiro na Cova do Vapor.

Após quase três anos de espera, o grupo poderá agora vir a ser concorrente da Lisnave e Setenave na reparação dos grandes navios na zona da grande Lisboa. Ir-se-á concretizar a anunciada ligação à empresa japonesa Kawasaki, prevista para um estaleiro em Sines?

Espera-se o início das obras na zona Cova do Vapor-Bugio, em 1975, prevendo-se a inauguração do estaleiro para 1976.

Com os estaleiros na zona de Lisboa, tornar-se-á necessário um sistema de trânsito de petroleiros um pouco melhor do que o sistema em vigor em Lisboa para os automoveis: um choque de petroleiros (a circular em abundância) não é bem a mesma coisa que um acidente na «gincana» urbana, mesmo improvisada, de automóveis. E as consequências podem ser graves para a cidade e para o rio, no caso dos petroleiros carregados de «ouro negro».

É tempo de se pôr a economia ao serviço dos homens...

O TÉCNICO

ASSISTIMOS há dias com muito interesse à divulgação de resultados do trabalho que o sector público vem desenvolvendo no domínio da investigação económica aplicada à indústria. Decorrem estudos básicos sobre informação estatística, cálculo científico e prepreparação de dados, matrizes multisectoriais, modelos de programação industrial, e análises e políticas industriais e do progresso tecnológico.

E tal apresentação fez-nos recordar a recente polémica havida em França sobre a supremacia dos técnicos a, que Josette Alia chamou os «agentes secretos do poder», afirmando que «ama [...] for preciso faze[...] previsão finance[...] econometria, (...) ção económica ou [...] blica ou privada, [...] los economistas [...] te» (...). «Os pol[...] nam ainda mas [...] necessário um d[...] os técnicos gerir [...] tinamente no [...] mente depois», [...] da Josett Alia.

J. A. Koscimko[...] siderou, por seu [...] «isto» é «sobres[...] mente o papel, [...] nível da decisão [...] técnicos científic[...] so sistemático [...] casos constitui [...] inverso de um

Ã NA HORA DA CRISE EUROPEIA

e reivindicações sociais ereceu a mais elevada mais-valia alguma vez pelo capital de qualnação. Mais-valia essa trapassou de longe o as destruições causadas uerra, eliminou como r milagre a dívida de interna e permitiu uma ação de capital tão ráe já a meio da década uenta se atingia o plerego. Só a partir dessa o de pleno emprego é salários alemães comea subir em flecha, mas o tinha sido possível tar um importante lumercados mundiais.

que a subida dos salásimultânea com a exdas vendas internas e tornou-se possível sar o crescimento dos com a intensificação alho através do aumencadências de produção, lização do trabalho, ção de sistemas de reção variáveis e formagigantescos monopólios obrigadas a pagar nos equipamentos importados salários superiores aos praticados no seu mercado com evidente desvantagem económica.

Por outro lado, o facto de o pleno emprego ter provocado avultadas subidas de salários sem o recurso a greves veio ainda reforçar mais a competividade dos produtos alemães nos mercados mundiais. Cada greve italiana, inglesa ou francesa proporciona mais mercados para o capital alemão. Acrescenta-se ainda que o desmembramento dos impérios coloniais ingleses e franceses provocaram o desbloqueamento comercial de vastas zonas do mundo em favor do comércio alemão.

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E RENDIBILIDADE DECRESCENTE

Todos estes factores originaram uma acumulação excessiva de capital pelo inerente crescimento da complexidade orgânica do mesmo. Isto é, a ou expansão da massa bruta dos lucros. Acumulação essa que deu origem ao empolamento dos títulos industriais, à especulação dos bens de raiz e à impossibilidade de a determinados investimentos se garantirem as taxas de lucro convenientes para o capital. Só nos dois anos da depressão económica de 1966/67 é que a taxa de lucro ou a rendibilidade do capital voltou a subir um pouco pela simultaneidade do fenómeno da subida de preços com a contensão relativa dos salários.

A alteração produzida nas condições de sobre-acumulação do capital fez pois entrar o capital alemão na linha da evolução cíclica de crise e expansão característica do modo de produção capitalista.

Acrescenta-se ainda que a estrutura nacional-liberal do estado alemão não proporciona ao governo meios de actuação capazes de inverter o fenómeno cíclico do capital. Tanto mais que os instrumentos defendidos chamados Neo-Keynisianos estão desprovidos de qualquer eficácia, pois o próprio estado está envolvido nas contradições do modo de produção vigente na República Federal Alemã.

A economia alemã encontra-se assim no limiar da grande crise do capitalismo europeu, susceptível de se agravar ainda mais pelas práticas restritivas do comércio mundial originadas pelo Mercado Comum.

A formação do grande bloco económico constituído pelas nações do Mercado Comum provocou um primeiro acréscimo de trocas a nível interno europeu, mas poderá ter consequências nefastas a médio ou a longo prazo, dadas pelo bloco em relação à livre circulação de mercadorias entre a Europa e o resto do mundo. Trata-se antes de mais da defesa intransigente dos sectores caducos da economia europeia em desfavor duma necessária e crescente divisão internacional do trabalho.

O caso alemão patenteia a impossibilidade prática da acumulação não planeada do capital e o facto de o modo de produção capitalista não se coadunar com a existência de salários crescentes e com o pleno emprego. Ainda recentemente, diversos economistas de índole burguesa têm defendido a aplicação de medidas restritivas, susceptíveis de provocarem um desemprego suficientemente vasto para levar os salários a descerem. Claro está, que esses economistas partem da presunção de que não serão incluídos entre os futuros desempregados.

gração vertical e horistruições da guerra e sequente recuperação também desenvolver poderosa indústria de equipamento com um índice de exportação, proporcionou ao capiequipamento com bens dos por pessoal que eria salários superiores indústria utilizadora eridos bens. Isto, ao o do que sucede com strias dos países de nível salarial que são taxa de mais-valia passou a depender cada vez mais do equipamento automatizado, aumentando grandemente a produtividade do trabalho alemão, mas a troco de postos de trabalho cada vez mais caros. Tanto mais, que as estruturas democráticas da Alemanha de hoje não permitem ao capital fazer crescer as mais-valias pela contensão salarial. Deste modo, o capital alemão entrou a partir da década de sessenta na fase do decrescimento das taxas de lucro, simultânea com o crescimento da acumulação

Por outro lado, a subida de preço das matérias-primas mais necessárias à indústria alemã vai agravar a tensão inflacionista alemã, provocando subidas posteriores e sempre crescentes nos produtos alemães. Contudo, a própria noção de matéria-prima está profundamente alterada no mundo de hoje. A Alemanha e, bem assim, quase todas as nações industrializadas são simultaneamente consumidores e grandes produtores de matérias-primas, dada a importância dos produtos resultantes da grande indústria química, tais como os plásticos, as fibras sintéticas, as substâncias detergentes, etc. Pode mesmo dizer-se que a subida de matérias como os algodões, as lãs, etc., foi resultado de anterior subida e falta de fibras sintéticas.

A inflação descontrolada dos preços industriais rompeu o precário equilíbrio que mantinha o relativo bem-estar europeu, levando a economia europeia para uma fase cíclica de inflação e crise depressiva, agora denominada por «slumpflation».

No momento presente a Alemanha sofre de recessão nalguns sectores e expansão noutros. Assim, a construção civil, a indústria automobilística, os têxteis e confecções, etc., encontram-se em recessão, enquanto que os aços, a química e a construção de máquinas e equipamentos ainda estão no período quase eufórico de expansão.

Sob o ponto de vista governamental a política conjuntural a aplicar baseia-se em duas coordenadas de actuação, amortecimento geral anti-inflacionista e auxílio directo nos sectores em depressão. Pretende-se deste modo manter um certo grau de pleno emprego e levar a taxa de inflação para 8 a 9%, o que seria verdadeiramente excepcional no âmbito da Europa capitalista.

Mas torna-se contudo evidente que o ainda incompreendido ciclo de expansão, acumulação de capital e crise é susceptível de proporcionar surpresas desagradáveis. Até porque deixou de estar no âmbito das hipóteses plausíveis a recriação das condições que proporcionaram com as misérias da derrota o período áureo da burguesia empresarial alemã. A única política anti-cíclica é a do planeamento e estatização da economia e nem sequer a auto-gestão representará um remédio eficaz.

DIETER DELLINGER

O ministro das Finanças, Helmut Schmidt, qualificou o orçamento federal para 1974, há poucos dias aprovado pelo Gabinete em Bona, como «ajustado à conjuntura». Com 134 biliões de marcos verifica-se um índice de aumento de 10,5% em relação ao orçamento de 1973. Esse índice é limitado ao aumento esperado do produto social bruto. As rubricas principais das elevações de despesas estão, acima de tudo, nos sectores «Despesas Sociais, Formação, Agricultura e Energia». O aumento mais espectacular é registado pelo orçamento social, que de 22,5 passou para 27,4 biliões de marcos e que ao lado das despesas com a defesa, aumentadas em 200 milhões de marcos, é agora a maior rubrica nesse orçamento. Também os recursos para o auxílio ao desenvolvimento foram aumentados: de 2,7 para 3 biliões de marcos. Para o financiamento desse orçamento, o ministro Helmut Schmidt deverá recorrer no próximo ano, de acordo com os planos do momento, à tomada de créditos de apenas 2,3 biliões de marcos.

NOVA POLÍTICA ECONÓMICA:

AUTO-ESTRADAS E O RESTO

Há que repensá-las em termos das prioridades que se impõem à luz da nova política económica anunciada pela Junta e que visará «servir os interesses do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas».

A imensidão dos problemas que a Junta terá de resolver e a urgência de se definir uma linha de rumo recomendará, talvez, que se organize uma Comissão constituída por representantes das diversas correntes políticas com a finalidade de no mais breve espaço de tempo emitir um parecer sobre os seguintes pontos:

— se se justifica ou não que o País empenhe na construção das auto-estradas previstas ou se pelo contrário o esforço deve incidir na beneficiação da rede rodoviária existente.

— se, na hipótese de se justificar a construção das auto-estradas, a solução privada adoptada é a adequada ou se pelo contrário se deve cometer a sua execução a uma empresa nacionalizada.

Nas outras decisões económicas tomadas pelo anterior regime devem ser revistas: a questão dos estaleiros, o problema de Sines, as concessões para os cimentos, numa palavra há que rever todo o anterior Plano de Fomento, fundamentalmente nos seus aspectos de incidência social — emigração, desenvolvimento regional, repartição do rendimento nacional, política fiscal e tributária, apoio à agricultura, etc., etc., etc.

Espera-se que o governo provisório inclua nas suas «pastas» económicas, financeiras e técnicas homens do Movimento Democrático, ao serviço dos trabalhadores e do Povo português.

E A NEUTRALIDADE POLÍTICA

quando rdadeira usar a a a acrtica, púsaria pedo to dagovers-á bem deixar clandesaberta ava ainzet conno, que nitidatudo ao ica, dos O recurodo dos mente o iligência científica formalizada», acrescentava. E dizia ainda que sendo embora o verdadeiro debate o das relações entre o político e o técnico, «os acontecimentos recentes permitem pôr a tónica nas limitações do segundo, sobretudo se este é apenas técnico.»

Estamos então «caídos» no tema da reflexão» de hoje: o técnico e a neutralidade.

Na reunião referida de início suscitou-se aliás a certa altura — já era de esperar! — este problema.

De um lado, afirmava-se que nos modelos de programação industrial há uma teoria subjacente tradicional: relações intersectoriais, necessidades de capital, e efeitos sobre a balança de pagamentos. Há que encarar portanto a introdução no modelo, com vista a próximas fases, dos aspectos sócio-políticos da questão. Do outro, dizia-se que por exemplo, a matriz de Leontief tem servido para interpretar os fenómenos económicos nos sistemas de economia de mercado como nos de economia de direcção central.

E as teses pareciam completar-se... mas não é certo.

Razão tinha o arquitecto Nuno Portas quando, a propósito das esperanças de alterar o verdadeiro caos em que está urbanisticamente transformada a cidade de Lisboa, escrevia há tempos «Tais esperanças são função, evidentemente, da coerência do técnico em relação a objectivos sociais que se proponha (e que possam ser conseguidos, no âmbito da sua intervenção) mas não são menos função da sua competência científica e técnica — a arma que lhe permite passar das intenções que faça suas, e das restrições postas pela clientela e meios produtivos, à definição de estratégias e de tácticas que permitam maximizar os interesses sociais não dominantes.»

Alguém dizia que é preciso cada vez mais que na escola se ensine que «o humano conta.»

A reacção do técnico sem alma, completamente apolítico, mentalizado para Jamais pôr as evidências em questão, mas correspondendo sempre a critérios de racionalidade e rendibilidade (aquilo a que poderíamos chamar o homem «vazio»), tem sido o «maravilhoso» instrumento de suporte de muitos sistemas políticos reaccionários.

Mas temos de ficar hoje por aqui... porque o assunto levar-nos-ia longe!

A. FIGUEIREDO SEQUEIRA

Nota do coordenador (depois do «25 de Abril»): felizmente o Movimento das Forças Armadas liquidou um regime de «criação de homens vazios». Esperemos com confiança o renascer do verdadeiro homem livre entre nós.

M. C.

SOCIEDADE AGRÍCOLA DO MARTINGIL, S. A. R. L.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1973

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

No cumprimento dos preceitos legais, vimos submeter à apreciação de V. Ex.as o Balanço e Contas relativos ao ano de 1973.

Limitámo-nos a exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da SPOC — Sociedade Portuguesa de Obras de Construção, SARL, para que esta sociedade civil foi convidada. Infelizmente, por não nos ter sido possível chegar a acordo com os proprietários da Quinta do Martingil ainda este ano não pudemos começar as actividades agrícolas que desejamos vir a exercer.

O saldo da conta de lucros e perdas foi de Esc.: 265 604$10, para que propomos a seguinte aplicação:

Esc.: 13 280$20 para Fundo de Reserva Legal.

Esc.: 252 323$90 para Conta Nova.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1974.

João Emílio Guerra Raposo de Magalhães — Presidente.
Maria Francisca de Castro Caldas.
António Carlos Guerra Raposo de Magalhães

Balanço da «SOCIEDADE AGRÍCOLA DO MARTINGIL, S. A. R. L.» em 31 de Dezembro de 1973

ACTIVO			PASSIVO	
DISPONÍVEL			**EXIGÍVEL**	
Depósitos em Bancos		454 194$00	Letras a Pagar	2 500 000$00
REALIZÁVEL			**SITUAÇÃO LÍQUIDA**	
Participações Financeiras		2 500 000$00	Capital	200 000$00
IMOBILIZADO			**GANHOS E PERDAS**	
Gastos de Constituição e Organização	17 115$10		Resultado do Exercício	265 604$10
Amortização do Imobiliário Incorpóreo	5 705$00	11 410$10		
		2 965 604$10		2 965 604$10

O TÉCNICO DE CONTAS
Armando Paulo Silva Ferreira

O PRESIDENTE DA ADMINISTRAÇÃO
João Emílio Guerra Raposo de Magalhães — Presidente
Maria Francisca de Castro Caldas
António Carlos Guerra Raposo de Magalhães

BALANCETE PROGRESSIVO DO RAZÃO DA «SOCIEDADE AGRÍCOLA DO MARTINGIL, S. A. R. L.»

Contas	Balancete em 31/12/73				Apuramento de Resultados		Balancete Final			
			Saldos						Saldos	
	Débito	Crédito	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Acções	200 000$00	200 000$00	—$—	—$—	—$—	—$—	200 000$00	200 000$00	—$—	—$—
Capital	—$—	200 000$00	—$—	200 000$00	—$—	—$—	—$—	200 000$00	—$—	200 000$00
Accionistas	200 000$00	200 000$00	—$—	—$—	—$—	—$—	200 000$00	200 000$00	—$—	—$—
Depósitos em Bancos	3 162 090$90	2 707 896$90	454 194$00	—$—	—$—	—$—	3 162 090$90	2 707 896$90	454 194$00	—$—
Letras a Pagar	—$—	2 500 000$00	—$—	2 500 000$00	—$—	—$—	—$—	2 500 000$00	—$—	2 500 000$00
Participações Financeiras	2 500 000$00	—$—	2 500 000$00	—$—	—$—	—$—	2 500 000$00	—$—	2 500 000$00	—$—
Encargos	190 781$80	—$—	190 781$80	—$—	—$—	190 781$80	190 781$80	190 781$80	—$—	—$—
Exercício de Cargos Sociais	—$—	461 260$00	—$—	461 260$00	461 260$00	—$—	461 260$00	461 260$00	—$—	—$—
Gastos de Constituição e Organização	17 115$10	—$—	17 115$10	—$—	—$—	—$—	17 115$10	—$—	17 115$10	—$—
Amortização	—$—	—$—	—$—	—$—	—$—	5 705$00	—$—	5 705$00	—$—	5 705$00
Receitas e Lucros	—$—	830$90	—$—	830$90	830$90	—$—	830$90	830$90	—$—	—$—
Ganhos e Perdas	—$—	—$—	—$—	—$—	196 486$80	462 090$90	196 486$80	462 090$90	—$—	265 604$10
	6 269 987$80	6 269 987$80	3 162 090$90	3 162 090$90	658 577$70	658 577$70	6 928 565$50	6 928 565$50	2 971 309$10	2 971 309$10

O TÉCNICO DE CONTAS .
Armando Paulo Silva Ferreira

O PRESIDENTE DA ADMINISTRAÇÃO
João Emílio Guerra Raposo de Magalhães — Presidente
Maria Francisca de Castro Caldas
António Carlos Guerra Raposo de Magalhães

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «GANHOS E PERDAS» da «SOCIEDADE AGRÍCOLA DE MARTINGIL, S. A. R. L.» em 31 de Dezembro de 1973

DÉBITO		CRÉDITO	
ENCARGOS		EXERCÍCIO DE CARGOS SOCIAIS	461 260$00
(Dizem respeito ao desconto do aceite bancário, na rubrica «Letras a Pagar»)...	190 781$80	RECEITAS E LUCROS	
AMORTIZAÇÕES		(Juros de Depósitos em Bancos)	830$90
(Em «Gastos de Constituição e Organização)	5 705$00		
	196 486$86		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	265 604$10		
	462 090$90		462 090$90

Lisboa, 31 de Dezembro de 1973.

O TÉCNICO DE CONTAS
Armando Paulo Silva Ferreira

O PRESIDENTE DA ADMINISTRAÇÃO
João Emílio Guerra R.poso de Magalhães — Presidente
Maria Francisca de Castro Caldas
António Carlos Guerra Raposo de Magalhães

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

No cumprimento das disposições legais, vem este Conselho pronunciar-se sobre o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, relativos ao ano findo.

Durante o ano tivemos ocasião de reunir e verificar a contabilidade que encontrámos sempre em perfeita ordem.

Também apreciámos o critério valorimétrico aplicado aos valores do Activo, que mereceu a nossa concordância.

Nestes termos, temos a honra de propor que aproveis o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, assim como a aplicação do saldo de Lucros e Perdas por ele proposto.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1974.

Eugénio Pereira de Castro Caldas — Presidente
Maria Manuela Sanches Raposo de Magalhães
Maria do Rosário de Sousa Machado Raposo de Magalhães

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE FRADES

«República» — 30-4-1974

ANÚNCIO

Pela Secretaria Judicial da comarca de Oliveira de Frades e nos autos de acção especial de divisão de coisa comum n.º 35/73 que ANTÓNIO TAVARES DA SILVA e mulher ROSA JACINTA DA SILVA, ele carpinteiro e ela doméstica, residentes no lugar da Igreja, freguesia de Ribeiradio, movem contra CUSTÓDIA MARTINS, solteira, maior, ali residente, e outras, correm éditos de VINTE DIAS contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, citando os credores desconhecidos para, no prazo de dez dias, findo o que seja dos éditos deduzirem os seus direitos, querendo, nomeadamente sobre o seguinte prédio. — TAPADO FUNDEIRO DAS HORTAS, sito nos limites do lugar da Igreja, composto de terreno culto e inculto, a confrontar, acualmente, do nascente com Adriano Tavares Estrela, os R. R. e outros; do poente com o caminho público e A. A.; do norte com os A. A., caminho público e baldio e do Sul com Adriano Tavares Estrela e outro, inscrito na matriz sob o artigo rústico 1 356, e parte descrita na Conservatória sob o n.º 10 787, do livro B-16, a folhas 164 verso. (Art.º 865.º do Cód. Proc. Civil).

Oliveira de Frades, 18 Abril de 1974.

O Juiz de Direito
João Alfredo Diniz Nunes

O Escriturário
Virgílio Gonçalves dos Santos

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

2.º JUÍZO

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do anúncio, Execução sentença n.º 6 364/A 1.ª secção.

Exequentes — Damiães & Martins, Limitada, com sede em Lisboa.

Executado — ANTÓNIO ALBERTO GENUEZ BELO PINTO SALGUEIRO e mulher EMÍLIA FONTES PACHECO SALGUEIRO, residentes em Alapraia, Lote 13, 2.º, Esquerdo, retaguarda.

Lisboa, 24, Abril, 1974.

O Juiz de Direito
Jorge Manuel de Araújo Rego Cardoso Lopes

O Escrivão de Direito
Ramiro da Costa

passatempo

SENHOR BIGODES

por HANAN

JEBB COBB

por PETE HOFFMAN

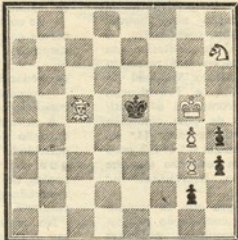
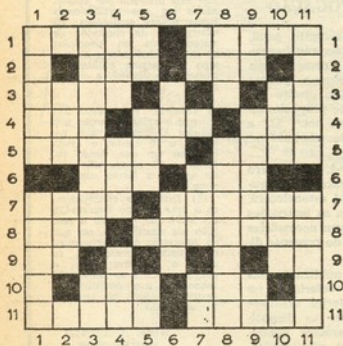
O XEQUE DO DIA

ÁLVARO PEREIRA

DIAGRAMA N.º 147

Incrível final artístico composto por J. Terho. As brancas jogam e empatam. (Os peões negros estão mesmo em vias de promoção; não é o diagrama que está de pernas para o ar...)

SOLUÇÃO DO DIAGRAMA N.º 146

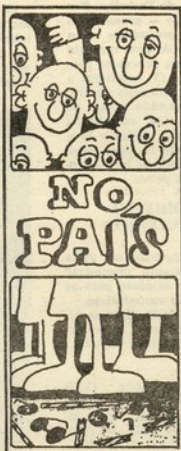
1 Cf6! Rh8 (1... gf 2 Tdd4! Cd4 3 Dh6, e ganha) 2 Tdd4! Cd4 3 Bd4 Dc7 4 Dg5 Cg4 (evita 5 Th6!) 5 Cg4 f6 Cf6, e as pretas abandonam pouco depois.

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS: 1 — Prender com laço; vermelhidão local. 2 — Jarro (planta); época. 3 — Capital da Alemanha Ocidental; símb. quím. do cassiouen. 4 — Onda; as primeiras letras; sobrinho de Abraão, pai dos Amonitas e dos Moabitas. 5 — Barranco; nada. Raiva; nome de uma tribo de Israel. 7 — Homem muito pequeno; bando. 8 — Infame; leprosos. 9 — Artigo antigo; atenção (abrev.). 10 — Partida de ténis; navio. 11 — Planta gramínea, alimentícia; corpo que gira no espaço.

VERTICAIS: 1 — Trabalho; antiga flauta pastoril. 2 — Carta numa só folha; hortulana (pássaro). 3 — Lugar onde crescem canas; Igreja episcopal. 4 — Lavra; engula; soberano. 5 — Letra grega; côvado; basta. 6 — Canoa de uma só peça; bispo maronita. 7 — Nota musical; medida de extensão usada na Índia; contr. de prep. e artigo. 8 — Larva que se cria nas feridas dos animais; pequenas lanças cafreais. 9 — Ama-de-leite; leitor; antiga nota musical. 10 — Memória; sirga. 11 — Rapina; engenho poético.

SOLUÇÃO

HORIZONTAIS: 1 — Laçar; rubor. 2 — Aro; era. 3 — Bona; Cp. 4 — Ola; ABC; Lot. 5 — Ravina; zero. 6 — Ira; Gad. 7 — Anão; magote. 8 — Vil; lázaros. 9 — El; At. 10 — Set; nau. 11 — Aveia; astro.

VERTICAIS: 1 — Labor; avena. 2 — Ola; nil. 3 — Canavial; Sé. 4 — Ara; iró; rei. 5 — Ró; ana; tá. 6 — Ubá; mar. 7 — Ré; gaz; na. 8 — Ura; zagaias. 9 — Bá; ledor; Ut. 10 — Cor; toa. 11 — Rapto; estro.

— Depois destes três meses de tratamento, ainda sente a mesma dificuldade em encarar as pessoas?

humor sem palavras

COMISSÕES CORPORATIVAS

(Cont. da pág. central)

qualsquer pessoas ou entidades abrangidas pela convenção colectiva;

- tentar a conciliação nas questões emergentes de contratos individuais de trabalho; (1)

- informar e dar parecer técnico sobre a classificação do pessoal das empresas quando tal seja solicitado pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência ou pelos Tribunais do Trabalho;

- exercer as funções conciliatórias na negociação de convenções colectivas de trabalho, tal como está estabelecido no Decreto (aliás (Decreto-Lei) n.º 49 212 de 28 de Agosto de 1969, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 492/72 de 22 de Outubro.

EXECUÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DAS CONVENÇÕES COLECTIVAS

Uma das atribuições das comissões corporativas é, portanto e como ficou dito, a promoção por via oficiosa ou a requerimento dos organismos ou entidades interessadas, a execução e o aperfeiçoamento das convenções colectivas de trabalho.

Para o cumprimento desta atribuição compete, designadamente às comissões corporativas:

- recomendar às empresas e aos trabalhadores, directamente ou através dos organismos que os representam, o cumprimento dos preceitos que disciplinam as relações de trabalho;

- pedir a intervenção da Inspecção do Trabalho quando a sua acção persuasiva e esclarecedora não resultar, e sempre que tiverem conhecimento de qualquer infracção;
- propôr aos outorgantes alterações e revisões das convenções colectivas de trabalho;

- responder aos questionários e inquéritos estatísticos dos organismos oficiais;

- dar os pareceres que lhes foram solicitados pelo Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, ou pelos interessados, nomeadamente sobre pedidos de isenção de horário de trabalho, de aprovação dos regulamentos de empresas e dos quadros do pessoal, de autorização de trabalho para estrangeiros e de horas extraordinárias.

ACTIVIDADE CONCILIATÓRIA

As funções conciliatórias exercem-se a dois níveis distintos:

- nas questões emergentes dos contratos individuais de trabalho;

- nas questões emergentes de negociações colectivas de trabalho;

Comecemos por este último tipo de funções.

CONVENÇÕES COLECTIVAS

Ao menos em princípio, a regulamentação das relações colectivas será estabelecida por via convencional (art.º 1.º-1 do Decreto-Lei n.º 49 212 de 28 de Agosto de 1969), através das chamadas convenções colectivas de trabalho, que podem ser celebradas:

- entre organismos corporativos, representando entidades patronais e trabalhadores;

- entre empresas e organismos corporativos representativos dos trabalhadores.

No primeiro caso a convenção colectiva chama-se contrato colectivo de trabalho; no segundo, acordo colectivo de trabalho.

As convenções colectivas de trabalho serão negociadas, pelo que poderá suceder que as partes não cheguem a acordo. Ora no caso de a negociação da convenção colectiva terminar sem acordo, cabe recurso à tentativa de conciliação, nos termos do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 49 212, ao qual o Decreto-Lei n.º 492/70 acrescentou os números 3, 4 e 5.

A tentativa de conciliação compete à corporação que represente os interessados, a qual poderá delegar o exercício das respectivas funções na comissão corporativa correspondente; se houver mais que uma corporação interessada, compete ao Instituto Nacional de Trabalho e Previdência designar a corporação competente; quando as partes no diferendo não estiverem integradas em qualquer corporação, cabe à correspondente comissão corporativa realizar a tentativa de conciliação; se as partes no diferendo não estiverem integrados numa corporação nem houver comissão corporativa, o pedido de tentativa de conciliação será remetido ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, que promoverá a constituição de uma comissão corporativa (art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 49 212, com a nova redacção que lhe deu o Decreto-Lei n.º 492/70).

Sempre que da tentativa de conciliação não tenha resultado qualquer acordo, qualquer das partes poderá tomar a iniciativa da arbitragem, notificando a outra para que nomeie árbitro e identificando-lhe o seu. A parte notificada procederá à nomeação dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e, se o não fizer, caberá tal nomeação à direcção da corporação ou ao presidente da comissão corporativa competente que, para o efeito, disporão de igual prazo; havendo vários sindicatos ou grémios interessados nas negociações e não havendo acordo sobre a escolha do árbitro, a designação caberá igualmente à direcção da corporação ou ao presidente da comissão corporativa competente (art.º 15.º e seus n.ºs 1 a 3 do Decreto-Lei n.º 49 212, alterado pelo Decreto-Lei n.º 492/70).

ACTIVIDADE CONCILIATÓRIA NOS CONTRATOS INDIVIDUAIS

As comissões corporativas exercem uma actividade de conciliação extra-judicial que, nos termos do art.º 27.º-1 do recente estatuto constitui meio de solução das questões individuais de trabalho.

O processo dessa conciliação é muito simples resumindo-se basicamente a:

- pedido escrito, apresentado em triplicado pelo interessado;

- registo e autuação do pedido;

- despacho do presidente da comissão, que poderá: a) indeferir o pedido, no caso de este se encontrar manifestamente inviável; b) ordenar o esclarecimento, suprimento ou sanação de quaisquer irregularidades, deficiência ou obscuridade que o pedido apresente;

- reunião de tentativa de conciliação que, em certos casos, admite adiamento;

- redacção do auto de conciliação ou de não conciliação.

A nova lei teve a preocupação de simplificar a actividade processual, o que foi relevante nas acções de pequeno valor, nomeadamente nas sumaríssimas.

No regime anterior — que o Decreto-Lei n.º 54/74 visa revogar —, nos processos de valor não superior a 10 contos, que seguissem a forma sumaríssima (2) no caso de a tentativa de conciliação se frustrar seria seguida de produção de prova, com inquirição de testemunhas; finda esta a comissão ouviria as partes, tentando de novo a conciliação.

O novo estatuto veio alterar esta situação. Como se ponderou no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 54/74, o pequeno valor das acções sumaríssimas não justificava que se mantivesse a complexa actividade de intrutória que era deferida às comissões corporativas pelo Código de Processo de Trabalho. Por outro lado — prossegue o referido preâmbulo —, a exigência de uma resposta escrita nos processos conciliatórias (3) habilitará o juiz dos tribunais de trabalho, recebido o auto de tentativa de conciliação frustrada, a designar imediatamente dia para julgamento, onde se fará a produção da prova.

DIREITO ANTERIOR

O Decreto-Lei n.º 54/74 vem portanto promulgar um novo estatuto para as comissões corporativas.

Antes deste diploma vigoravam como textos-base os seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 43 179 de 23-9-1960, com alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 45 690 de 27-4-1964;

- Decreto n.º 45 700 de 30-4-1964, que regulamentava a actividade conciliatória e instrutória das comissões corporativas;

- Portaria n.º 20547 de 30-4-1964 que estabelecia os livros que deviam possuir as secretarias das comissões corporativas;

- Portaria n.º 20 548 de 30-4-1964 que preceituava instruções necessárias à instalação e funcionamento das comissões corporativas;

- Portaria n.º 20 549 de 30-4-1964 que aprovava o regulamento do pessoal das comissões corporativas;

- Decreto-Lei n.º 45 771 de 28-6-1964 que regulava a instituição e o funcionamento das comissões corporativas do trabalho rural;

- Portaria n.º 20 670 de 8-7-1964, que efectivamente instituiu as comissões corporativas de trabalho rural;

- Decreto-Lei n.º 49 212 de 28-8-1969, alterado pelo Decreto-Lei n.º 492/70 de 22-10-1970, ambos referentes às convenções colectivas de trabalho e que, no campo da conciliação definiam um novo âmbito de competência para as comissões corporativas;

- Código de Processo do Trabalho, cujos preceitos, nomeadamente art.ºs 15.º, 50.º e 85.º, são relevantes para a definição do estatuto das comissões corporativas;

- Portaria n.º 259/73, estabelece que as comissões corporativas distritais podem, quando necessário, reunir fora da sede.

REGULAMENTAÇÃO E REVOGAÇÃO

O novo estatuto legal, que carece ser regulamentado, vem revogar em princípio alguns pontos deste referido direito anterior. A este propósito estabelecem os art.ºs 52.º e 53.º do Decreto-Lei n.º 54/74 que:

«Art.º 52.º-1. O Ministro das Corporações e Segurança Social estabelecerá, por portaria as instruções que se tornem necessárias à execução do presente diploma.

«2. Até à publicação das instruções referidas no número anterior mantêm-se em vigor as disposições de carácter regulamentar que não contrariem o disposto neste decreto-lei.

«Atr.º 53.º. Fica revogado o Decreto-Lei n.º 43 179, de 23 de Setembro de 1960, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 45 690, de 27 de Abril de 1964, bem como, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior, a sua regulamentação complementar».

Não haja dúvida que, quanto à fórmula revogatória, estamos em pleno mundo da confusão!... Revoga-se o decreto-base, que é substituído por outro; mantém-se, contudo, em vigor a sua regulamentação até ser substituída por outra.

Para um diploma que pretendia unificar legislativamente a matéria, não haja dúvida que o Decreto-Lei n.º 59/74 começa mal...

(1) Note-se, a propósito, a redacção do correspondente artigo 11.º-5 do anterior estatuto (Decreto-Lei n.º 43 179) que acrescentava, redundantemente, como atribuição das comissões corporativas «exercer as funções que lhes são conferidas no Código de Processo do Trabalho». A nova lei, que, no que se refere à enunciação das atribuições das comissões corporativas, decalcou o estatuto anterior, eliminou esta remissão redundante.

(2) Quanto à forma, o processo de trabalho comum pode ser:

- ordinário, se o valor da causa exceder 30 contos (art.º 48.º do Código de Processo de Trabalho, conjugado com o art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 45 699 de 30 de Abril de 1964);

- sumaríssimo, se o valor da causa não exceder 10 contos e o objecto da acção for alguma das seguintes questões: a) emergentes de relações de trabalho, subordinado, bem como das relações que tenham sido estabelecidas com vista à celebração de contratos de trabalho, sem prejuízo da competência das autoridades marítimas; b) emergentes da prestação de serviços por técnicos ou mandatários judiciais, em processos da competência dos tribunais de trabalho; c) emergentes de trabalho monótono, quando este não seja prestado por empresários ou por profissionais livres nessas qualidades; d) emergentes de contratos de aprendizagem ou tirocínio; e) entre trabalhadores ao serviço da mesma entidade a respeito de direitos e obrigações;

- sumário, nos casos em que o valor da acção não exceder 30 contos e seja superior a 10 contos e ainda naqueles em que, sendo inferior a 10 contos não seja de aplicar a forma sumaríssima.

(3) Estabelece efectivamente o art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 54/74 que, iniciada a reunião (de conciliação), em que só intervirão os interessados, o requerido apresentará, se ainda o não tiver feito, a resposta escrita ao pedido do requerente, e a comissão corporativa tentará, em seguida, a conciliação.

JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS